

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO E ARTES

Matheus Zanin de Moraes

**Não aprendemos nada:  
relatos da implementação do Novo Ensino Médio em São Paulo**

SÃO PAULO  
2023

Trabalho de conclusão do curso de Bacharelado em Jornalismo Departamento de  
Jornalismo e Editoração Escola de Comunicações e Artes Universidade de São Paulo.

Orientador: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rodrigo Pelegrini Ratier.

São Paulo

2023

## **Agradecimentos**

Ao meu pai, Altayr, pelos ensinamentos que culminaram na minha formação, entrada na universidade e escrita deste livro-reportagem. Devo a conclusão disto a você.

À minha mãe, Fabíola, pelo apoio emocional não apenas durante a escrita deste trabalho, mas durante toda a minha vida. Obrigado por me incentivar a ser a melhor versão de mim mesmo.

Às minhas amigas, Lais e Estefani, que me incentivaram a não desistir do processo. Obrigado por estarem presentes do início ao fim.

Aos amigos da graduação, que fazem os meus dias serem mais leves. Sem vocês, o Matheus de hoje não existiria.

Ao meu orientador, Rodrigo Ratier, cuja mentoria foi essencial para o desenvolvimento dessas histórias.

Aos alunos, professores e pesquisadores responsáveis pela construção dessa colcha de retalhos. Agradeço a paciência, delicadeza e a transparência durante o processo de coleta desses materiais.

# Sumário

Prefácio.....	04
1 - "Novo" Para Quem?.....	07
2 - Colégio Guilherme de Almeida.....	27
3 - Escola Estadual Vereador Antônio de Ré.....	46
4 - Colégio Santa Cruz.....	73
5 - Escola Estadual Professor Armando Gomes.....	92
6 - Quando a Rua Vira a Sala de Aula.....	112
Referências Bibliográficas.....	126

# Prefácio

Setembro de 2016. Quem liga a TV para assistir ao noticiário ou lê o jornal pela manhã se depara com mais uma manifestação na Avenida Paulista, em São Paulo. "Qual é a reivindicação da vez?", alguém poderia se perguntar, antes de se deparar com os rostos jovens cobrindo as telas e páginas das notícias.

Sob elogios e críticas, estudantes do ensino médio organizam passeatas e ocupam o espaço escolar. Nos cartazes que acompanham os alunos, é possível ler textos como "Educação Não é Mercadoria", "MP Aqui Não! + Educação", "Mais Educação, Menos Corrupção" e "Reforma Não!".

Além dos estudantes, professores, organizações não governamentais e entidades estudantis se reuniram para mostrar seu descontentamento com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 55/2016, que impunha um limite aos gastos públicos, e a Medida Provisória nº 746/2016, publicada no Diário Oficial da União no dia 23 de setembro do mesmo ano. A MP foi a responsável por validar a reforma que, mais tarde, seria conhecida como "Novo Ensino Médio" (NEM).

As preocupações eram justificáveis. O texto da MP contemplava a flexibilização do currículo dos estudantes, o aumento da carga horária para período integral e a possibilidade de eliminar de alguns anos disciplinas que antes eram obrigatórias em todos os currículos escolares.

Mesmo assim, a Reforma passou. Aprovada em fevereiro de 2017, a Lei nº 13.415/2017 oficializou o documento da MP por meio de uma alteração na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), documento que regulariza a educação brasileira a partir da Constituição de 1988.

A nova legislação reorganizou a forma como o ensino médio estava estruturado na LDB, ampliando o tempo mínimo do estudante na escola de 800 para 1.000 horas anuais e indicando um novo currículo-base aos alunos, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Desde o início da sua implementação, os Estados brasileiros possuíam autonomia para, junto de suas Secretarias de Educação, organizarem como se daria a adaptação da lei no contexto estadual. O NEM não chegou para todo mundo ao mesmo tempo: algumas redes de ensino se adiantaram mais do que outras, mas todas, por enquanto, seguem apresentando dificuldades para implementar o novo currículo em meio a falta de melhor planejamento estratégico, profissionais habilitados e infraestrutura.

A mudança ocorre em uma fase da vida do aluno repleta de turbulências típicas da idade, com novas responsabilidades dentro e fora de casa. Não apenas isto, lidam com a ansiedade causada pela pressão dos vestibulares e a necessidade de decidir sobre sua futura carreira. Nos anos de 2020 e 2021, uma das pandemias mais devastadoras da História tornou esses desafios ainda mais pesados.

Os estudantes de 2016 não vivenciaram o novo currículo em sala de aula, mas se manifestaram contra a legislação, pois acreditavam que ela poderia agravar as disparidades educacionais, comprometendo o futuro das próximas gerações.

No fim das contas, a implementação do NEM nas escolas se mostrou uma contradição. Os dirigentes de políticas públicas reconhecem os desafios a serem enfrentados na educação básica. Não é novidade que a ênfase no suporte adequado, com orientação, conteúdos assertivos, apoio emocional qualificado e ações que promovam o desenvolvimento do aluno enquanto cidadão, integrado à sociedade, são vistos como propulsores de uma educação de qualidade.

Mas, se o NEM, em sua teoria, realiza mudanças positivas que transformarão o adolescente no “adulto do século XXI”, por que, desde o início da sua concepção, ele se apresentou como uma ameaça aos estudantes?

Como todos os grandes temas que atravessam a nossa vida e que impactam a percepção que temos do mundo, este livro-reportagem é um recorte temporal e microscópico para responder esta e outras perguntas do coletivo, sobre um assunto em constante evolução. Quatro escolas diferentes, duas públicas e duas privadas, abrem seus portões e expõem os desafios enfrentados após fevereiro de 2017.

São histórias de pessoas da região metropolitana de São Paulo que vivem, experienciam, trabalham e estudam dentro do ambiente escolar. São os alunos, diretores, professores e pesquisadores que tiveram a missão de colocar em prática o que estava escrito

no papel da legislação. Ao mesmo tempo, não representam, de modo algum, a totalidade das múltiplas e complexas realidades existentes nas redes de ensino paulistas, muito menos do país, mas permitem a compreensão do funcionamento do jogo de poder — sempre agitado — no campo da educação.

Para complementar as vivências desses grupos, o resultado a seguir contou com a contribuição de pesquisas, trechos de legislações, textos jornalísticos e materiais de apoio sobre o NEM. A coletânea de artigos, “O Novo Ensino Médio: Desafios e Possibilidades”, organizada por Danilo Arnaldo Briskievicz e Rejane Steidel, foi a principal base teórica para a explicação da nova estrutura. A participação das escolas públicas neste livro-reportagem contou com o apoio de Fernando Cássio, professor da Universidade Federal do ABC (UFABC) e pesquisador da Rede Escola Pública e Universidade (Repu).

Esta colcha de retalhos só foi possível graças aos primeiros indagadores que, em 2016, se posicionaram contra a implementação da Reforma. Por meio do texto, as próximas páginas buscam capturar e reproduzir um vislumbre do cenário da educação brasileira aos que acompanham as manifestações do lado de fora do debate, um convite para que o leitor reflita sobre o ambiente escolar ideal para a nossa juventude.

# 1. "Novo" Para Quem?

"Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola."

**Fonte:** Constituição Federal de 1988.

Esta não foi a primeira reforma do Ensino Médio e nem será a última. A lei de 2017 é a décima sétima mudança na etapa desde a criação do Imperial Colégio de Pedro II em 1837, futuro Ginásio Nacional do Rio de Janeiro, primeira<sup>1</sup> escola-modelo do país.

O Brasil moldou seu sistema educacional à imagem de uma estrutura que privilegia alguns poucos grupos em detrimento de muitos outros. Assim como o país, a educação brasileira passou por transformações que acompanharam o acelerado ritmo da História, de colônia para república, da ditadura para os anos de redemocratização. Durante todos esses anos, a desigualdade projetou suas sombras sobre as esferas pública e privada. Seus problemas não são de agora ou ocasionados exclusivamente pela Reforma.

O Novo Ensino Médio surge para atender a uma demanda urgente da rede pública de ensino, visto que apenas 12,3% dos estudantes estão na rede privada (971,5 mil matriculados dentro de um universo de 6,6 milhões, segundo Censo Escolar de 2023). Os últimos anos haviam sido marcados pela alta taxa de evasão e baixos índices de aprendizagem dos estudantes, notificados por desempenhos abaixo do esperado em provas de avaliação.

---

<sup>1</sup> Informação extraída do artigo "Tudo Como Dantes no Quartel de Abrantes", de Aleluia Heringer Lisboa Teixeira, disponível no livro "O Novo Ensino Médio: Desafios e Possibilidades".

De acordo com dados de 2021 do Sistema de Avaliação da Educação Básica<sup>2</sup> (Saeb), que reúne um diagnóstico da educação básica brasileira e de fatores que podem interferir no desempenho dos estudantes, a aprovação no ensino médio caiu 4,6 pontos, atingindo 89,8% no ano em questão. Entre 2021 e 2022, reflexo da pandemia, o índice de matriculados no ensino médio também caiu, de 6.564.625 para 6.217.486.

A taxa de conclusão é outro número que assusta. O Anuário Brasileiro da Educação Básica de 2021 mostra que apenas 69,4% de jovens de 19 anos concluíram o ensino médio. Para a população preta, o número não passa de 62%.

Os dois principais desafios — garantir a permanência do estudante em sala de aula e a aprendizagem de temas que dialoguem com a sua realidade — criaram uma proposta de ensino pautada na flexibilidade e em conteúdos que, supostamente, fazem mais sentido para o estudante.

Embora o texto final da legislação tenha sido aprovado durante o governo de Michel Temer (PMDB), as discussões sobre uma última etapa da educação básica mais flexível e focada em habilidades socioemocionais não foram chefiadas exclusivamente por sua administração. Na verdade, seu embrião teve origem muitos anos antes e passou por uma série de modificações antes de nascer e se concretizar como as diretrizes a serem implementadas pelas Secretarias de Educação.

É no período de redemocratização que as mudanças começam a ser discutidas, por meio de uma proposta na lei que indicava uma nova alteração no currículo escolar.

A Constituição de 88 reafirmou o compromisso do Estado com a educação pública, sendo complementada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB<sup>3</sup>) de 1996. A mesma LDB, em seu texto, previa a construção de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que norteasse e padronizasse os conteúdos a serem ensinados nos anos de formação, incluindo o ensino médio. As administrações seguintes postergaram a criação do documento, mas ele nunca deixou de ser citado para o avanço da estratégia educacional do país e foi adicionado no Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014 a 2024. No PNE, o

---

<sup>2</sup> O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) é um conjunto de avaliações externas em larga escala que permite ao Inep realizar um diagnóstico da educação básica brasileira e de fatores que podem interferir no desempenho do estudante.

<sup>3</sup> A Lei de Diretrizes e Bases da Educação ou Lei nº 9.394/1996 define e regulariza a organização da educação brasileira com base nos princípios presentes na Constituição.

desenvolvimento deste ensino médio diferenciado para o aluno do século XXI como meta estratégica estava presente.

Até então, uma legislação que alterasse a organização da última etapa (não a elaboração de uma base curricular) aparecia com timidez no Congresso. No início dos anos de 2010, um projeto de lei do deputado Reginaldo Lopes (PT) sugeriu a criação de uma jornada de tempo integral nas escolas e a organização dos currículos por áreas de conhecimento, mas sem oficialização.

A elaboração da BNCC teve início em 2015, a partir de uma Comissão de Especialistas composta por 116 membros, entre eles, pesquisadores, professores em exercício nas redes estaduais e municipais e especialistas vinculados às secretarias estaduais. As discussões envolviam todas as etapas de ensino da educação básica.

O documento foi alterado nos meses seguintes. Seminários promovidos pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) revisaram a segunda versão da proposta, que ainda contemplava o ensino médio. Vinte e sete reuniões foram feitas entre junho e agosto de 2016.

Nos bastidores políticos, durante a gestão de Michel Temer e paralelamente à elaboração da Base, a reorganização da última etapa de ensino escolar era negociada. Primeiro, como Medida Provisória (MP), em seguida, transformando-se na Lei nº 13.415/2017.

A partir da terceira versão da Base, o documento do ensino médio foi discutido separadamente das demais etapas, uma vez que eram necessárias adaptações exclusivas para atender à nova legislação. Naquele ano, havia sido oficializada a parte referente apenas à educação infantil e fundamental.

Estudantes e o restante da comunidade escolar tiveram participação quase nula nestes encontros. O Ministério da Educação (MEC) chegou a realizar consultas públicas virtuais para a Base do ensino fundamental, que falharam em abranger a totalidade dos membros das escolas, segundo reportagem de Fernando Cássio para o veículo Nexo em dezembro de 2017. Nesses formulários, professores participantes eram convidados a contribuírem por meio de perguntas de múltipla escolha e caixas de texto livres. Suas sugestões poderiam ou não ser incluídas na versão final.

O texto finalizado da BNCC do ensino médio foi entregue ao Conselho Nacional de Educação em 2018, quase um ano após a aprovação da nova lei e sobrevivendo às diversas mudanças de Governo. No mesmo ano, o MEC realizou um "dia D" de mobilização para a discussão do documento nas escolas da rede pública, com o preenchimento de um formulário virtual semelhante ao do ano anterior. O conteúdo final é o ponto de partida a guiar a mudança dos currículos.

A BNCC e a Lei nº 13.415/2017 — que promoveu alterações na LDB — formam os pilares da mudança. Se antes os alunos seguiam uma mesma estrutura e terminavam os estudos passando pelas mesmas matérias e professores, agora, eles seguem de um mesmo ponto de partida, mas com rotas diferentes, que dependem de suas afinidades com as áreas do conhecimento: “Linguagens e suas Tecnologias”, “Matemática e suas Tecnologias”, “Ciências da Natureza e suas Tecnologias” e “Ciências Humanas e Sociais Aplicadas”.

“Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.”

**Fonte:** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

As principais alterações previstas na Lei nº 13.415/2017 se resumem em:

1. **Aumento da carga horária dos estudantes:** a lei aumenta a carga horária ao longo dos três anos da etapa. Ao todo, ela passa de 2.400 para 3 mil horas em sala de aula. O aumento está relacionado à meta 6 do Plano Nacional de Educação (PNE), que fixa que 50% das escolas e 25% das matrículas na educação básica estejam no ensino integral até 2025. É uma realidade comum para instituições privadas.
2. **Divisão entre disciplinas obrigatórias e itinerários formativos:** dentro dessas 3 mil horas, 1.800 (60%) são voltadas para as disciplinas obrigatórias da BNCC e 1.200 horas (40%) para itinerários formativos. Estes últimos são um conjunto de disciplinas, projetos, oficinas, núcleos de estudo, entre outras situações de trabalho das quais os estudantes poderão escolher participar. Organizam-se nas 4 principais áreas do conhecimento e em uma Formação Técnica e Profissional (FTP).

As redes têm autonomia para definir quais dessas disciplinas serão ofertadas e podem oferecer itinerários puros ou mistos, que trazem tópicos de mais de uma área do conhecimento ao mesmo tempo. Outro fator de destaque dentro da organização das disciplinas é que a nova lei permitiu que profissionais sem formação específica em educação ou licenciatura lecionassem determinadas matérias "mediante reconhecimento de notório saber, de acordo com regras estabelecidas em cada sistema de ensino".

3. **Obrigatoriedade das disciplinas de português e matemática nos três anos:** ambas as disciplinas são obrigatórias nos três anos da etapa. As demais compõem as 4 áreas do conhecimento desenvolvidas na BNCC. Elas não são excluídas do currículo (a LDB traz um parágrafo exclusivo para reforçar que a BNCC deve incluir, obrigatoriamente, estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia), mas podem ser trabalhadas de modo diferente em cada ano. Neste livro-reportagem, veremos como a não obrigatoriedade dessas matérias impactou no seu oferecimento no último ano da rede pública.
4. **Projeto de Vida:** citado ao longo do texto da BNCC, o projeto de vida é o segmento da educação que busca auxiliar na formação integral do estudante, acompanhando-o para que possa realizar as melhores escolhas em seu crescimento pessoal e profissional. A Base exige que a instituição de ensino ajude o aluno a

realizar escolhas éticas em diversos campos da sua vida, não apenas escolar. É uma modalidade com grande ênfase no desenvolvimento socioemocional.

Juntas, todas essas diretrizes foram implementadas na tentativa de criar um currículo mais atrativo aos estudantes. A flexibilidade da grade e a possibilidade de escolha são os principais recursos utilizados nas propagandas do MEC e de apoiadores da Reforma.

Por outro lado, o próprio texto da legislação sugere algumas incompatibilidades. Críticos apontam que a autonomia das escolas em decidir *o que* oferecer de acordo com *o que* pode oferecer não é um poder de escolha. O aluno fica a mercê da capacidade de atendimento do sistema.

Se este mesmo aluno estudar numa instituição que ofereça apenas os itinerários de matemática e ciências da natureza, embora tenha manifestado interesse em cursar um de ciências humanas, ficará sem aprender sobre conteúdos que também são importantes para a sua formação.

O resultado pode ser observado no momento em que ele aplica para o vestibular, sonhando ingressar em uma instituição pública. Os grandes vestibulares do país abrangem questões de todas as áreas do conhecimento, e o argumento dos principais críticos do NEM é que o enfoque em apenas uma área compromete o desempenho nas avaliações.

São questões que se esbarram no conceito de “novo” trazido pela Reforma. O que é o “novo”? É aquilo que vem para substituir o que não possui mais utilização, aquilo que não é pragmático ou que não funcionava da maneira como deveria estar funcionando? Se é novo, é positivo? Se é antigo, é negativo?

Os conceitos defendidos pelo NEM, de maior independência do aluno por meio da escolha dos seus cursos, mais conectados com as transformações tecnológicas do século atual, estão longe de serem novos. Estavam presentes em alguns colégios de ponta no Brasil, em países como os Estados Unidos e Inglaterra e em pesquisas financiadas por instituições privadas.

Para entendê-los, é preciso retomar a Base Nacional Comum do Ensino Médio, ao lado da elaboração da sua versão para educação infantil e ensino fundamental.

## Os players da educação: “quem controla a BNCC controla tudo”

A BNCC, apesar de não se definir como uma proposta de currículo nacional, mas como um norte para as escolas, apresenta caráter regulador e normativo. Assim sendo, determina quais são os conhecimentos que devem ser desenvolvidos em todas as escolas do país (municipais, estaduais e federais, sejam públicas ou privadas).

A concepção de um documento que regula o que crianças e adolescentes devem aprender sugere um grande recurso de poder. Inserida em um cenário político marcado por interesses de grupos em constante dissonância, a educação não é livre de neutralidade, e seu campo, desde a implementação do NEM, revelou antigas disputas.

A inspiração para uma base comum nacional estava presente, sobretudo, no modelo escolar norte-americano. A *Common Core* dos Estados Unidos de 2010 estabeleceu as habilidades que devem ser ensinadas aos alunos da pré-escola ao ensino médio, de disciplinas de linguagens e matemática.

A sessão do ensino médio no normativo nacional absorveu as exigências da Reforma, destacando que, “para atender às necessidades de formação geral, indispensáveis ao exercício da cidadania e à inserção no mundo do trabalho, a escola que acolhe as juventudes tem de estar comprometida com a educação integral dos estudantes e com a construção de seu projeto de vida”.

São três as palavras-chaves que chamam a atenção: “integral”, “projeto de vida” e “trabalho”.

As duas primeiras, já explicitadas pela forma como a grade horária foi organizada, entre currículo comum e itinerários, são os meios para se atingir a qualificação profissional dos estudantes. A necessidade da escola prepará-los para a entrada no mercado de trabalho está indicada na Constituição de 88, e o NEM, em diálogo com as mudanças sugeridas ao longo dos anos, deu grande ênfase ao futuro profissional desses jovens.

É uma exigência apoiada pela digitalização do trabalho, que impulsionou a adição de aprendizagens sobre tecnologias digitais no currículo dos alunos:

“Essa constante transformação ocasionada pelas tecnologias, bem como sua repercussão na forma como as pessoas se comunicam, impacta diretamente no

funcionamento da sociedade e, portanto, no mundo do trabalho. A dinamicidade e a fluidez das relações sociais – seja em nível interpessoal, seja em nível planetário – têm impactos na formação das novas gerações. É preciso garantir aos jovens aprendizagens para atuar em uma sociedade em constante mudança, prepará-los para profissões que ainda não existem, para usar tecnologias que ainda não foram inventadas e para resolver problemas que ainda não conhecemos.”

**Fonte:** Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A valorização de competências e habilidades técnicas do mundo digital resultou na criação de disciplinas cujos nomes e situações de aprendizagem dialogam com este universo, conforme visto na aplicação do currículo paulista, que oferece itinerários como “#SeLigaNaMídia”.

Essas competências e habilidades são frutos das reuniões realizadas com especialistas, parcela do professorado e pesquisadores da área. Além deles, influenciando ou atuando diretamente nas reuniões, destaca-se a participação de fundações empresariais e outras instituições financiadoras da educação.

O Movimento pela Base (MPB) é um dos principais nomes do processo de criação da BNCC. Facilitador da sua implementação, por sua vez, o MPB foi coordenado pela Fundação Lemann, instituição privada com histórico na gestão da educação pública brasileira e que assumiu o papel de secretaria executiva do Movimento a partir de 2015.

Lemann realizou uma série de seminários e eventos sobre a BNCC para membros da comunidade escolar e funcionários do governo. Entre as ações realizadas, todas documentadas nos relatórios anuais da instituição entre os anos de 2016 e 2018, há:

- A produção de um relatório entregue ao MEC a partir das contribuições dos 27 seminários estaduais sobre a Base;
- Reuniões com secretarias de educação de todo o país para auxiliar na preparação dos seus currículos locais, em regime de colaboração;

- Criação de um concurso empresarial em parceria com a Universidade de Columbia, em Nova Iorque, no qual 12 empreendedores de educação foram convidados para desenvolverem soluções que impulsionassem a implementação da Base;
- Elaboração de materiais didáticos alinhados à BNCC para professores (digitais e gratuitos);
- Cursos sobre competências previstas na Base para professores das redes pública e privada.

Além de fornecer informações, a Fundação estabeleceu as diretrizes e os princípios essenciais para a escrita da BNCC, com ênfase na etapa do ensino fundamental. Após a retomada das reuniões para a construção do texto do ensino médio em 2017, a organização passou a publicar documentos de apoio às mudanças na última etapa.

O Centro Lemann de Pesquisas, na Universidade de Stanford, nos Estados Unidos, já produzia artigos comparando a *Common Core* com o normativo brasileiro em 2016.

No documento intitulado "Implementação da BNC: Lições do 'Common Core'", o professor-pesquisador, David Plank, defende que "a qualidade da BNC é a melhor proteção contra os ataques políticos que inevitavelmente acompanham os esforços para definir o que os alunos devem saber ou são capazes de fazer". No mesmo texto, ele destaca a importância da formação dos professores para alinhar suas competências pedagógicas à Base e a necessidade de se produzir novos materiais didáticos que os atendam.

São orientações que seriam aplicadas três anos depois. Em um guia explicativo para professores, a instituição defende que, por mais que a BNCC não solucione todos os desafios da educação brasileira, "é um passo importante em direção a uma educação com maior equidade e qualidade. Ao definir o que cada um tem direito a aprender e desenvolver na educação básica, independente do lugar onde mora ou estuda, a BNCC se torna uma ferramenta muito importante para diminuir a desigualdade educacional entre nossos alunos".

Hoje, o Movimento pela Base conta com outras empresas em seu conselho deliberativo, como o Instituto Unibanco, Instituto Natura, Fundação Telefônica Vivo, Itaú Educação e Trabalho e Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. Outras organizações também surgiram para apoiar as escolas na implementação do NEM, com materiais pedagógicos personalizados e, como sempre, digitais e gratuitos.

Com o surgimento dessas organizações, o debate em torno da BNCC e do NEM ficou dividido.

"Os institutos empresariais falam maravilhas sobre o Novo Ensino Médio, porque têm acesso direto ao gabinete do Ministro da Educação. Quem não possui acesso ao gabinete do Ministro são os movimentos sociais", diz o pesquisador, Fernando Cássio, que também integra a Rede Escola Pública e Universidade (Repu), grupo de professores e pesquisadores de universidades públicas e do Instituto Federal de São Paulo. "O Instituto Reúna diz haver problemas de implementação, mas que podem ser resolvidos com um ou outro ajuste. Não é verdade."

Assim como o MPB, o Instituto Reúna é uma organização de apoio à implementação do NEM e alinhamento dos currículos à BNCC, além de ter, como um de seus financiadores, a Fundação Lemann.

Fernando, um dos principais nomes opositores à nova legislação, junto com a Repu, conduz pesquisas que medem o impacto das políticas públicas na acentuação das desigualdades educacionais. Ele foi a primeira fonte contatada para este livro-reportagem. Em sua opinião, "a relação entre o Governo atual e essas instituições é quase uma vassalagem moderna".

Katia Smole, ex-Secretária de Educação Básica do MEC e atual diretora executiva do Instituto Reúna, discorda. Smole é um dos nomes no debate público que apoiam a manutenção da Reforma. Segundo a diretora, o Brasil nunca teve tradição de realizar reformas disruptivas, e o Novo Ensino Médio trouxe desconforto exatamente por alterar uma etapa inteira da educação básica sem estudo-piloto. Problemas que surgiram em meio às mudanças de administração no Ministério durante a gestão de Jair Bolsonaro (PSL) impediram a elaboração de uma estratégia aprofundada de execução do NEM.

"Tivemos que implementar uma política educacional que estava com pedaços faltando. Também faltaram a coleta de evidências para apoiar os estados brasileiros e um plano nacional de implementação completo", a ex-secretária diz. A escassez de um cronograma detalhado, com financiamento estruturado para se implementar a nova legislação, foi um dos principais obstáculos durante o processo, na sua visão. Mesmo assim, revogar a lei por inteiro não seria a melhor alternativa.

Seu raciocínio segue o grande potencial de inovação que a proposta traria. "Na hora de somar todos os obstáculos que surgiram para a implementação, não dá para falar se esse novo modelo é bom ou ruim", analisa. Para o defender, diz que ele tende a ser o melhor. Elementos como formação profissional mais integrada e maior poder de escolha do aluno são assuntos universalizados em demais países e que já trouxeram resultados positivos para outras escolas.

Do outro lado da moeda, organizações não governamentais menores e grupos de pesquisadores de faculdades públicas também se esforçam para auxiliar colégios durante a implementação do currículo, porém, em sentido contrário à defesa do NEM e sem apoio governamental do alto escalão.

Márcia Jacomini é doutora em Educação e coordenadora do Grupo de Escola Pública e Democracia (GEPUD), criado com o objetivo de ajudar na reestruturação do currículo. Ela elabora uma hipótese ao refletir sobre o interesse das organizações privadas na condução dessas políticas públicas. Para a coordenadora, a participação dessas empresas remonta a décadas passadas e está relacionada à crise do capitalismo, acentuada após o colapso financeiro de 2008.

Jacomini explica que o conceito de trabalho que nasceu com a Revolução Industrial se transformou ao longo do tempo e, na década atual, não atende mais às demandas do capitalismo. "O capital tem um processo no qual precisa se reproduzir e se expandir. Quando há queda na taxa de lucros, ele entra em crise, precisa se reorganizar e responder a isso."

Esta nova condição exigiria um novo ser humano. Se, no passado, o indivíduo desejava ser incorporado à sociedade do trabalho, a nova realidade cria populações em constante instabilidade e sem direitos trabalhistas, fomentada por políticas neoliberais.

"Do ponto de vista do mundo do trabalho, a escola não pode mais formar pessoas como eu, que querem ter carteira assinada, que querem ter um serviço público. As novas gerações precisam achar que o bom é ser patrão de si mesmo, ser empreendedor. Se as pessoas se formarem como eu me formei, elas vão lutar e vão querer coisas que essa sociedade não pode dar".

Na opinião de Márcia, a exaltação do empreendedorismo no ambiente escolar pode ser um perigo, formando indivíduos menos questionadores de suas próprias realidades.

"Essas fundações dizem estarem preocupadas com o futuro da educação do país, mas, na realidade, sabem que é necessário reorganizar o conteúdo da população pobre de escola pública. Eles não estão fazendo isso no setor privado. Na escola pública, nós precisamos garantir que ninguém tenha nenhuma vocação, nenhuma intenção, nenhuma possibilidade de pensar em ser dirigente ou questionar qualquer coisa. Então, eles passam a influenciar a política educacional."

Ao contrário de Márcia, Katia Smole destaca o papel fundamental desempenhado por sua organização na capacitação de professores e na execução da lei em colaboração com as secretarias de educação. "Nós temos cooperação com o Consed, Undime e o próprio Ministério, caso ele precise. Chegamos de forma indireta na escola porque o nosso foco são as redes de ensino, mas não há qualquer repasse de recursos financeiros entre o Reúna e elas", explica. O Instituto identifica as demandas que precisam ser colocadas em prática nas escolas por meio das redes e cria materiais de suporte que são utilizados por elas. Em outras situações, os próprios grupos entram em contato com o Reúna em busca de assistência.

A diretora comenta que o orçamento da organização se dá pelo repasse de outras instituições do terceiro setor e doações institucionais, sem qualquer envolvimento com o Governo. O histórico de Katia na educação pública contribuiu para essa aproximação e, ao estudar sua atuação até aqui, pontua que o apoio à aplicação da nova lei surgiria como demanda das redes de ensino de um jeito ou de outro:

"Se eu puder ajudar a formar essas equipes para que façam a melhor educação possível, este vai ser o meu trabalho. Acho que essa suspeita de tráfico de influências não se valida. Se eu fosse lobista do Congresso Nacional, sim, mas eu estou longe disso."

Márcia Jacomini diz não ser coincidência que os materiais dessas instituições sejam fornecidos gratuitamente como forma de apoio. Por mais que o seu consumidor final não pague para os utilizar em sala de aula, instituições como a Fundação Lemann e o Reúna possuem uma ampla rede de profissionais que auxiliam na montagem dos produtos e em conduções de eventos sobre o tema — profissionais que são pagos para isto.

Ademir Almagro, atual secretário de educação de Novo Horizonte, em São Paulo, foi professor de História das redes pública e privada de ensino e um dos docentes convidados pela Fundação Lemann para atuar na produção de materiais sobre a nova BNCC. Durante três anos, ele estabeleceu vínculo empregatício com a instituição.

Representando-a, o professor participou de diversos eventos no país patrocinados pela fundação sobre o papel da Base. Sua função era propagar os benefícios que o documento traria para a relação aluno-professor.

"A BNCC teve a boa intenção de ser democrática, mas não foi o que aconteceu. Os professores ficaram de fora, porque não confiavam no documento, havia um ceticismo em relação a mais uma mudança. Então, a Fundação percebeu que era necessário colocar professores para falar com outros professores", o secretário diz.

O ceticismo citado por Ademir é próprio da forma como o professorado participou das consultas públicas sobre a Base, por meio de perguntas de múltipla escolha e caixas de texto livres em uma página virtual.

Havia a crença de que, ao se convidar palestrantes professores que dialogassem com os demais docentes sobre o documento normativo, a recepção e abertura à novidade seriam maiores. "Tínhamos que fazer com que eles acreditassem que aquilo iria dar certo. É diferente um professor falando do que uma pessoa que nunca deu aula em sala de aula na vida, escrevendo as regras da educação."

Ademir passou a contribuir com a análise da BNCC, via Fundação Lemann, a partir de sua segunda versão. Ele apontou uma série de sugestões para que o texto final fosse melhorado. Hoje, reconhece que ainda não é um documento perfeito, mas um avanço em constante construção.

Ao contar sua história, reforça que o principal benefício da BNCC foi padronizar e formalizar todos os currículos da educação básica:

"Eu costumava dizer que o Brasil, na questão educacional, era como uma Torre de Babel. Em cada esquina, falava-se uma língua. O currículo das redes estadual, municipal e particular não conversavam entre si. A grande vantagem dela foi criar uma condição homogênea", destaca.

Teoricamente, um aluno que se muda do Mato Grosso para Santa Catarina não sentiria os impactos educacionais da mudança, uma vez estando todos os currículos conectados sob um mesmo normativo. Para o secretário, outro ponto positivo foi a abordagem de habilidades e objetivos a serem trabalhados na sala de aula que, antes, seriam mais abstratas.

A visão de outros professores sobre a BNCC será abordada mais adiante. Em uma das histórias relatadas, a professora de ensino médio diz que as mudanças do documento, ao invés de ajudarem na condução de aula, atrapalhou o seu planejamento.

A disputa em torno do currículo está longe de chegar ao fim. Os diferentes atores envolvidos nesse debate têm suas próprias motivações e agendas políticas. Não apenas a Fundação Lemann, mas as instituições financeiras como um todo são grandes agentes de mudança na educação brasileira, investindo em encontros, palestras e eventos de apoio ao NEM.

Por mais que unam esforços públicos e privados para transformar a educação a longo prazo, a determinação daquilo que se é ensinado nas escolas não pode ser visto com neutralidade. Quem controla o currículo, é capaz de controlar o futuro de uma nação.

### **O NEM no Estado de São Paulo: como funcionou a implementação paulista**

São Paulo foi o primeiro estado do país a homologar um novo currículo do ensino médio para seus estudantes, em agosto de 2020. O NEM teve início nas redes estaduais e municipais a partir de 2021, somente para estudantes do primeiro ano. Em 2022, foi a vez dos alunos do segundo ano e, em 2023, do terceiro ano.

Em coletiva de imprensa, o Governador João Dória disse que o objetivo do Novo Ensino Médio de São Paulo era criar uma escola que "dialogasse com a realidade atual da juventude, adaptando-se às necessidades dos estudantes e os preparando para viver em sociedade e enfrentar os desafios de um mercado de trabalho dinâmico".

É uma equação também presente na Base Comum. A existência de um projeto de vida do aluno, a partir da oferta, permitiria que ele estudasse um tema com o qual possuísse maior afinidade. Estudando-o, teria acesso ao ensino superior e ao mercado de trabalho. Uma equação cujo os diversos resultados têm apontado para o oposto do que se era esperado.

Alinhado à BNCC, o NEM de São Paulo foi estruturado em 3.150 horas ao longo dos três anos da etapa. Do total da carga horária, 1.800 horas são voltadas à formação básica e 1.350 horas são referentes aos itinerários formativos, que ocupam mais espaço na grade do que a carga mínima exigida na legislação.

Em São Paulo, os itinerários formativos estão organizados em duas partes: os componentes do Inova Educação e os aprofundamentos curriculares.

Lançado em maio de 2019 e implementado em 2020, o Programa Inova Educação foi criado pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP) com o propósito de oferecer disciplinas que estivessem mais alinhadas com as "vocações, desejos e realidades de cada aluno", do 6º ano do fundamental II ao 3º ano do ensino médio.

Em sua descrição oficial, é apontado como uma série de "novidades essenciais para promover o desenvolvimento intelectual, emocional, social e cultural dos estudantes; reduzir a evasão escolar; melhorar o clima nas escolas; fortalecer a ação dos professores e criar novos vínculos com os alunos".

Tudo isto por meio da adição de três novas disciplinas na grade curricular dos estudantes: aulas de "Eletivas", "Projeto de Vida" e "Tecnologia & Inovação", que dialogam com a nova BNCC — em especial, com as competências 5 e 8 da educação básica, que prevêem, respectivamente, a educação de tecnologias digitais e o autoconhecimento emocional da criança e adolescente.

Não foi uma criação rápida. O Programa Inova teve sua origem nas ações que o Estado já promovia em escolas de ensino integral (PEI), que, mais do que aumentar o tempo do estudante na escola, possuem um currículo diferenciado em relação às escolas regulares:

"No Programa de Ensino Integral (PEI), os estudantes passam a ter uma matriz curricular diferenciada que inclui preparação para o mercado do trabalho, orientação de estudos, experiências práticas de ciências, tutoria personalizada com um professor, além dos clubes juvenis, em que os alunos se auto-organizam de acordo com seus temas de interesse como dança, xadrez, debates etc. A carga horária é de até nove horas e meia – na rede regular a jornada é de cinco horas."

**Fonte:** Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP).

Para a preparação ao mercado de trabalho, as três disciplinas adicionadas possuíam forte influência no desenvolvimento de aspectos socioemocionais. Não à toa, o Inova também contou com o apoio de fundações privadas, como o Instituto Ayrton Senna, em sua elaboração.

Ainda em 2019, a empresa ajudou na implementação das novas matérias em 24 escolas da rede estadual, que serviu como um piloto para as mudanças que seriam feitas no ano seguinte. Os resultados das práticas foram documentados pela fundação e compartilhados com a Seduc.

O plano inicial era que os alunos cursassem duas disciplinas eletivas por semestre, com as opções sendo oferecidas a partir de alinhamento prévio entre a direção escolar, alunos e oferta dos professores.

Cada escola deveria organizar seu “Feirão de Eletivas” no início do ano, no qual discutiriam as opções ofertadas. Dentro do pacote anunciado pelo Governo, estavam incluídas aulas de “empreendedorismo, ética e cidadania, olimpíadas de conhecimento, teatro, comunicação não violenta e mediação de conflitos”.

A pandemia atrapalhou os planos da Seduc. Algumas escolas chegaram a realizar o “Feirão de Eletivas”, mas tiveram que readequar o seu oferecimento com base no que era possível ser ensinado virtualmente ou não. Outras deixaram de oferecer duas eletivas por semestre para apenas uma e de acordo com a formação do professor. Neste livro-reportagem, também veremos como os colégios se reestruturaram para oferecer suas eletivas.

Apesar da estruturação cheia de problemas durante o cenário pandêmico, o Inova Educação foi acoplado à estrutura do NEM. Completando 35 horas semanais por ano, além das eletivas, os alunos escolhem o aprofundamento que desejam cursar na segunda e terceira série de acordo com as opções oferecidas na escola. Não há aprofundamentos curriculares no primeiro ano:



*Divisão de itinerários formativos na rede pública de ensino do Estado de São Paulo. Fonte:* Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP).

Cada aprofundamento curricular é estruturado em unidades curriculares, que são blocos de 10 aulas semanais que duram um semestre cada. Um aprofundamento curricular consiste em 6 unidades curriculares. Na 2ª série, há uma unidade curricular por semestre e, na 3ª série, duas.

Ao todo, o Governo ofereceu 10 itinerários formativos (aprofundamentos curriculares) a serem adotados pelas escolas. Foi estabelecido que cada instituição escolar deve oferecer, pelo menos, dois deles. São:

<b>Área do Conhecimento</b>	<b>Aprofundamento Curricular</b>
<b>Ciências Humanas e Linguagens</b>	Cultura em movimento: diferentes formas de narrar a experiência humana
<b>Ciências da Natureza e Matemática</b>	Meu papel no desenvolvimento sustentável
<b>Matemática e Ciências Humanas</b>	Ciências Humanas, Arte e Matemática: #quem_divide_multiplica
<b>Linguagens e Ciências da Natureza</b>	Corpo, saúde e linguagens
<b>Linguagens e Matemática</b>	Start! Hora do desafio!
<b>Ciências Humanas e Ciências da Natureza</b>	A cultura do solo: do campo à cidade
<b>Linguagens e suas tecnologias</b>	#SeLigaNaMídia
<b>Ciências Humanas e Sociais Aplicadas</b>	Superar desafios é de humanas
<b>Ciências da Natureza e suas tecnologias</b>	Ciência em ação!
<b>Matemática e suas tecnologias</b>	Matemática conectada

**Fonte:** Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP).

Um levantamento de abril de 2023 da TV Globo indicou que uma em cada cinco escolas estaduais só oferece o mínimo exigido entre os 10 aprofundamentos curriculares disponíveis. Outra pesquisa, feita pela Rede Escola Pública e Universidade (Repu) em 2022,

mostrou que há uma forte relação entre escolas de perfil socioeconômico mais baixo e o oferecimento de poucos itinerários formativos.

Além dos itinerários, o Governo também implementou duas modalidades de ensino técnico, o Novotec "Expresso", isto é, cursos de qualificação profissional fora do período de aula, e Novotec "Integrado", no qual o aluno cursa as suas aulas junto com as disciplinas obrigatórias.

Todas essas mudanças foram apoiadas por materiais pedagógicos e cursos oferecidos pelo Estado aos professores.

A chegada dos aprofundamentos curriculares em 2022 mudou a rotina dos profissionais, que tiveram que estudar um novo material didático a fim de organizarem suas aulas. Como forma de auxílio, São Paulo foi um dos primeiros estados do Brasil a oferecer material específico do Novo Ensino Médio aos docentes, chamado de Material de Apoio ao Planejamento e Práticas do Aprofundamento (MAPPA), um documento com orientações para cada um dos itinerários formativos.

O MAPPA oferece sugestões práticas e diretrizes educacionais para a realização do trabalho em sala de aula, por meio do planejamento do curso, curadoria de materiais, reestruturação de tempo de aula e avaliação de aprendizagem.

Sua organização consiste em cerca de cinco atividades dentro de cada unidade curricular, divididas em introdução, desenvolvimento e sistematização (trabalho final a ser desenvolvido com os estudantes). Essas atividades são distribuídas ao longo de um período de 20 semanas dentro do semestre.

Durante a divulgação dos novos recursos, Viviane Cardoso, coordenadora pedagógica da Seduc na época, comentou que se tratavam de materiais inovadores, por explorarem habilidades e competências de forma integrada. Em nota para a imprensa, a coordenadora diz que "foram discutidas as questões mais contemporâneas para que o estudante pudesse garantir a sua aprendizagem de forma divertida e contextualizada. O professor, por sua vez, tem um panorama do desenvolvimento deste processo e sugestões da quantidade de aulas para cada atividade".

Esses recursos foram elaborados com o apoio de instituições privadas, com destaque para o Instituto Reúna.

Em 2021 e 2022, o Instituto e outras fundações (Instituto Natura, Instituto Sonho Grande, Itaú Educação e Trabalho, Fundação Telefônica Vivo e Ifood) coordenaram a equipe responsável pela redação dos MAPPAs junto com a Seduc. Katia Smole, diretora da organização, diz que a Secretária entrou primeiro em contato com o Reúna solicitando apoio e que ela teve autonomia durante todo o processo de confecção dos materiais:

"O que a gente fez foi formar equipes, conduzir leituras críticas e apoiar na formação dos professores, de modo que pudessem entender melhor os materiais. Fizemos somente uma parte da produção." A forma como esses itens foram organizados e seu aproveitamento pelos docentes também serão explorados nas próximas páginas.

Na capital, a prefeitura disponibilizou outros materiais de apoio para as suas 8 escolas municipais de ensino fundamental e médio. Os itinerários — chamados de percursos — também estão estruturados de outra forma. Como este livro-reportagem se concentra na implementação da lei em escolas de nível estadual, a estrutura municipal não será abordada.

Os conceitos de Inova Educação, itinerário formativo, MAPPA e BNCC estão presentes nas histórias dos próximos 4 capítulos. Conheceremos como duas escolas públicas e duas escolas privadas da região metropolitana de São Paulo adaptaram a legislação da Seduc. Apesar de pertencentes à mesma categoria, cada escola pública e privada possui suas particularidades e, por isso, foram escolhidas para esta análise.

O Colégio Santa Cruz, em São Paulo, é notório por atender famílias de classe A; o Colégio Guilherme de Almeida, em Guarulhos, atende a classe média da região, composta por perfis financeiros variados, e não possui a infraestrutura robusta da primeira escola.

No cenário público, a Escola Estadual Antônio de Ré, também em Guarulhos, se diferencia da Escola Estadual Armando Gomes, no Itaim Paulista, por contar com o apoio de um grupo de pesquisadores especializados em currículo para a implementação de uma proposta de NEM mais coerente e justa com a realidade da instituição (e, mesmo assim, apresentou muitas dificuldades no processo). O Armando Gomes não contou com qualquer tipo de ajuda.

Os próximos textos transitam entre diferentes estilos — de depoimentos, histórias, explicações expositivas a testemunhos — que demonstram como, na lei, imaginar aluno e professor em sala de aula é muito diferente do aluno e professor na vida real, com problemas reais.

## 2. Colégio Guilherme de Almeida

O Colégio Guilherme de Almeida, localizado em Gopouva, no centro da cidade de Guarulhos, São Paulo, atende a classe média da região há mais de 40 anos. Com o passar do tempo, foi crescendo e, hoje, configura-se como uma das escolas do município com o melhor desempenho no ENEM e demais avaliações de vestibulares.

Apesar da idade, a escola sofreu diversas alterações em sua infraestrutura. Além de salas equipadas com projetores e materiais modernos — concentradas em um prédio único —, possui um laboratório de práticas científicas, laboratório de informática, *playground*, duas quadras poliesportivas e uma piscina semi-olímpica.

No ensino médio, são 142 alunos divididos em seis turmas de primeiro, segundo e terceiro ano. A mensalidade para a matrícula em uma das três séries se aproxima de R\$ 3.000,00 reais (um pouco mais de dois salários mínimos), com bolsas de estudos mediante a classificação em prova.

Com a publicação da Lei nº 13.415/2017, a coordenação pedagógica da instituição privada logo iniciou os preparativos para a implementação das novas diretrizes do Ministério da Educação.

Jorge de Meneses Chaves, coordenador pedagógico do GA (como a escola é conhecida), foi o responsável por organizar a nova estrutura ao lado da diretoria, professores e mantenedores. O NEM representou mudanças profundas na vida de seus estudantes, que tiveram que se adaptar às aulas de aprofundamento curricular.

As primeiras mudanças foram implementadas em 2019. Até 2018, o currículo dos alunos se baseava no oferecimento de 14 disciplinas obrigatórias. Por meio de uma prototipagem, a instituição testou a adesão e engajamento dos estudantes em disciplinas oferecidas de forma não-obrigatória, extras, que funcionavam no modelo de eletivas e que se aprofundavam nos temas vistos no período da manhã pelos demais alunos.

Os coordenadores criaram uma representação que simulava um cenário no qual o NEM já estivesse vigente. Em seguida, coordenadores e professores coletaram informações

entre si para avaliar a continuidade do projeto. No ano em questão, a organização e o oferecimento de disciplinas extras ficaram sob a responsabilidade de professores-coordenadores, ou seja, representantes das áreas do conhecimento dentro do ensino médio da instituição. As áreas de conhecimento atendidas foram: ciências da natureza, ciências humanas, matemática e linguagens.

Uma vez escolhida a disciplina, o aluno precisava cumprir sua grade horária no período de um ano, com um sistema de avaliação próprio. A participação no curso não significava o oferecimento de notas extras. De acordo com a coordenação pedagógica, a nota era mais simbólica e sem fins de reprovação.

No total, em torno de 30 alunos optaram por participar de pelo menos uma disciplina extra.

Apesar da boa adesão inicial, no ano seguinte, a continuidade da prototipagem foi prejudicada pela pandemia. "A pandemia evidenciou um grande problema para a gente, que é o fato de a escola usar a nota como mediação e controle de disciplina", pontua Jorge, que estava à frente da organização do modelo.

De acordo com ele, "com a pandemia, vimos que não tínhamos como cobrar nota. Isso desmanchou tudo o que você possa imaginar, porque nós, professores, estruturamos a disciplina em um pensamento e, quando precisamos cobrar a partir desse pensamento, não havia como". A solução encontrada foi classificar o resultado de algumas disciplinas conceitualmente: adequado, inadequado, satisfatório e excelente.

Este processo aconteceu ao longo de todo o ano de 2020. O Novo Ensino Médio começou de forma oficial no colégio a partir de 2021, com novos materiais pedagógicos.

Antes de explicar o que é o NEM em sua escola, o coordenador aproveita para enfatizar que, se fosse implementado o lado tecnicista da Reforma em Guarulhos, seria necessário o oferecimento de disciplinas de logística, hotelaria e transporte, que, em tese, dialogam com o caráter pragmático de ensino e a aplicabilidade do conteúdo visto pelo aluno do município no mundo real. Uma adição típica de professor de Geografia.

Durante toda a conversa, ele deixa claro o seu posicionamento contrário à implementação.

"Eu costumo dizer que o Novo Ensino Médio é semelhante a uma ciclovía em uma

cidade. A ciclovia é uma ideia ótima, mas o problema é a nossa estrutura urbana, ou seja, qualquer coisa colocada sobre uma estrutura errada irá dar errado", ele diz. "O problema não é a ciclovia, é porque a estrutura urbana está ruim. Qualquer reforma se dará dentro de uma estrutura educacional ruim."

O currículo dos adolescentes do primeiro e do segundo ano, a partir de 2021, se dividiu entre disciplinas da grade comum curricular, itinerários formativos e eletivas.

As primeiras correspondem ao 60% de conteúdo determinado pela BNCC, as segundas, aos 40% compostos de disciplinas de aprofundamento nas áreas do conhecimento e as terceiras, por fim, mudaram com o passar do tempo e, atualmente, se tornaram a maneira encontrada pela instituição para suprimir a deficiência no fornecimento de algumas matérias. Elas buscam dar uma formação e visão amplas para assuntos não vistos pelos alunos, dependendo do itinerário formativo escolhido.

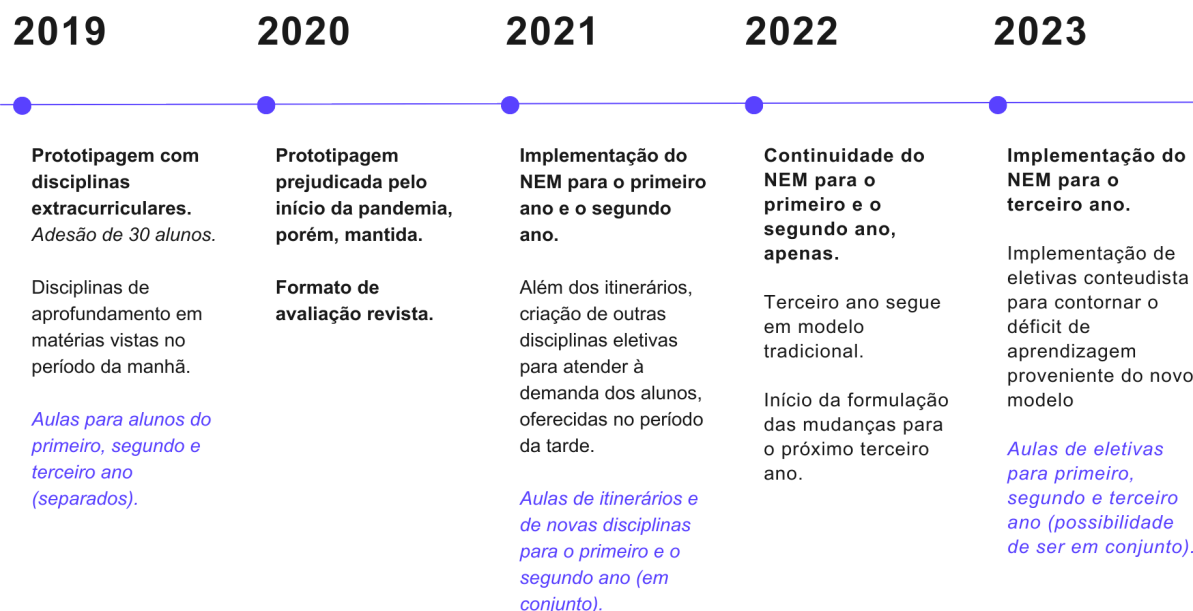
A implementação, portando, foi feita em um cenário de pandemia e de aulas virtuais, que ocorriam entre poucos dias presenciais na escola, que atendia alunos em uma capacidade oscilante de 15%, 30% e 50%. A instituição abriu totalmente suas portas aos alunos apenas em outubro daquele ano.

Além do agravante da pandemia, a mudança não ter sido feita de forma totalmente gradual foi um motivo de estresse aos alunos. Em 2021, tanto o primeiro quanto o segundo ano passaram pelas disciplinas reformuladas e a terem aulas em conjunto. Para o coordenador pedagógico, esta foi uma experiência traumática, principalmente para os alunos do segundo ano:

"Eles ficaram na última leva de alunos que não fariam o NEM. O primeiro ano de 2021 já começou daquela forma. Quem se formou no ano passado fez o segundo no formato do Novo Ensino Médio e o terceiro no formato tradicional, semelhante a uma escolarização 'sanduíche'. Era tanta adaptação necessária que o terceiro ano, até então, seguia de modo tradicional."

De acordo com a cronologia das mudanças feitas na escola, a partir de 2019, é possível identificar pontos marcantes que resultaram ou contribuíram para a implementação do NEM no colégio. No geral, as disciplinas existentes até então foram reorganizadas seguindo:

## Cronologia: Implementação do Novo Ensino Médio no Colégio Guilherme de Almeida (2019 - 2023)



**Fonte:** do autor.

Hoje, as matérias do ensino médio para a grade comum — fora de itinerários formativos e eletivas — estão distribuídas de acordo com:

Área do Conhecimento	Componentes Curriculares	Aulas/Semana		
		1º	2º	3º
Linguagens e Suas Tecnologias	Gramática	2	2	2
	Literatura	1	1	1
	Prática Argumentativa	1	1	1

	Técnica de Redação	1	1	2
	Língua Inglesa	1	1	1
<b>Matemática e Suas Tecnologias</b>	Matemática	4	4	4
	Investigação Matemática	1	1	1
	Matemática Financeira	1	1	0
<b>Ciências da Natureza e Suas Tecnologias</b>	Biologia	3	3	3
	Química	3	3	3
	Física	3	3	3
	Laboratório	1	1	0
<b>Ciências Humanas e Sociais Aplicadas</b>	Geografia	2	2	3
	História	2	2	3
	Sociologia	1	1	1
	Filosofia	1	1	1
	História da Arte	0	0	1
	<b>Total</b>	<b>28</b>	<b>28</b>	<b>30</b>

**Fonte:** Colégio Guilherme de Almeida.

## **O NEM dentro do contexto mercadológico das instituições privadas: a venda do produto às famílias**

Além de escolas privadas estarem em um universo separado das públicas, o fato de conviverem dentro de um sistema de mercado significa que precisam atender às expectativas de seus clientes finais, isto é, as famílias dos alunos, durante a implementação do NEM.

No artigo intitulado "As escolas privadas e os seus clientes: estratégias organizacionais de promoção da oferta e de regulação das admissões", publicado na edição 19 da revista *Forum Sociológico*, os autores, Jorge Ávila de Lima e André Costa Melo, expõem esta relação entre pais e instituições.

Famílias tendem a formar imagens específicas sobre os estabelecimentos de ensino e, por isso, alimentadas por um cenário de concorrência, as escolas buscam interferir na formação de opiniões de seus potenciais clientes. Nesse sentido, o *marketing* é essencial para manter o interesse do público no produto ofertado.

O Colégio Guilherme de Almeida teve um desafio adicional de identificar e oferecer uma estrutura curricular que o diferenciasse de seus principais concorrentes, ou seja, outras instituições privadas voltadas para à classe média guarulhense.

O perfil das famílias segue um padrão semelhante: a preocupação com a aprovação nos maiores vestibulares do país. Parte do *marketing* da escola é voltado para o anúncio de alunos que ingressaram em faculdades públicas e federais do Brasil. No início de 2023, suas redes sociais foram o principal canal para anunciar alunos aprovados em instituições de ensino superior.

A chegada do NEM representou um risco a essas escolas, afinal, o sistema de ingresso às universidades públicas não mudou. Neste caso, os clientes de colégios privados ainda consideram o índice de aprovação nas grandes faculdades como medidor da qualidade de ensino e principal fator na construção de sua imagem.

Como adotar a nova legislação sem prejudicar o principal motor de adição de novas matrículas na escola? Foi a pergunta que seu coordenador pedagógico precisou fazer e resolver junto aos demais docentes do GA.

Na pesquisa de Lima e Melo, alguns elementos atrativos e de diferenciação que escolas privadas adotam são o oferecimento de cursos extracurriculares, recursos digitais e docentes

com alta especialização e formação acadêmica mais exigente, fatores que, antes da implementação da reforma, estavam presentes no Guilherme de Almeida.

Como fator de atração às famílias, o colégio realiza eventos esportivos e culturais anualmente, com o oferecimento de campeonatos, palestras e rodas de conversa temáticas entre alunos e convidados.

A partir de 2023, os três anos do ensino médio do GA seguem uma grade semelhante, a mesma aprovada pela Supervisão de Ensino do Estado de São Paulo no início da implementação.

A alteração resultou na diminuição de aulas de disciplinas como, por exemplo, Inglês, exclusão de disciplinas como Espanhol (a antiga professora de espanhol, hoje, dá aulas de Projeto de Vida) e na inviabilidade de oferta de extracurriculares específicas, como Xadrez, devido ao modo como os aprofundamentos curriculares foram ofertados para atender à legislação. No total, são 29 aulas de formação comum e 6 aulas de aprofundamento, totalizando 35 horas semanais indicadas por lei.

A maioria dos docentes se manteve no colégio após o início do NEM, mas suas aulas foram alteradas para cumprir com os dois caminhos — adequação aos itinerários formativos e manutenção da formação acadêmica mais exigente, conteudista.

As novas disciplinas adicionadas à grade entre 2021 e 2022 foram criadas de acordo com a demanda dos alunos, que deveriam escolher, pelo menos, duas por semestre para cursarem. No futuro, elas dariam origem às eletivas de aprofundamento.

Essas aulas, consideradas "menos estressantes", eram sobre esportes, empreendedorismo socioambiental, *role-playing game* (RPG) e investigação criminal. Logo, a coordenação pedagógica percebeu que apenas a permanência dessas disciplinas poderia comprometer a formação conteudista e, em 2023, foram feitas novas mudanças no oferecimento das matérias, por meio da adição de eletivas mais robustas no lugar das anteriores. Segundo Jorge:

"Infelizmente, não posso incluir aulas de música e canto na grade curricular dos alunos. O público que eu atendo pensa em uma boa formação, e boa formação significa aprovação em universidades boas. Como eu vou vender isso para uma família? Ela não irá comprar se não for diferente."

Em uma dessas matérias, batizada de "Que Esporte É Esse?", os alunos possuíam uma aula de educação física adicional além da comum a todos os estudantes. Nela, o professor contava a história de algum esporte menos praticado pelos estudantes, como rugby e lacrosse e, em seguida, os alunos o praticavam.

As aulas não eram levadas a sério. As chances de reprovação eram baixas e não era um conteúdo que os alunos julgavam ser necessário para o vestibular, fator que determina se eles prestarão atenção ou não. As matérias pensadas para serem leves chegaram a comprometer o período de estudo, porque os obrigavam a ficar mais tempo na escola.

Não demorou muito para essas disciplinas serem reformuladas. A nova estrutura exige que os jovens possuam uma carga horária maior, com menos horas para as disciplinas da formação geral básica. No ensino conteudista, não há espaço para as matérias mais experimentais.

Em relação às áreas de conhecimento, o GA oferece duas opções de itinerários, uma de "Ciências Humanas e Linguagens" e outra de "Ciências da Natureza". Essas aulas estão acopladas com as matérias da formação geral e, ao longo do dia, os alunos são obrigados a trocar de sala para participarem das disciplinas que foram escolhidas.

A quantidade de aulas por matéria é variável. No terceiro ano, existem 5 aulas semanais de Geografia, mas apenas 3 são obrigatórias e compõem a formação geral básica, enquanto 2 estão dentro do itinerário "Ciências Humanas e Linguagens". Ao mesmo tempo em que alunos estão tendo aula de Geografia como componente do aprofundamento de Ciências Humanas, na sala ao lado, alunos da mesma turma que optaram pelo itinerário "Ciências da Natureza" estão tendo aula de Biologia. Enquanto primeiro e segundo ano têm aulas juntos, as duas turmas de terceiro ano apenas se misturam entre si, em momentos de troca de sala.

A discrepância entre a legislação e a realidade de cada escola é grande. A forma como o Guilherme de Almeida encontrou para adaptar seu currículo é reflexo das divergências entre a real necessidade da instituição e o escrito no papel.

"O que é o itinerário formativo no Guilherme de Almeida? São as mesmas disciplinas de Geografia, Física, Química, História...", indica o coordenador pedagógico. Os materiais didáticos desses itinerários receberam outros nomes para se manterem de acordo com a diretriz oficial. Neste caso, a aula de geografia recebeu o título de "Observatório Geográfico".

Jorge ri quando fala o nome, porque sabe ser uma tentativa de enfeitar o conteúdo que os alunos já tiveram nas aulas da grade comum.

No colégio, o NEM foi adaptado para que não haja a perda da transmissão conteudista de conhecimento, voltada à preparação aos vestibulares. No papel, uma coisa, na prática, outra — a síntese de toda a reforma.

A questão dos nomes dos itinerários não foi o único ponto encontrado pelo GA para se adequar à lei e não perder sua base de formação. Ainda dentro do que a escola classifica como itinerário formativo, este é oferecido sob duas modalidades: o itinerário no qual o aluno transita entre as salas, uma vez que faz a seleção do que deseja cursar, e matérias de núcleo comum, compostas por disciplinas de investigação matemática, prática-argumentativa e matemática financeira.

O núcleo comum de disciplinas de aprofundamento se enquadraria como itinerário, porém, está presente no currículo como parte da formação comum a todos os alunos, de modo a atender às cargas requisitadas pela BNCC.

Além disso, a criação de eletivas obrigatórias para compensar o déficit causado pela escolha de um aprofundamento indica uma tentativa de manter o padrão anterior à Reforma.

As disciplinas adicionais que, até então, eram baseadas nos desejos dos alunos, deixaram de existir e assumiram o foco em conteúdo preparatório para o vestibular. Em um semestre, os alunos possuem seis aulas de eletivas, isto é, entre 24 opções de matérias, ele deve escolher seis para cursar ao longo dos três anos, estando o equivalente à disciplina de Projeto de Vida, chamada de *My Life*, incluso neste pacote.

As aulas de educação física e uma matéria focada no desenvolvimento de ações de voluntariado — criada para ser um diferencial no currículo do aluno que almeja uma faculdade internacional — também estão neste pacote.

Nos anos de 2021 e 2022, as aulas de Projeto de Vida eram ministradas por um professor de matemática e voltadas às questões de saúde mental em período pandêmico. Em 2023, o GA fez uma parceria com a empresa Conexia Educação, que passou a fornecer sua plataforma e materiais didáticos aos estudantes e professores — do ensino fundamental II ao médio.

Em sua descrição, o *My Life* é um "programa de educação socioemocional, marca da Conexia Educação com parceria pedagógica do Instituto Ayrton Senna, cujo objetivo é promover a construção de um projeto de vida para adolescentes do Ensino Fundamental (Anos Finais) e Ensino Médio, por meio do desenvolvimento de competências socioemocionais e conteúdos ampliados para a educação bilíngue, 100% alinhados à BNCC (Base Nacional Comum Curricular)". É outro exemplo de apoio oferecido pelas grandes fundações empresariais à implementação do NEM.

"Os alunos possuem aulas de eletivas a cada quinze dias, exceto Física e Matemática, que ocorrem semanalmente, porque percebemos que são matérias com uma deficiência grande por causa da pandemia", avalia Jorge.

Neste modelo, os alunos podem escolher cursar matérias como "Geometria I", "Funções I", "Análise Combinatória I", "Tendências Contemporâneas I" e "Introdução ao Pensamento Científico III". Apesar dos nomes, são constituídas por aulas tradicionais de matérias da formação comum. Em "Funções I", por exemplo, os alunos podem aprender temas de física. Em "Tendências Contemporâneas II", de história. Para seguir a legislação e não ultrapassar a divisão de 60% e 40% estabelecida pelo NEM, a coordenação desenvolveu a matéria dentro de um contexto de eletiva.

Essas mudanças, que também levaram a um aumento na mensalidade escolar, contaram com o apoio da rede de ensino parceira da escola, o sistema Anglo de ensino da SOMOS Educação. A empresa ofereceu treinamento aos professores parceiros sobre o tema.

A estrutura do material didático dos itinerários segue um padrão semelhante às unidades curriculares da rede pública. Em cada semestre, são trabalhados eixos diferentes. Para Jorge, a mudança feita no material didático não é focada totalmente à adequação à BNCC:

"Eu vejo que se trata mais de uma mudança de layout editorial e comercial. A essência do texto continua sendo depositária. Você passa um conteúdo e o aluno decora ou aprende, respondendo para mim em forma de prova. Você escreve para mim e eu te dou 'certo' ou 'errado', mas o que você está aprendendo a mais? Não sei. Então, nesse tipo de mudança, o texto ficou com uma roupagem nova, mais simples, rápida e com novos recursos gráficos, mas a essência é a mesma."

É uma dinâmica existente na maioria das escolas do setor. Do mesmo modo que as

instituições privadas se preocupam com a imagem que passam à família dos alunos para "vender" seu produto, as empresas de sistemas de ensino parceiras também estão preocupadas em garantir a compra de seus materiais. O NEM representou a venda de novos livros didáticos para essas companhias.

No caso do GA, o sistema Anglo ofereceu a venda de materiais que, na opinião da coordenação pedagógica, estavam voltados ao comercial e não à real necessidade da escola. Eram apostilas com aulas sobre o desenvolvimento de *startups* e investimentos.

Por conta disso, o plano de aula das matérias eletivas, diferentemente das aulas comuns a todos os alunos e dos itinerários formativos, ficaram sob responsabilidade dos professores, em vez de ser delimitado por um material didático.

Isto exigiu um maior preparo dos profissionais e, logo, os professores responsáveis pela montagem das disciplinas são aqueles que já possuem um histórico de trabalho duradouro com o colégio, de maior confiança junto à coordenação.

Para se adequar à norma, a grade horária dos professores foi redistribuída e os funcionários redirecionados para que não houvesse perda de renda em consequência da diminuição de disciplinas obrigatórias. "Perdemos uma aula de Literatura, mas o mesmo professor ganhou um itinerário. Então, ao invés de apenas trabalhar com Literatura, ele trabalhará com Literatura e Análise Linguística."

O resultado foi o aumento da jornada de trabalho dos profissionais, que acabaram sendo mais requisitados com a necessidade de preparação de novas aulas.

Esta roda de exigência pode ser notada tanto no contexto público quanto no privado. Jorge reflete por um instante antes de abordar o assunto:

"Como diz um personagem de Guimarães Rosa: eu tenho muitas dúvidas e poucas certezas. O que acontece com o professor de escola privada é que ele possui uma formação melhor, porém, é uma formação de palestrante. Ele é um grande palestrante. Professores de escola pública transitam entre o professor, o assistente social, o psicólogo e, às vezes, o nutricionista."

O profissional da rede pública, neste caso, é um agente social muito maior do que o professor de escola privada.

"O professor de escola privada nunca vai se preocupar se o seu aluno está nutrido. Ele

precisa se preocupar se aquele garoto está aprendendo ou não. O problema é que a educação no Brasil é feita no modelo fordista, ou seja, é uma linha de produção, que forma gente sem parar. O curioso é que o professor também é alienado dentro desse sistema."

A implementação de um ensino médio diferente poderia solucionar o problema da alienação, e o NEM trouxe consigo a necessidade dos docentes reinventarem a forma de se conduzir uma aula. Um dos problemas, porém, reside na escassez de recursos para os apoiar.

"Mesmo o professor tendo uma bagagem maior, não significa necessariamente que ele terá uma formação melhor para trabalhar. O profissional que trabalha melhor é aquele que tem mais tempo para estudar. O professor de escola pública precisa ocupar sua grade horária, muitas vezes, em escolas diferentes devido à baixa remuneração, trabalhando de manhã, tarde e noite. O professor de particular tem mais horários disponíveis para aprimorar sua aula."

A Reforma impactou todos os componentes que formam a imagem da escola privada no imaginário das famílias. As readequações para que não haja perda de conteúdo revela que, caso colégios privados seguissem a legislação ao *pé da letra*, a formação dos seus alunos estaria comprometida. São escolhas que, infelizmente, instituições públicas não podem fazer.

### **Professor-aluno, aluno-aluno e professor-professor: relações que também passaram por mudanças**

Safira Monteiro, de 17 anos, cursa o último ano do ensino médio no Guilherme de Almeida e faz parte da primeira leva da escola a completar os três anos sob as diretrizes do NEM. Ela escolheu cursar o itinerário formativo de Ciências Humanas.

O processo não foi simples, principalmente por causa das limitações impostas pela pandemia. Entrar no ensino médio já é um novo desafio, mas em 2020 e 2021, foi algo desesperador. O novo formato, novos professores e dinâmicas de aulas que eram alteradas de acordo com as atualizações dos noticiários criaram um ambiente de estresse e insegurança.

Na pandemia, a direção do GA optou pelo revezamento de turmas presenciais, o que deixou tudo ainda mais confuso. Houve dias em que Safira não sabia se precisava vir para escola ou não, se teria provas presenciais ou não. "Fazer prova em casa e presencialmente é

muito diferente”, ela me conta. Estamos acompanhados por sua amiga de turma, Maria Eduarda Arca, em uma sala cedida pela coordenação durante o intervalo de aula.

Neste cenário de tripla adaptação — pandemia, entrada no ensino médio e o Novo Ensino Médio —, os alunos do primeiro ano e do segundo passaram a ter aulas de itinerário formativo juntos, outro desafio que exigiu maior nível de adaptação das turmas. Maria Eduarda, depois de ouvir o relato da amiga sobre a entrada no novo ciclo, também decide falar sobre as dificuldades enfrentadas.

Como os itinerários formativos eram em conjunto com outras salas, quando estava no primeiro ano, teve aulas com as turmas de segundo. “Imagina você estar em uma experiência de vida nova, acaba de chegar no ensino médio e precisa ter aula com uma turma mais velha”, ela desabafa comigo. Não conhecia os alunos do segundo ano, porque não os via pessoalmente e, quando havia rotação presencial de alunos na pandemia, o professor responsável pela aula não conseguia atender igualmente a turma presencial e virtual.

Para unir as duas salas, a coordenação da escola precisou partir do princípio de que a educação dos dois grupos estava em dissonância devido ao período de aulas virtuais. O baixo foco do aluno em casa, ocasionado pelo cenário pandêmico, contribuiu para um menor índice de aprendizagem, notificado por meio do baixo desempenho dos alunos em provas.

É como se todos os estudantes estivessem vendo aqueles conteúdos pela primeira vez. “Havia esse receio [de misturar as turmas], mas se ficássemos presos ao questionamento de se o primeiro e o segundo ano possuísem a mesma maturidade para terem aulas em conjunto, não avançaríamos na qualidade da aprendizagem. Ninguém viu aquele conteúdo. Se ninguém viu, é um conteúdo novo”, exemplifica o coordenador pedagógico da instituição ao ouvir as queixas das alunas. Ele aponta que estudantes do primeiro ano podem ser mais maduros do que os do segundo e vice-versa.

Com a nova organização, as relações dentro das salas de aula do GA mudaram. Professores precisaram focar no desenvolvimento das aulas eletivas, que não contavam com o apoio de materiais pedagógicos e exigiam um maior nível de estudo fora do horário de trabalho; alunos de diferentes anos passaram a ter aulas em conjunto e os próprios professores necessitaram de um maior nível de compreensão e paciência em relação à motivação dos estudantes.

Assim como Safira, Maria Eduarda também escolheu o itinerário de Ciências

Humanas e possui uma rotina semelhante à da colega, com aulas das 07 horas da manhã até 13h30 da tarde todos os dias e períodos integrais em dias específicos da semana. Em um dia, ela chega a ficar das 07 horas da manhã até às 18 horas na escola. Antes do NEM, esses horários já eram comuns no GA.

Ao chegar no terceiro ano, a estudante recebeu a informação de que, entre as eletivas de ciências exatas disponíveis para escolha, deveria optar por aquelas de nível "3", consideradas mais avançadas e que o restante da sua classe estava cursando. Foi quando o medo de não se adaptar às aulas começou.

A alternativa? Conversar com o coordenador pedagógico e o seu professor de matemática. Maria Eduarda não sabia se daria certo. Após expor seus receios, a escola permitiu que ela cursasse os níveis mais básicos até se acostumar com as matérias de cálculo. Pela primeira vez, viu como o poder de escolha poderia estar a seu favor.

Os choques que sentiu ao longo da etapa escolar, apreensiva por causa de eletivas mais exigentes e por ter aula com alunos de anos diferentes, passaram rapidamente. O saldo final foi positivo, e gosta de trocar experiência com os estudantes mais novos:

"Eu passei a achar bacana essa mistura de turmas, porque a gente não faz exercícios separado, cada um no seu canto. Nas aulas de matemática, a gente se reúne, senta junto e discute a resolução dos problemas, comparando resultados", diz. Em uma aula de eletiva, Maria Eduarda fez amizade com três meninas do segundo ano, e a troca de aprendizado entre elas é constante.

— Você se lembra de como resolve esse exercício?

— A gente usava um método que vimos no primeiro ano, vou te ensinar...

Na hora da prova, é muito mais fácil se lembrar desse tipo de debate, porque a permite fazer associações para memorizar o conteúdo.

Ela não é a única a enxergar o lado positivo da mistura de turmas.

Isabela dos Santos, dois anos mais nova, é aluna do primeiro ano e sente que a idade não faz diferença no momento de se enturmar com outros colegas. Sua única queixa é que algumas dificuldades pontuais aparecem quando precisa acompanhar as amigas do segundo ano nas matérias de exatas. Nem tudo sobre o que estão aprendendo lhe foi apresentado ainda.

Se quisesse, Isabela poderia escolher cursar eletivas mais avançadas, mas foi orientada a cursá-las somente no final do ensino médio. O acompanhamento da sua vida escolar é rigorosamente seguido pela coordenação e professores.

No momento de condução das aulas de itinerários, os docentes devem conectar os novos conteúdos com o material visto pelo estudante na grade comum. Mais uma relação que mudou.

Acompanhando o aumento do número de aulas, a carga horária dos profissionais aumentou proporcionalmente. "Não são conteúdos que nunca foram dados, é a forma como eles são dados que é diferente", indica Jorge, que, como coordenador, viu o desafio que é atrelar as habilidades exigidas pela BNCC à prática de sala de aula.

"Nós seguimos um planejamento didático do sistema de ensino da escola, que é um modelo engessado. Por causa disso, perdemos a oportunidade de nos redescobrimos enquanto instituição. Com a implementação do Novo Ensino Médio e a BNCC, ficou essa dúvida: qual o propósito do Guilherme de Almeida? Não tivemos como refletir sobre isso, porque a oportunidade do professor de estudar a BNCC se perdeu dentro do contexto de uma escola privada."

O modelo mercadológico engessado diminui as oportunidades para o professor de escola privada estudar a BNCC e reimaginar este Novo Ensino Médio. Escolas privadas com uma infraestrutura maior que o GA possuem mais facilidade para a implementação integral da legislação, incluindo a formação do professor para este fim. É o que páginas mais adiante nos mostrarão.

Se os docentes não conseguem se desvincular dos materiais didáticos, não podem montar opções de cursos do zero. Enquanto me mostra os materiais didáticos recebidos pelo colégio, Jorge me explica o quão difícil é montar um curso autoral. É preciso "construir a aula, montar o material, o recurso para o aluno estudar, ler e, depois, pensar em sua avaliação".

No Guilherme de Almeida, o professor ainda conta com recursos fora dos conteúdos da rede parceira da instituição. Ele é livre para inserir materiais de apoio, sejam listas de exercícios adicionais ou apresentações visuais. Nas disciplinas eletivas, por mais que as apostilas do sistema de ensino não sejam utilizadas, seu conteúdo pode influenciar no que é transmitido aos alunos como complemento.

Os docentes têm ciência desses limites. Sabem que, para fixar a habilidade prevista na BNCC, seguir apenas o material didático não é o suficiente. O coordenador pedagógico, como professor de Geografia, busca trazer mais interdisciplinaridade em sua aula:

"Eu sei que o conteúdo precisa ser dado junto a uma habilidade. Eu não dou aula de conteúdo, eu uso o conteúdo para dar a habilidade. Geralmente, contando alguma história que esteja ligada ao conteúdo. Mas não é fácil. Como é que eu vou explicar para um estudante um conceito que pode ser aplicado em outros setores? Por isso, na implementação da BNCC, esqueceu-se de combinar as diretrizes com quem ia trabalhar e o público com o qual seria trabalhado."

Quem me explica detalhes sobre as mudanças na forma de se ensinar, ocasionadas pelo Novo Ensino Médio, é Bianca Ongaro, ex-professora de espanhol do colégio e atual responsável pelas aulas de Projeto de Vida. Ela utiliza os materiais de apoio contratados do *My Life*.

Não estava nos seus planos parar de ensinar sobre a língua espanhola, área com a qual estava acostumada havia 20 anos. Em 2019, a disciplina já havia saído da carga horária comum para compor o quadro de aulas extracurriculares, as mesmas que foram se transformando com o passar do tempo. Naquele mesmo ano, Bianca foi convidada a lecionar uma eletiva focada em ações de voluntariado, assunto que gostava e que preencheria todo o seu tempo de trabalho.

Para não ficar sem aulas de espanhol, ela negociou com a direção da escola a atribuição de algumas aulas da matéria. Segundo ela, "se você acaba não ensinando sobre aquele conteúdo, você o esquece. Você precisa praticar para não perder [o conhecimento sobre a língua]".

Em 2021, espanhol deixou de ser uma opção para os alunos do ensino médio. Bianca, após negociação com a escola, teve mais aulas de voluntariado atribuídas à sua grade. Em 2023, além dessa disciplina, ela também foi convidada para dar aulas de Projeto de Vida aos alunos do primeiro e do segundo ano, preenchendo todo o seu tempo de trabalho.

"Eu comecei a cursar uma pós-graduação em Estudos da Consciência antes de receber o convite, então, foi uma coisa por acaso e que veio no momento certo. São cinco aulas diferentes que eu dou toda semana e é puxado, porque eu tenho que me preparar. É tudo muito novo para mim", ela relata, com ênfase no tempo dedicado à aprimoração de sua aula

fora do período de trabalho.

Hoje, Bianca dedica mais de duas horas por semana fora do horário de aula para preparar suas aulas de Projeto de Vida, além das horas reservadas para as de voluntariado. Sobre sentir falta do espanhol, reconhece que é a matéria pela qual mais se interessa. Gostaria de praticar a língua com os alunos, porém, como gosta de exercer a profissão no colégio, os novos conteúdos representaram uma possibilidade de desenvolver outras aptidões sem precisar mudar de escola.

Nas aulas de Projeto de Vida, a adaptação com a plataforma *My Life* é uma barreira adicional. A Conexia não oferece materiais de apoio físico aos professores e alunos, com todas as atividades de estudo ocorrendo em um aplicativo de celular, divididas em módulos e com trabalhos finais. A professora reclama da grande instabilidade da plataforma.

"Que isso sirva de lição para mim, nunca mais vou aceitar uma proposta em que o material do aluno é totalmente virtual. Chega na hora, não funciona. Você sabe que, por mais que a tecnologia seja boa, às vezes, o negócio não vai", ela se queixa.

Certa vez, seus alunos precisavam preencher um questionário de 108 questões cujas respostas ajudariam na emissão de um relatório das competências socioemocionais a serem melhor trabalhadas na escola. Era necessário que 70% dos alunos respondessem este questionário, e a professora dedicou duas semanas para que eles respondessem em sala. Nas duas semanas seguintes, o aplicativo ficou fora do ar, e ela não conseguiu atingir o mínimo de respostas necessário.

E não foi a maior das dificuldades enfrentadas por Bianca, que se viu competindo pela atenção do aluno. Seu maior inimigo é o celular.

— Professora, meu aplicativo não está abrindo — diz um dos estudantes, mesmo a plataforma funcionando normalmente.

A professora, quando vai conferir se ele está fazendo a atividade requisitada, encontra o adolescente jogando jogos em outros aplicativos.

"Eu preciso ficar muito no pé do aluno. A plataforma pede para todas as tarefas serem entregues digitalmente, anexadas ali, mas a maioria das lições eu peço para serem entregues presencialmente", ela completa. Em uma das tarefas, os alunos precisavam escrever sobre o desenvolvimento de competências. Não funcionaria com o uso do celular.

Para engajar os estudantes presencialmente, a docente optou por não seguir a orientação da plataforma, solicitando que produzissem um cartaz sobre pensamento crítico, autoconfiança e a identificação de emoções.

"Em uma sala de *My Life*, eu tenho 40 alunos. Como eu fico controlando se o aluno está estudando ou fazendo a atividade?", ela se questiona.

No lado oposto da sala de aula, a avaliação sobre o uso da tecnologia é semelhante.

Um aluno do primeiro ano diz já ter tido problemas de acesso no aplicativo e que não gosta da disciplina de Projeto de Vida. Primeiro, devido à instabilidade e, segundo, pelos conteúdos explorados nas atividades:

"Eu pensei que a aula seria mais comunicativa, um debate entre os alunos e o professor, ao invés de ser apenas a entrega de atividades virtuais. Eu preferiria estar em casa do que estar fazendo os trabalhos do *My Life*". Outro aluno com quem conversei concorda com essa opinião, destacando que sente que os colegas de classe não prestam atenção no conteúdo transmitido. Ambos não quiseram ser identificados.

Safira, aluna do terceiro ano, sente que a adição da plataforma representou uma melhoria em relação às aulas que eram lecionadas em 2022 e 2021:

"Quando fiquei sabendo que nossas aulas seriam com eles [Conexia], eu achei que seria uma terapia com a apostila e estava com zero expectativa, porque as aulas dos anos anteriores tiveram esse caráter mais psicológico. Eles esperavam que a gente falasse dos nossos problemas, mas não nos sentíamos à vontade para compartilhar esses assuntos com o professor", diz. Agora, está gostando mais da matéria. Por meio dela, consegue falar sobre seus interesses pessoais e tirar dúvidas sobre seu futuro profissional.

No site oficial do *My Life*, a digitalização do processo de aprendizagem está inserido como um destaque positivo. Além disso, há uma ampla divulgação da parceria feita com o Instituto Ayrton Senna para o oferecimento dos materiais.

O texto diz que "o instrumento e avaliação formativa e diagnóstica do Instituto Ayrton Senna que compõem o My Life são gratuitos, pois foram desenvolvidos e testados pela organização ao longo dos mais de 25 anos de pesquisas científicas sobre desenvolvimento socioemocional, comprovando a excelência dos projetos."

Enquanto é necessário vender o produto às escolas com base na suposta facilidade que

o universo digital proporciona aos adolescentes — uma geração mais conectada — a resposta na sala de aula é mista.

No geral, as alterações feitas no GA indicam a permanência de um modelo conteudista e engessado, firmado no apoio da rede de ensino parceira da instituição desde a entrada das novas disciplinas em 2021.

Ainda que haja o guia de uma empresa parceira, os professores precisaram estudar a legislação e a BNCC para adequar suas metodologias às diretrizes do MEC, mesclando competências com habilidades e adaptando o jeito de ensinar à realidade da escola.

"Nós ainda ficamos na mão. Quem vende os materiais pedagógicos para as instituições privadas médias são os assessores, que não são pessoas da área de pedagogia. Nós somos os responsáveis por toda a implementação e organização dos tipos de aula", a coordenação pontua.

De um lado, enquanto os docentes das escolas privadas recebem um material personalizado e físico com orientações, do outro, os materiais de apoio pedagógicos da rede pública chegam aos professores apenas no formato digital e com orientações rasas.

A Reforma prejudicou o desenvolvimento pedagógico dos alunos do GA com mais força no início da sua implementação, nos anos de 2021 e 2022. Na época, a direção do colégio optou pelo fornecimento de eletivas cujos conteúdos não eram voltados à preparação para o vestibular. Os próprios alunos reconhecem que ficavam mais desatentos nestas aulas, pois não viam utilidade naquilo que estava sendo ensinado.

Demorou um tempo para que os responsáveis pelo currículo entendessem a melhor forma de conciliar as diretrizes da lei com as necessidades da escola.

Em um cenário competitivo e no qual o número de aprovações nas maiores faculdades do país dita o vencedor, por mais que tentasse, o NEM não poderia prejudicar o currículo do Guilherme de Almeida. Trata-se de uma escola com recursos financeiros que conseguiu se adequar à lei, ainda que isto implique na redução das aulas semanais de algumas disciplinas e na adição de outras que exigem que o aluno passe mais tempo no colégio. Do outro lado da cidade, uma escola da rede pública não consegue superar esses problemas.

### 3. Escola Estadual Vereador Anônimo de Ré

A Escola Estadual Vereador Antônio de Ré fica apenas a 3,5 quilômetros de distância do Colégio Guilherme de Almeida, também em um bairro central da cidade, Macedo. Fundada em 1973 e conhecida como "Macedão", é uma instituição pública que investiu no desenvolvimento e formação dos seus alunos nos últimos quatro anos por meio da adição de eventos culturais e a organização dos estudantes em grêmios e grupos de afinidade.

Embora esteja localizada no centro expandido da cidade, com uma grande quantidade de prédios residenciais e de comércio em seu entorno, ela atende alunos dos bairros periféricos de Guarulhos majoritariamente.

Apenas 20% dos seus estudantes são de bairros como Bom Clima e o próprio Macedo, mais centrais. Caso o Antônio de Ré fornecesse vagas apenas às famílias próximas da instituição, sua capacidade não seria totalmente ocupada.

O atendimento aos bairros periféricos se mostrou um desafio à organização da escola. Em seu plano de gestão de 2018, é apontado que, como a maioria de seus alunos são moradores de bairros mais distantes e necessitam de transporte coletivo para chegar ao colégio, a manutenção dos jovens no ambiente escolar é encarecida, colaborando para a sua evasão. Por isso, a equipe pedagógica da escola tem buscado fortalecer sua relação com os alunos.

A estrutura física do colégio consiste em 18 salas de aula, com um laboratório de informática, auditório, biblioteca e duas quadras poliesportivas. Sua nota do IDESP<sup>4</sup> (2022) para o Ensino Médio é de 2,76, 63 décimos de diferença para a média do Estado, 2,13.

Assim que um visitante atravessa o portão da escola, é recebido por um cartaz grande na parede do pátio, no qual se lê o protesto em caixa alta: "#REVOGANEM". Em outra

---

<sup>4</sup> O IDESP (Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo) é um indicador de qualidade das séries iniciais (1ª a 4ª séries) e finais (5ª a 8ª séries) do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Na análise, são considerados o desempenho dos alunos em testes de conhecimentos (o quanto aprenderam) e o fluxo escolar (em quanto tempo aprenderam).

parede, há mensagens de apoio à luta antirracista acompanhadas por desenhos dos alunos. Próximo à sala do diretor, uma imagem de Marielle Franco preenche toda a pilastra.

No ensino médio, são em torno de 650 alunos distribuídos em 17 turmas de primeiro, segundo e terceiro ano em período parcial e sem o oferecimento de ensino técnico.

No período pré-implementação do NEM, a diretoria organizou reuniões com os alunos para a discussão sobre as matérias a serem incluídas na grade curricular e, reconhecendo os limites de infraestrutura e a quantidade de professores disponíveis, recomendou que os alunos não escolhessem pela entrada da instituição no programa Novotec, que oferta cursos de habilitação técnica e de qualificação profissional aos estudantes. Os jovens acataram a recomendação e o Antônio de Ré não fez adesão ao programa.

O diálogo direto entre alunos, docentes e direção é algo permanente no colégio, essencial para superar os problemas decorrentes da nova legislação.

Isaac Oliveira, diretor do Antônio de Ré desde 2018, ilustra bem isso. Ele me recebe em sua sala enquanto discute com outro membro da administração sobre a presença policial na entrada do colégio, para garantir a segurança dos alunos. Os dois são contra essa ideia.

O diretor precisa navegar entre atender aos pedidos dos alunos, disponibilidade de atendimento dos professores e recursos da administração para manter a harmonia no ambiente escolar. Com o NEM, a situação é parecida.

Na escola, assim como em outras instituições da rede estadual de São Paulo, a implementação da lei teve início com o anúncio do programa Inova Educação em maio de 2019, sendo oficialmente iniciado no ano seguinte. Ainda que o diretor e os docentes não suspeitassem de que o Inova estaria integrado ao Novo Ensino Médio no futuro, sua chegada implicou em alterações profundas na grade curricular dos alunos.

No mesmo ano, o colégio realizou uma reunião de planejamento na qual os professores discutiram quais disciplinas poderiam ensinar dentro das categorias do programa (Eletiva, Projeto de Vida e Tecnologia). Em setembro, foi feita uma nova reunião com os alunos do oitavo e nono ano, que compartilharam quais perspectivas tinham para o futuro e possíveis profissões sobre as quais gostariam de aprender mais. Logo após, a direção se posicionou também em relação a todas as disciplinas que poderia oferecer mediante o quadro de professores disponíveis. Por fim, uma última plenária foi feita para sistematizar

todos os documentos. No decorrer de 2020 e 2021, os professores participaram de cursos de formação e de palestras para ministrarem as aulas.

Com a adição de três novas disciplinas no currículo, houve a necessidade de readequar a carga horária dos alunos e o período em sala de aula. Durante a semana, a inclusão de cinco novas aulas mudou o horário de saída dos estudantes de 12h20 para 12h35, além da redução da duração de aulas de 50 para 45 minutos, tanto para o ensino médio quanto para o ensino fundamental II.

Por causa da pandemia, toda a experiência do Inova se deu em um contexto virtual, bem como a preparação dos professores nos curtos cursos da Seduc. Sua formação foi complementada com oficinas ministradas por um grupo de pesquisadores parceiro da escola, que será apresentado no próximo tópico deste capítulo.

Apenas em 2021 que a escola passou a oferecer algumas aulas de forma presencial e prática. Na opinião do diretor, a implementação virtual foi um desastre. O programa, embora tenha sido iniciado em 2020 nas escolas regulares, já era um projeto experimental nas escolas de tempo integral, e seu formato se tornou referencial para a chegada da Reforma na rede paulista.

Embora de má forma, o Inova forneceu às escolas uma experiência na qual os alunos pudessem fazer a "escolha" (ênfase nas aspas) de disciplinas por meio de Eletivas que dialogassem com os seus diversos projetos de vida, possibilitando ao Antônio de Ré um vislumbre de como seria a preparação de um currículo com componentes maiores.

Segundo Isaac, as eletivas foram construídas pensando na carreira futura dos estudantes: "aqui, por exemplo, temos bastante alunos que desejam cursar Nutrição e, por isso, oferecemos eletivas com foco em eixos que dialoguem com a profissão, como ciências biológicas". Na prática, as aulas dessa categoria variam de professor a professor, e estudantes ouvidos para este capítulo apontaram que, geralmente, sentem como se não estivessem aprendendo coisas úteis para provas de vestibulares.

Sobre ser ou não uma escolha, durante a estruturação da grade curricular, os professores e alunos chegaram em um acordo de que as eletivas seriam oferecidas por temas e de acordo com a capacidade de atendimento da escola. Para mostrar o nível da capacidade, Isaac faz uma comparação: imagine uma escola na qual há o oferecimento de diversas eletivas e possibilidade real de escolha do estudante. Se a diretoria tentasse aplicar este cenário no Macedão, com 17 turmas no período da manhã, seria inviável comportar todos os estudantes.

Na teoria, o aluno que escolheu a disciplina Y iria para uma sala de disciplina Y. O aluno que escolheu a aula Z iria para a sala de aula Z. Na escola, não há este rodízio de salas,

porque não há salas e professores suficientes.

Utilizando-se do exemplo da temática de "Nutrição", como no Antônio de Ré existe um número considerável de alunos que possuem interesse neste assunto, seria necessário abrir até cinco salas para atender todos os estudantes. O risco de existirem salas muito vazias e salas muito cheias era alto e, por isso, a coordenação optou por trabalhar em cima de temas dentro das disciplinas junto ao grupo de pesquisadores parceiros da escola. Neste caso, há o oferecimento de uma eletiva chamada "Meio ambiente, saúde e nutrição".

É uma realidade que instituições com uma infraestrutura mais robusta conseguem superar e, até mesmo, realizar verdadeiros feirões de eletivas. É o caso do Colégio Guilherme de Almeida.

Após um ano de adaptação turbulenta com o Inova, em 2021, o Macedão implementou o NEM para o primeiro ano do ensino médio. No modelo estadual, o primeiro ano possui 35 aulas semanais, sendo 5 aulas de componentes do Inova Educação, que são consideradas como pertencentes à categoria de itinerário formativo. Isto significa que, na prática, o cenário não mudou em relação ao ano anterior.

O ano de 2022 foi o período das mudanças mais profundas no colégio. A grade curricular do segundo ano passou a seguir as diretrizes do NEM e, com isso, os alunos passaram a ter 15 aulas de itinerários formativos: 10 de aprofundamentos curriculares e 5 aulas de componentes do Inova Educação. Em 2023, é a vez do terceiro ano: 20 aulas de aprofundamento curricular e 5 do Inova Educação.

No lugar do rodízio de salas, os alunos são fixados em turmas que possuem um mesmo itinerário formativo e disciplinas do Inova, como as eletivas: a sala do 2ºA é formada por estudantes do itinerário "Corpo, Saúde e Linguagem", a sala do 3ºA, do itinerário "Ciência em ação!" e assim por diante.

Não separar os alunos em salas diferentes ao longo de uma diária escolar é uma alternativa que também contribuiu para nivelar o acompanhamento didático dos estudantes, isto é, de modo a recuperar igualmente o conteúdo perdido durante o período pandêmico.

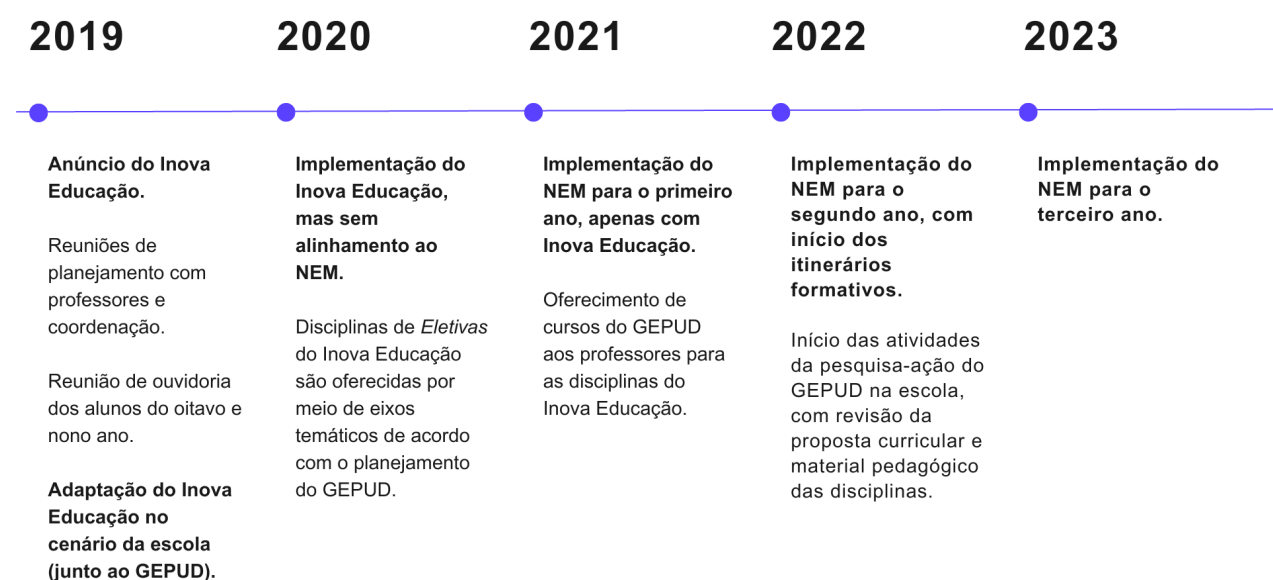
Não é o caso de escolas privadas em que o rodízio de salas ocorre, porque, por mais que os alunos de uma mesma turma integrem salas diferentes, eles ainda terão disciplinas compensatórias na grade para a recuperação de conteúdo.

No geral, foi uma implementação atabalhoada para a escola, sem metodologia ou estudo logístico entre o número de professores disponíveis e os itinerários formativos ofertados. "Um dia, uma estudante virou para mim e falou: *não sabemos o nome da matéria*

*direito*", destaca Isaac sobre a reforma e como ela acabou atrapalhando a dinâmica escolar ao invés de ajudar. A lei mudou o currículo dos alunos, o horário dos professores e a distribuição de aulas.

Em resumo, a implementação do Ensino Médio teve início indireto com o Inova Educação no ano de 2019. A diretoria do Antônio de Ré se articulou para superar as limitações da Reforma de acordo com o cronograma:

### **Cronologia: Implementação do Novo Ensino Médio na Escola Estadual Vereador Antônio de Ré (2019 - 2023)**



**Fonte:** do autor.

Seguindo o padrão da rede estadual, as disciplinas da grade comum curricular estão distribuídas da seguinte maneira no Macedão hoje:

Área do Conhecimento	Componentes Curriculares	Aulas/Semana		
		1º	2º	3º
<b>Linguagens e Suas Tecnologias</b>	Língua Portuguesa	5	3	2
	Arte	2	0	2
	Educação Física	2	0	2
	Língua Inglesa	2	0	2
<b>Matemática e Suas Tecnologias</b>	Matemática	5	3	2
<b>Ciências da Natureza e Suas Tecnologias</b>	Biologia	2	2	0
	Física	2	2	0
	Química	2	2	0
<b>Ciências Humanas e Sociais Aplicadas</b>	Filosofia	2	2	0
	Geografia	2	2	0
	História	2	2	0
	Sociologia	2	2	0
	<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>20</b>	<b>10</b>

**Fonte:** Escola Estadual Antônio Vereador de Ré.

## **Esforços para uma implementação crítica do NEM: o apoio entre Macedão e GEPUD**

O Antônio de Ré possui um diferencial em relação às demais escolas públicas da rede estadual: a parceria estabelecida com o Grupo de Escola Pública e Democracia (GEPUD) e a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

O GEPUD é uma organização construída em 2018 que "reúne profissionais da educação básica e superior pública do estado de São Paulo para discutir políticas que garantam o direito à educação e à gestão democrática da escola". Ela partiu da necessidade de a universidade estar mais próxima da escola básica.

Atualmente, o grupo coordena uma pesquisa-ação chamada "Mudanças Curriculares e Melhoria do Ensino Público", financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Seu objetivo é acompanhar e propor uma implementação crítica do NEM nas escolas parceiras da entidade. Segundo o resumo da pesquisa, busca-se:

"Construir e implementar propostas curriculares para o Programa Inova Educação, o NEM e a BNCC, num processo crítico e criativo e respaldado na autonomia das escolas e na participação democrática das comunidades escolares, considerando suas especificidades, demandas e conhecimento. Produzir conhecimento sobre mudanças curriculares no contexto de uma pesquisa-ação."

**Fonte:** Grupo de Escola Pública e Democracia (GEPUD).

No total, 7 escolas do estado de São Paulo fazem parte do grupo, incluindo o Antônio de Ré, graças à participação do diretor na organização. Por meio de uma ação conjunta entre pesquisadores das universidades e os gestores das escolas, a pesquisa auxilia na melhoria dos currículos das instituições. No Macedão, houve a elaboração de uma proposta curricular revisada, incluindo itinerários formativos e as disciplinas do Inova Educação.

A princípio, os diretores participantes e pesquisadores analisaram a matriz curricular da Seduc e verificaram quais são os conteúdos do núcleo da base comum que não estão

sendo trabalhados nos itinerários. A partir disso, são construídos Planos de Ensino para os componentes curriculares, resgatando esses conteúdos.

Para Isaac, uma pergunta foi fundamental no processo: "Nós vamos querer isso para a nossa escola e alunos?". O apoio de uma instituição de ensino pública representou uma possibilidade de escolha palpável, de exercer autonomia enquanto escola e estabelecer um currículo com criticidade e com conteúdos conectados com toda a formação pedagógica do estudante. Uma saída em meio aos caos.

O processo é demorado e a direção reconhece os desafios de ativar a motivação dos jovens:

"Quando você coloca um currículo sério, você também gera um atrito com o aluno, porque, às vezes, o aluno não quer estudar. Existe o trabalho de convencê-lo de que ele precisa estudar e ler as matérias. É um confronto que você estabelece."

Ao mesmo tempo em que se busca a seriedade do currículo, o Macedão e seus docentes apostam em atividades extracurriculares que buscam ativar a busca pelo conhecimento entre os estudantes, como a criação de grêmios estudantis, coletivos, gincanas, organização de eventos temáticos (para comemorar o Mês das Mulheres, o Coletivo Resistência Negra da escola promoveu uma palestra sobre feminismo negro com pessoas convidadas externas) e outras atividades lúdicas.

Esta interferência do GEPUD nos componentes curriculares está presente antes mesmo do início da Reforma. A presença da entidade foi essencial para a construção de um currículo do Inova revisado e alinhado às demandas dos docentes. Os cursos e palestras para a formação dos professores foi feita com o apoio do GEPUD e utilizando os recursos disponíveis dentro do colégio, não se limitando aos materiais digitais disponibilizados pela Seduc.

Caso não houvesse a participação da escola na pesquisa, os docentes ficariam à mercê de um material raso e sem aprofundamento, nas palavras dos próprios professores entrevistados.

Em um dos casos testemunhados pelo diretor, ele se recorda de uma situação na qual o direcionamento fornecido pelo material de apoio pedagógico limitava o aprofundamento teórico passado pelo professor:

"Ano passado, observei um professor dando aula utilizando o material de apoio da Seduc. Nele, havia uma orientação para plantar uma sementinha e acompanhar o seu desenvolvimento. O professor acabou a aula em 15 minutos, sendo que faltavam 30 minutos para terminar, porque a informação do material indicava apenas o plantio. Os processos científicos, sobre formação da raiz, caule, o quanto necessita de água, sua relação com a terra e o processo de fotossíntese ficaram de fora. O conceito trazido pela BNCC, de 'Competências e Habilidades' reduz o fazer."

O trabalho realizado pelo GEPUD, ao mesmo tempo em que analisa, propõe e efetua mudanças em seus objetos de estudo (em um período de longo prazo) para evitar que professores passem por situações como a citada acima. Há uma interação entre pesquisador e professor, com constante revisão das percepções coletadas.

No caso do Inova Educação, em 2019, a organização das disciplinas por eixos temáticos foi discutida dentro da entidade, repassado e rediscutida junto aos alunos e oferecida no ano seguinte a partir do ensino fundamental II. No contexto das disciplinas eletivas, foram apresentados componentes que não estavam alinhados com as diretrizes estabelecidas pela Seduc. A construção de "um espaço de desenvolvimento cognitivo e socioemocional" deu espaço a disciplinas "alinhadas às áreas do conhecimento de cada docente, de maneira que o conteúdo seja fortemente baseado no conhecimento científico e na apropriação de conceitos e teorias como ferramentas de ação e análise da realidade", de acordo com documento oficial do GEPUD.

Tomando como exemplo a eletiva ofertada, "Meio ambiente, saúde e nutrição", seus conteúdos e objetivos foram organizados da seguinte maneira com o auxílio da entidade:

Conteúdos	Objetivos
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Educação ambiental: da prática local ao contexto universal.</li> <li>- Projetos ambientais alternativos no meio urbano.</li> <li>- Compostagem.</li> <li>- Plantio.</li> <li>- Hortas.</li> <li>- Alimentação responsável (nutrição).</li> <li>- Saúde a partir da gastronomia.</li> <li>- O agronegócio e a indústria na relação com o meio ambiente.</li> <li>- O papel do agronegócio no contexto do desenvolvimento capitalista.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estudar, analisar e debater as questões contemporâneas relacionadas ao meio ambiente no contexto de produção capitalista.</li> <li>- Conhecer e debater as relações entre saúde e nutrição.</li> </ul>

**Fonte:** GEPUD.

Organizações semelhantes foram feitas para as aulas de Projeto de Vida, que conta com 4 eixos temáticos que podem ser lecionados pelos professores (os materiais de apoio pedagógicos com orientações e atividades extras estão disponíveis no próprio site do GEPUD), e para as aulas de Tecnologia, que possui temas-chaves obrigatórios como: tecnologia e as relações sociais da contemporaneidade; elaboração e produção de conteúdos; mídias digitais e a cultura do *smartphone* hoje.

A forma como estes componentes são dados é personalizada de acordo com cada

docente mas, no geral, o conteúdo por si só já é diferente e mais concreto do que o material de apoio fornecido pela Seduc, na medida em que não está focado no desenvolvimento socioemocional, mas na transmissão de conteúdos pertencentes às disciplinas originárias de cada professor.

Com a chegada do NEM, foram feitas novas reuniões entre gestores, professores e pesquisadores, que tinham o objetivo de elaborar a nova proposta curricular para os itinerários formativos. No primeiro semestre de 2023, a escola oferecia 6 itinerários formativos entre os aprofundamentos curriculares disponibilizados pela Seduc. São eles: "Corpo, saúde e linguagens"; "Matemática conectada"; "Cultura em movimento"; "#SeLigaNaMídia"; "Ciência em ação!"; "#quem\_divide\_multiplica" e "Cultura do solo". Todas essas disciplinas tiveram seus componentes curriculares reformulados para se adequar aos professores responsáveis.

A pesquisa segue em andamento e deve ser finalizada em 2025. Apesar dos progressos que trouxe, alguns desafios ainda persistem, e estudantes chegam a se questionar sobre o propósito de uma aula eletiva. A matéria se torna um projeto do próprio professor e, por isso, sua forma de ensino varia de acordo com o profissional.

Os planos de ensino elaborados pelos gestores devem ser ajustados no contexto de sala de aula, segundo a metodologia adotada pelo professor. Devido à possibilidade de escolha na utilização dos materiais — ou seja, seu uso não é mandatório —, não são todos os professores que optam por estudar os conteúdos do GEPUD:

"Alguns profissionais podem ficar receosos de infringir a regra estabelecida pela Seduc, mas nós estamos respaldados, não estamos fazendo de forma aleatória", explica Isaac. Há casos e casos. Alguns profissionais participam mais e outros participam menos.

Para Márcia Jacomini, uma das pesquisadoras responsáveis pela pesquisa e já apresentada no primeiro capítulo deste livro, as escolas podem apresentar dificuldade em acompanhar essas alterações junto aos docentes. Ela foi entrevistada após a conversa no Antônio de Ré e reforçam as falas do seu diretor.

No Macedão, mudanças repentinas na composição do corpo docente prejudicaram o andamento do projeto. "Eu acredito que, em 2024, nós tenhamos uma situação em que possamos dizer: 'agora, a escola entendeu, sabe o que tem que fazer e os professores estão fazendo também'", avalia a pesquisadora.

O grupo de pesquisa validou as revisões dos componentes curriculares junto às Diretorias de Ensino<sup>5</sup> em março de 2023. Um passo importante, embora longe da Secretária. Isaac e Jacomini concordam que a falta de abertura de diálogo com a Seduc é um empecilho.

Segundo Márcia, “as escolas não podem deixar de implementar uma política pública, uma política educacional, mas quando se avalia que essa política educacional não é benéfica na sua essência e na sua concepção para os estudantes, a escola também tem autonomia para fazer os ajustes necessários”.

Quando o projeto de pesquisa foi elaborado com as escolas, cada uma delas, incluindo o Macedão, aprovou-o no Conselho Municipal de Educação para a participação no estudo, um documento necessário para a FAPESP aprovar o projeto.

Naquele momento, não foram realizadas consultas com as Diretorias de Ensino ou com a Seduc sobre a aprovação do plano, tendo em vista a prática dessa autonomia institucional. A Secretária postergou o contato com o grupo e, até abril de 2023, não o havia atendido. Para apresentar a pesquisa, foram agendadas reuniões com apenas as Diretorias — e somente com as que responderam o contato.

Não há nenhuma mudança no sistema curricular da escola, porque os nomes das disciplinas e seus componentes se assemelham aos da legislação. O que as gestões escolares alteram é o trabalho em sala de aula, com ajustes nos conteúdos didáticos.

Na visão da diretoria do Antônio de Ré, os resultados finais da pesquisa apontarão o nível de adesão dos docentes aos materiais dos pesquisadores. Por enquanto, a readequação do currículo foi feita por meio de um debate direto entre os membros do corpo pedagógico e seguirá sendo implementada para os próximos semestres, uma vez que a revisão dos componentes é feita dentro de um período de 6 meses.

Para superar os obstáculos impostos pelo NEM, o engajamento dos professores é essencial. Contudo, resta a dúvida: como engajar participando de uma reforma que desvaloriza a formação do profissional e limita seu campo de atuação?

---

<sup>5</sup> As Diretorias Regionais de Educação (DREs) são divisões administrativas que coordenam a implantação da política educacional do município, em cada território.

## **E o Projeto de Vida do professor?**

O Macedão é uma escola de período parcial, ou seja, não é uma escola PEI — pertencente ao Programa de Ensino Integral. Isto implica em algumas questões para a contratação de professores.

O ingresso dos docentes nas escolas ocorre mediante a inscrição em edital. Após a realização do processo seletivo, os candidatos são classificados seguindo uma pontuação e os contemplados participam das atribuições das aulas e classes em diferentes escolas — também de acordo com esta pontuação, que gera uma ordem de preferência na hora de escolher as escolas desejadas.

Entre os diferentes tipos de contratação, o professor pode ser efetivo, sendo titular do cargo após sua aprovação, ou temporário, atuando em casos de déficit de professores na instituição.

Conforme a Reforma avançou entre os anos de 2022 e 2023, o Antônio de Ré se viu diante de uma crescente falta de profissionais para atender à demanda exigida pelos itinerários formativos. Um dos motivos observados pela direção é a preferência dos docentes em atuar em instituições PEI, pela facilidade em comprimir suas cargas semanais em apenas um lugar.

Durante o momento de atribuição de aulas, existem casos em que os participantes optam por lecionar em instituições de período integral em detrimento das de período parcial. Como a escolha das escolas e das disciplinas é feita mediante uma pontuação, é possível que aulas de uma determinada disciplina fiquem sob a responsabilidade de um professor que, a princípio, não possui interesse em lecionar aquela matéria.

Em outro cenário, professores que lecionam em instituições PEI podem precisar ser transferidos para uma escola de período regular e, em seguida, retornar para outra escola PEI. A rotatividade de docentes nas escolas de tempo parcial somado à falta de profissionais foi um empecilho para a organização dos conteúdos dos componentes curriculares do NEM.

No atual cenário da Reforma, é lógico pensar que, no momento da atribuição, os participantes preferam lecionar disciplinas do currículo comum no lugar dos itinerários, tendo em vista a facilidade em atuar com sua formação original. Cada unidade curricular

dos aprofundamentos exige uma formação específica do profissional, que muda de acordo com a disponibilidade de docentes.

Eric de Souza é professor de História e Sociologia há 24 anos e, desde que entrou no Macedão em 2022, é o professor titular com o maior número de aulas que fazem parte dos itinerários formativos: ele é o responsável pelas aulas de 25 componentes curriculares, incluindo Projeto de Vida. É uma necessidade que surgiu após a desvalorização e diminuição gradual do número de aulas de suas disciplinas originais.

No terceiro ano, os alunos não possuem nenhuma aula de História ou de Sociologia e, por isso, Eric e outros professores encontraram na atribuição de disciplinas do Inova e dos aprofundamentos uma forma de, além de completar a carga horária mínima exigida pela posição, trazer mais conteúdos de suas respectivas formações.

"Se o aluno der sorte, ele terá aulas de História, porém de forma contextualizada com aquilo que ele escolheu fazer. Eu dou aula de itinerário para três turmas do terceiro ano. Elas são as únicas que têm Ciências Humanas e nenhuma é o mesmo tema, porque temos Ciências Humanas misturado com Matemática, Ciências Humanas misturado com Biológicas ou com Códigos e Linguagens", Eric diz. Para uma turma de terceiro ano, ele dá aulas do componente curricular "Cidadania: promoção e proteção de direitos", que faz parte da unidade curricular 3 do itinerário "#quem\_divide\_multiplica", que mescla Áreas de Matemática e Ciências Humanas.

A preparação de aula tem sido o maior desafio imposto pelo NEM. As suas 25 atribuições implicam no preparo de, no mínimo, 13 aulas semanais.

Os materiais pedagógicos de apoio aos professores não ajudam no desenvolvimento das suas aulas, concentrando-se apenas na exemplificação da habilidade a ser trabalhada com o aluno. Como outras opções de estudo, o docente gosta de trabalhar com vídeos, filmes e textos extras. Por mais que o MAPPA traga sugestões dos materiais a serem utilizados, Eric prefere complementar a aula com suas próprias indicações.

Em outro componente curricular ministrado por ele, "Narrativas transmídias: construindo culturas", os alunos devem desenvolver textos sobre redes sociais e Internet. "Eu preciso fazer com que os alunos pesquisem sobre esses temas e reflitam. Eles aprendem, por exemplo, sobre o movimento que alguns comentários nas redes sociais podem causar,

que são questões complicadas. Para eu chegar nesse entendimento foi difícil, imagine para o aluno."

A falta de um material de apoio completo para os professores afeta o compromisso dos estudantes com as atividades propostas e resulta no segundo maior desafio do NEM. Quando o profissional não se sente seguro ao lidar com um determinado tema, isso pode levar o aluno a perder a confiança na escolha feita em relação ao currículo.

"Nós temos que convencer os alunos de que eles estão na sala correta. Se você perguntar aos estudantes se eles estão certos do que escolheram, mais da metade irá dizer que não, porque eles não esperavam aprender sobre esses conteúdos de acordo com a escolha profissional. Muitos não sabem o tipo de grade que é necessário cursar para ser um advogado, por exemplo. Às vezes, ele quer ser advogado e gosta de matemática. Como prosseguir neste caso?"

Eric também participou das reuniões com o GEPUD sobre a organização dos itinerários formativos e está aplicando as sugestões do grupo junto aos alunos. Evitando utilizar-se de materiais gratuitos fornecidos por instituições e fundações privadas, para ele, é importante aproximar os conteúdos dos itinerários ao conteúdo transmitido na grade comum, semelhante a como era antes da Reforma. Neste caso, o peso do vestibular é uma realidade para os estudantes, que seguem preocupados, principalmente, com o ENEM.

Mas não foram apenas os itinerários que representaram uma novidade para Eric. O docente assumiu um terceiro desafio no Macedão em 2023: a condução de aulas de Projeto de Vida. Foi uma questão de sobrevivência, uma das maneiras encontradas para permanecer dentro da mesma escola e cumprir com a sua carga horária mínima, sem transitar entre diferentes instituições.

"A gente até, talvez, conseguisse visualizar um projeto que não fosse ruim para o aluno lá na frente, desde que houvesse o interesse do Governo na implementação dele de fato. A gente trabalha as questões socioemocionais do aluno, mas quem trabalha as do professor?", ele reflete.

Para defender seu argumento, Eric retoma a desvalorização dentro do quadro de professores do Estado:

"Imagine o professor de matemática financeira, sendo que estamos em uma situação de empobrecimento desse grupo. Pode-se dizer que todo mundo está atolado de dívidas e

ninguém sabe como sair dessa situação, mas você precisa ensinar isso para o aluno e que existe essa possibilidade de controle financeiro, fazer ele enxergar coisas que não enxerga na casa dele.”

As aulas de Projeto de Vida implicam na atitude do aluno de vislumbrar seu futuro e almejar cursar uma universidade. Em um sistema que expande as desigualdades entre os alunos, a criação dessa perspectiva aos jovens é barrada pela necessidade de contribuir com a renda familiar e entrar no mercado de trabalho (geralmente, informal) precocemente.

No Antônio de Ré, o historiador é responsável pelas aulas de Projeto de Vida para turmas de terceiro ano e uma de primeiro ano, mas sua experiência com a disciplina vem ocorrendo desde 2020, quando começou a lecionar a matéria em outra escola..

Na época anterior ao início da implementação do NEM, a mudança de algumas escolas de regime parcial para a criação de escolas PEI — com aulas do Inova Educação — era uma realidade vigente. Dentro desse cenário, dados do Laboratório de Ensino e Material Didático (LEMADI) da USP e da Rede Escola Pública e Universidade (Repu) indicam que as escolas PEI, em relação às demais unidades escolares da rede estadual, possuem menos classes do que as demais: uma diferença de quase 12 turmas por escola.

Esse movimento contribuiu para a criação de um sentimento de medo entre os demais professores, que sentiram que suas disciplinas poderiam se tornar estagnadas e com pouco espaço na grade curricular, o que, no final das contas, tornou-se uma diretriz do NEM.

O resultado disso, conforme apontado por Eric, foi escolher entre participar dos cursos preparatórios do Inova Educação, transitar entre diferentes ambientes escolares para completar a carga horária ou lidar com a possibilidade de ficar desempregado.

Nos materiais dos cursos preparatórios, o professor destaca o esforço do Estado em estimular a sensibilização dos estudantes para as temáticas socioemocionais. Havia treinamentos sobre questões socioeconômicas, mercado de trabalho e psicologia. De acordo com ele, os conteúdos não promoviam grandes efeitos na rotina em sala de aula, afinal, a maioria dos seus alunos vive em situação de vulnerabilidade social.

Eric reconhece que, apesar da necessidade de um preparo de aula diferenciado em relação à disciplina de História, sua área de formação, os temas abordados em Projeto de Vida são fáceis de serem compreendidos pelos alunos. A questão se concentra nas barreiras sociais a serem enfrentadas por eles.

Tais temáticas estão presentes nesta disciplina desde o ensino fundamental e, por isso, é normal que as perspectivas dos estudantes para a vida pós-escola mudem com o passar do tempo. O historiador avalia:

"Ocorre uma confusão emocional muito grande dentro de casa e vemos como isto impacta de modo diferente cada aluno. Alguns alunos são melhores direcionados do que outros desde o começo. Aqueles que permanecem nos seus planos iniciais são os que já estão fazendo cursinho e que pretendem cursar uma universidade."

Por serem alunos filhos da classe trabalhadora, aliado à sua formação, o professor busca reforçar as temáticas sociais durante as aulas da matéria, com questionamentos sobre as reais possibilidades dos jovens atingirem suas metas dentro de suas condições socioeconômicas — "nada se conquista de modo fácil". Ele busca fazer com que os estudantes, por meio dessa reflexão pessoal, pensem sobre o próprio coletivo e o funcionamento da sociedade. O objetivo do docente é garantir motivação em direção ao ingresso nas instituições públicas de ensino superior.

"Nós procuramos um caminho, e o caminho foi chocar os estudantes com a realidade deles. Não para desmotivá-los, mas para que eles possam lutar de fato pelo sonho deles."

Hoje, alunos produzem relatórios sobre como o ambiente dentro de casa impacta a rotina escolar. Sua adesão é mista, com alguns estudantes reclamando não se sentirem confortáveis em expor informações pessoais para o professor. Por outro lado, a escola tenta estimular os jovens para que construam um plano de desenvolvimento para os seus futuros.

Segundo Eric, os professores são como espelhos dos alunos. "Se eles não enxergam na gente aquilo o que estamos transmitindo, é complicado. A verdade é que eles não enxergam. O que eles veem é uma pessoa também com problemas, com dívidas; que possui um carro ruim, ou nem carro usa para se locomover; um indivíduo visivelmente cansado e estafado."

Na sala de aula ao lado, outra professora narra uma opinião semelhante.

### **"As pessoas se esquecem de que o problema também está na BNCC"**

Rosimeri de Carvalho também é professora de História e leciona no Macedão há 8 anos. Ela comenta que, no passado, o colégio era muito mais conservador, parte de uma geração que vivenciou o movimento Escola Sem Partido. Com o tempo, houve a abertura

de espaço para a discussão de causas sociais e a criação de espaços de luta no ambiente escolar, características que ajudaram a fomentar a discussão contra a nova legislação.

Já com o NEM em vigor, ela estava entrando na sala de aula de uma turma de terceiro ano quando escutou o seguinte diálogo:

— Acho que removeram as disciplinas de Humanas porque não querem que a gente saiba mais sobre política — uma estudante falou.

— Eu sinto que estamos perdendo... — acrescentou outra.

— Eu perdi o estímulo de estudar — completou a terceira. — Parece que a gente não tem mais o incentivo que tinha antes.

Assim que a professora escutou o pesar das estudantes, teve a certeza de que o futuro daquelas alunas, caso a Reforma seguisse do jeito que está, estaria comprometido. A historiadora, desde muito antes, sabia que tinha uma função a desempenhar frente à legislação que, segundo a sua avaliação, desmotiva os alunos.

Hoje, Rosimeri dá aulas de História para o primeiro e o segundo ano e de Eletivas para o terceiro ano. A atribuição de eletivas foi a maneira encontrada por ela para ajudar os alunos que tiveram aulas de sua disciplina de formação cortadas. Assim, em vez de trabalhar com algum dos eixos temáticos criados em parceria com o GEPUD, ela utiliza suas aulas para dar conteúdos de História voltados aos vestibulares e que sabe serem conteúdos que eles utilizarão para as provas.

Os alunos iniciaram o ano sem saber sobre qual seria o conteúdo dessa matéria. Tudo foi acertado diretamente por meio de uma negociação da professora com os estudantes:

"Assim que a Reforma se iniciou, eu sabia que os meus alunos teriam seus futuros abortados, por isso, eu escolhi dar aulas de Eletivas. Minhas aulas são de História e eles escolheram alguns temas dentro da matéria sobre os quais queriam aprender. Mesmo a proposta inicial não sendo uma aula de História, eu cheguei e falei: 'se vocês querem algum conteúdo de História no terceiro ano, eu posso explicar'. Eles escolheram temas de História do Brasil."

Com as turmas, a professora precisa enfatizar a importância dos conteúdos e percebe que, quando ensina sobre os assuntos que são requisições dos estudantes, eles prestam mais atenção.

Semelhante ao trabalho feito pelo professor Eric, a abordagem da realidade socioeconômica dos estudantes é uma constante dentro da sala de aula. Ela criou um grupo de WhatsApp com 112 alunos, no qual divulga informações dos principais vestibulares do país em complemento aos temas desejados pelas turmas.

Rosi foi um dos professores que ainda teve a sorte de não ter tido aulas de itinerários formativos atribuídos a eles. Faz dois anos que está fugindo dos aprofundamentos e das aulas de Projeto de Vida. Como possui uma pontuação alta na classificação para a atribuição, é a terceira da escola a escolher as disciplinas que deseja lecionar.

Em anos anteriores, a historiadora chegou a dar aulas de Projeto de Vida para turmas de nono ano, mas a matéria a fazia se sentir a pior professora do mundo. “Projeto de Vida não é brincadeira no Estado. Era realmente terrível, porque nós, professores, temos nossos problemas pessoais e precisamos resolver as questões do aluno de imediato. Às vezes, ele tem uma depressão, uma ansiedade. Não dá para você pensar em Projeto de Vida em uma situação dessas”, expõe. Um de seus alunos está em tratamento devido à depressão.

Com o passar dos meses, a mesma sensação de perda testemunhada pelos alunos foi observada no corpo docente: a sensação de falta, de que haviam tirado uma coisa preciosa dos profissionais. Em uma conversa com os colegas, Rosimeri ouviu dos professores de Geografia, Química e História que eles haviam descoberto que estavam dando o mesmo conteúdo de itinerário, apesar de lecionarem unidades curriculares diferentes.

A escolha de não optar pelas aulas de aprofundamento também partiu da dedicação necessária para implementar o novo currículo (alinhado à BNCC) aos alunos do primeiro e do segundo ano. Rosimeri, após consultar os novos materiais dos professores e as apostilas reformuladas fornecidas pelo Estado, soube que precisaria de mais tempo — fora do período de trabalho — para compreender e aplicar as atualizações.

É uma questão que sempre a incomodou. As mudanças impostas pela BNCC ocasionaram uma mudança profunda de abordagem nos materiais didáticos fornecidos pelo MEC e pela Seduc, não relacionados aos itinerários formativos. As apostilas dos alunos das disciplinas comuns — que antes traziam temas bem delimitados, de acordo com uma cronologia padronizada — deram lugar a sugestões e orientações rasas.

Para Rosimeri, as orientações da BNCC aplicadas ao currículo paulista são confusas e pouco explícitas, a ponto de, ao abrir o guia do professor, não saber identificar o assunto

que o documento exige que seja repassado aos estudantes. "Eu preciso olhar a apostila do aluno, ver o tema que está presente em algum dos exercícios e identificar, por exemplo, Guerra Fria como sendo o tópico sobre o qual aquela situação está abordando", explica, enfatizando como os temas presentes são muito abrangentes, dificultando a identificação do conteúdo a ser ensinado.

A postura do material exige que sejam articulados conhecimentos de diversas áreas do saber simultaneamente, seguindo as orientações do documento da Base Comum. No documento, há a seguinte reflexão sobre o conceito de tempo:

"Assim, no Ensino Médio, os estudantes precisam desenvolver noções de tempo que ultrapassem a dimensão cronológica, ganhando diferentes dimensões, tanto simbólicas como abstratas, destacando as noções de tempo em diferentes sociedades. Na história, o acontecimento, quando narrado, permite-nos ver nele tanto o tempo transcorrido como o tempo constituído na narrativa sobre o narrado."

**Fonte:** Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Mesmo sendo uma proposta coerente com o objetivo de interdisciplinaridade da Base, na prática, Rosi se viu em situações nas quais se perguntava até mesmo qual era o ensinamento que estava sendo transmitido aos alunos:

"Uma das situações de aprendizagem trazia indústria cultural e consumismo como temas. São tópicos de Sociologia, e não de História. Não há marco, nem tempo histórico nesses materiais, o que é fundamental para se ensinar a matéria. A partir do que o Estado me dá, eu aprofundo o currículo, mas alguns temas são claros e outros não."

Os materiais didáticos da Seduc estão disponíveis para consulta pública. Para ilustrar seu argumento, no segundo ano, o material do professor do primeiro semestre para as disciplinas de Ciências Humanas Sociais e Aplicadas traz a primeira situação de aprendizagem em História:

# HISTÓRIA

## SITUAÇÃO DE APRENDIZAGEM 1

**TEMA:** Desigualdades e vulnerabilidades: desafios e caminhos para uma sociedade democrática e inclusiva.

**SITUAÇÃO-PROBLEMA:** Como explicar e entender a “liberdade de escolha” no mundo em que vivemos?

**COMPETÊNCIA 5:** Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.

**HABILIDADE:** (EM13CHS502) Analisar situações da vida cotidiana, estilos de vida, valores, condutas etc., desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade, preconceito, intolerância e discriminação, e identificar ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às liberdades individuais.

**CATEGORIA:** Indivíduo, Natureza, Sociedade, Cultura e Ética.

**OBJETOS DE CONHECIMENTO:** Legados do patriarcalismo e da escravidão: as relações de poder e constituição de desigualdades (mito da democracia racial e tipos de racismo: injúria racial, racismo institucional e racismo estrutural).

**Fonte:** Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação do Estado de São Paulo (EFAPE).

Rosi reforça que os objetivos de conhecimento — “legados do patriarcalismo e da escravidão” — nunca foram repassados sem a conexão direta com os marcos históricos relacionados a eles, exigindo que a docente aprofundasse esta temática a partir de recursos pessoais. Não há referências do que o professor deve explicar, apenas orientações para a condução das atividades e, por isso, ela precisou adicionar informações novas em textos de apoio, vídeos e slides.

“Eu achei que o material seria bom, mas não foi o que ocorreu. Se o material tiver um texto bacana, eu vou utilizá-lo em sala de aula. Os textos dos exercícios são até interessantes e consigo trabalhar bem com os alunos, mas falta aprofundamento nos marcos históricos”, adiciona.

Em mais de uma aula, a professora escrevia o tema da situação de aprendizagem na lousa e perguntava aos estudantes se eles sabiam o que deveria ser ensinado, de acordo apenas com essa informação.

— Rosi, eu não faço ideia — era a resposta.

Para a mesma situação de aprendizagem, na apostila do aluno, os exercícios oferecem uma melhor contextualização histórica. Neste exemplo, destaca-se o Brasil Colônia:



Retrato de Augusto Gomes Leal e da ama-de-leite (ou ama-seca) Mônica. Cartão de visita de João Ferreira Villela. Recife, c. 1860. Acervo da Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. **Fonte:** Wikimedia. [https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/7e/Jo%C3%A3o\\_Ferreira\\_Villela\\_com\\_a\\_Ama-de-Leite\\_M%C3%B4nica%2C\\_1860.jpg](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/7e/Jo%C3%A3o_Ferreira_Villela_com_a_Ama-de-Leite_M%C3%B4nica%2C_1860.jpg) Acesso em: 12 mai. 2021.



Ama-de-Leite com Fernando Simões Barbosa - Pernambuco, 1860. Carte de visite, 10 x 6 cm. Produzido pelo estúdio Photographia Artística de Eugênio & Maurício. Acervo do Museu do Homem do Nordeste - Recife, PE, Brasil. 1860. **Fonte:** Wikimedia. Disponível em: [https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/be/Ama\\_de\\_Leite%2C\\_1860.jpg](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/be/Ama_de_Leite%2C_1860.jpg) Acesso em: 12 mai. 2021.

**PERGUNTA 1** – A que obra da historiografia brasileira a fonte 1 está fazendo alusão? Qual o assunto tratado pelo texto? Que tipo de sociedade está sendo apresentada? Explique a ideia de patriarcalismo e o que isso representava para a população negra no Brasil.

**PERGUNTA 2** – Qual o assunto tratado na fonte 2? Como Antonil retrata o Senhor de Engenho? Em sua interpretação é possível afirmar que constrói um ideal de patriarca, explique por quê.

**Fonte:** Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação do Estado de São Paulo (EFAPE).

As perguntas e recursos visuais permitem um vislumbre dos marcos históricos que o docente deve repassar com os estudantes. Além da confusão dos marcos, a janela para se abordar alguns conteúdos é curta.

"As aulas dos primeiro e segundo anos são um apanhado de tudo, e a gente não dá conta, porque precisamos passar por elas de forma rápida. Não analisamos mais tópicos do século 19, é bem resumido e entraram outras matérias que não estavam nos livros antes. Pedem para explicar assuntos como direitos humanos, mas, para eu explicar direitos humanos, eu preciso explicar a Revolução Francesa também."

No exemplo dos direitos humanos, se um professor focar apenas nas orientações dos materiais, corre o risco de não se aprofundar no contexto histórico de sua origem.

"Eu vejo todo mundo comentar apenas sobre a existência dos itinerários, mas também temos a questão do novo currículo. Nós podemos mudar até os itinerários, mas se o currículo continuar raso do jeito que está, a situação irá piorar", reforça a historiadora. O seu trabalho dobrou para que pudesse pesquisar e analisar os materiais com calma. Longe de deixar ser vencida pelo desafio, a professora reconhece a sua resiliência e dos demais colegas de profissão, importante no momento de adaptação.

As suas dores começaram a serem abordadas nas reuniões com os pesquisadores do GEPUD. Rosi participou das discussões com a gestão da escola sobre possíveis mudanças a serem implementadas nos currículos de cada disciplina, dando apoio à área de Ciências Humanas, mas ainda possui dúvidas sobre o engajamento dos demais professores.

O currículo do aluno é uma das maiores disputas da educação. A BNCC, ao buscar atender às expectativas dos estudantes e da sociedade contemporânea ao mesmo tempo, parece falhar com ambas as partes, acentuando o cenário de desmotivação entre os jovens. O resultado, como visto por Rosi ao se deparar com a conversa de suas alunas, é a criação de um sentimento de desmotivação generalizado.

### **“Não aprendemos nada!”**

Quando perguntados sobre o que estão achando do Novo Ensino Médio, os alunos de uma turma de primeiro ano do Macedão se entreolham e ficam em silêncio. Um grupo de meninas no canto da sala é o primeiro a falar.

— O que vocês fazem na aula de Projeto de Vida? — eu pergunto.

— Nada — diz uma delas, rindo. — Na verdade, depende, mas não é nada que realmente agregue para a gente.

— Eu acho que o Projeto de Vida deveria ser mais sobre o nosso desenvolvimento pessoal. Eu falo o que eu gostaria de fazer e eles desenvolvem o meu Projeto de Vida com base nisso, nessa carreira — diz outra.

— A professora não faz isso. Ela passa muito mais textos. Nesses dias, tivemos um texto sobre autoconfiança.

— Não sabemos direito o que são as aulas de Eletiva. Já Tecnologia, ao meu ver, é algo muito legal, o problema é que não faz sentido colocar um professor que não sabe nem mexer no celular para dar essa aula — complementa mais uma.

— E o que vocês aprendem nessa aula de Tecnologia? — questiono.

— A gente faz textos, só escrevemos. Se você me perguntar o que o professor já passou pra gente, eu, pelo menos, não sei te dizer. Particularmente, não faço nada nessa aula porque para mim não faz sentido. Primeiro, não é uma disciplina que conta tanta nota no boletim e, segundo, nenhuma empresa vai me contratar porque eu fui boa em Eletiva, ou porque eu fui boa em Projeto de Vida, ou em Tecnologia, não faz sentido. São matérias irrelevantes para mim...

— Tecnologia não seria tão irrelevante se a gente aprendesse — corta uma outra aluna.

— Eu não sei o que é Eletiva, não aprendo nada.

— Um dos nossos professores de Eletiva é professor de matemática, então, ele foca mais nessa parte.

Eles reafirmam que sentem como se não estivessem aprendendo nada.

Todos os alunos da sala possuem as mesmas aulas eletivas, porém, diferentemente dos alunos dos anos de 2019 e 2020, não passaram pelo processo de escolha das disciplinas ou das reuniões de debate junto à gestão escolar. Por meio do desenvolvimento da pesquisa do GEPUD, a direção optou por não prosseguir com a pesquisa de interesse dos alunos e oferecer uma proposta melhor elaborada diretamente na atribuição de aulas.

— Eu acho que a maioria dos nossos professores dão aulas eletivas. O professor de Inglês dá aula de Eletiva, o de Geografia também... — o grupo continua a conversa.

— Eu acho que está bem bagunçado para todo mundo, tanto para os alunos, quanto para os professores.

— Vocês estão acompanhando a movimentação que busca revogar o Novo Ensino Médio? — eu pergunto.

— Então, eu ouvi dizer, mas não acompanhei muito.

— Eu também não.

— O que falam é que vai atrapalhar a nossa vida. Então, a gente fica com um pé atrás quando vemos essas disciplinas novas. E a falta de interesse dos professores também gera desmotivação.

Quando questionados sobre quais itinerários os alunos pretendem seguir no ano que vem, o sentimento de medo permanece.

— Para mim, não faz sentido escolher um itinerário agora, porque eu posso mudar de opinião depois — pontua um aluno, que decide se juntar à conversa.

— E vocês já pensaram sobre que tipo de aulas gostariam de ter?

Apenas uma estudante responde:

— Eu acho que eles deveriam manter as matérias que existiam antes. E também seria bacana se a nossa escola tivesse infraestrutura para oferecer alguns cursos técnicos. Seria muito bom mesmo!

Os demais acenam a cabeça, concordando.

É uma sexta-feira e o sinal soa anunciando o fim da última aula. Todas as turmas se encontram no corredor com estudantes esperando ansiosamente para chegar em casa. No pátio, converso com Júlio, aluno do terceiro ano.

— Não sei em qual itinerário eu estou, são tantos nomes que eu fico perdido — ele compartilha comigo. — Acho que nem estava estudando direito.

Júlio, assim como outros alunos, sente-se perdido em relação ao funcionamento do oferecimento dos itinerários formativos.

— Nada disso vai cair no ENEM nesse ano, então, não entendo a necessidade de estudar.

Uma dupla de estudantes próxima de nós dois escuta a conversa e compartilha uma mesma visão sobre os itinerários. Em sua opinião, além de serem confusos, os estudantes não tiveram realmente uma opção de escolha, devido à capacidade máxima de atendimento em cada turma.

Eliza e Kauane são alunas dos segundo ano e, em 2022, escolheram os itinerários formativos que possuíam interesse em cursar. Assim como os demais estudantes, elas deveriam preencher um formulário com três opções entre as seis disponíveis na escola.

Eliza, a princípio, escolheu o itinerário de Ciências Humanas e Matemática, "#quem\_divide\_multiplica", enquanto Kauane escolheu o de Ciências da Natureza, "Ciência em ação!". Kauane conseguiu entrar na turma que era a sua primeira opção, mas Eliza acabou entrando na segunda, "Cultura em movimento".

— Eu já sei que ano que vem a quantidade de aulas do itinerário irá aumentar, praticamente, dobrar, e as aulas de matérias básicas irão diminuir. Artes, por exemplo, eu nem tenho mais — pontua Eliza.

— E eu não aprendi nada nesse primeiro semestre — Kauane comenta, reforçando o comentário da amiga. — Quando eu sei que tenho aulas de itinerários, eu não tenho vontade de vir para a escola, porque eu venho e não aprendo nada.

Eliza acena a cabeça.

— Ano passado, tínhamos 5 aulas de Matemática e, nesse ano, somente 3. Chegou uma hora que eu virei para o meu professor e falei: "Nossa, é a primeira vez que eu vejo o senhor!", porque eu falto bastante por causa dessa questão dos itinerários — continua Kauane.

— No meu itinerário, os professores possuem uma formação próxima para aquelas aulas, mas tenho muitos colegas que estão tendo matérias com professores zero qualificados — finaliza Eliza.

Mesmo o esforço em conjunto de professores, direção, pesquisadores e alunos não é capaz de mitigar totalmente os efeitos negativos da Reforma.

O Antônio de Ré é uma das escolas que resiste à implementação, por meio de mudanças no currículo que buscam melhorar a aprendizagem dos alunos. Mesmo assim, essas mudanças não são o suficiente para se atingir a universalização do ensino, aprendizagem e permanência dos estudantes na escola, fatores tão reforçados pela BNCC.

Quando comparadas às adaptações feitas por escolas tradicionais e de elite da cidade de São Paulo, as alterações do Macedão não chegam a fazer cócegas nas gigantes que contam com infraestrutura de ponta para adaptar a legislação da melhor forma possível.

## 4. Colégio Santa Cruz

O Colégio Santa Cruz é uma das instituições privadas mais tradicionais da capital de São Paulo. Nascido como Fundação do Ginásio Santa Cruz, foi fundado por padres canadenses da Congregação de Santa Cruz em 1952.

Seu campus principal está localizado no bairro de Alto de Pinheiros, próximo ao parque Villa-Lobos, em uma área de 50 mil metros quadrados. São 93 salas de aula distribuídas em cinco prédios diferentes. Em outro campus, no Butantã, apresenta instalações esportivas que podem ser utilizadas pelos estudantes e não alunos.

Além disso, conta com um teatro de 500 lugares, laboratórios, campo de futebol de grama, ginásio de esportes, pista de atletismo, 10 quadras polivalentes, anfiteatro com 150 lugares, playgrounds e uma biblioteca "integrada com os espaços verdes do campus", com salas de leitura, pesquisa e estudo.

O ensino médio possui um prédio totalmente dedicado aos seus alunos, sem integração com as turmas do ensino fundamental I e II. Nesta etapa, são 730 alunos divididos em seis turmas para cada um dos três anos, 18 turmas no total. Sua mensalidade é de R\$ 6.000,00 reais, aproximadamente 4 salários mínimos e meio.

Diferentemente de outras instituições públicas e privadas, a chegada do NEM não foi a primeira vez que a escola reorganizou todo o seu currículo com a adição de novas disciplinas que exigiram a preparação do corpo docente.

Mudanças estruturais começaram a acontecer no final de 2016, quando gestores e professores se reuniram para montar uma estrutura de cursos eletivos que tornasse os alunos mais autores do próprio percurso escolar, curiosamente, semelhante à proposta da Lei 13.415/2017, que chegaria apenas um ano depois.

A direção organizou um grupo de trabalho com os professores no final de 2014, durante 2015 e em um intervalo de 2016, no qual ocorreram discussões sobre as formas de se aprofundar o currículo.

Os professores se reuniam mensalmente para discutir melhorias e, em seguida, eram organizados grupos focais para coletar os desejos dos alunos, o que eles achavam interessante ser ensinado e o que podia ser aprimorado. Não foram mudanças elaboradas com o objetivo de atender à legislação do NEM, que ainda estava em trânsito no Poder Legislativo.

"A legislação anterior era muito boa, tinha uma parte do núcleo comum e uma parte diversificada. Em escolas da rede pública, sabemos que só eram oferecidas aulas do núcleo comum, porque nunca houve investimentos em políticas que dessem condições de haver uma parte diversificada interessante para o aluno da rede estadual", comenta Marina Nunes, diretora de Ensino Médio do Santa Cruz desde 2012. "Escolas particulares, especialmente a minha, usaram muito bem esta possibilidade da lei anterior para ter uma parte diversificada de qualidade".

No artigo 26 da LDB anterior à Reforma, já estava previsto uma parte diversificada do currículo além da base nacional comum, e o Santa Cruz aproveitou do incentivo na lei para reimaginar os conteúdos a serem transmitidos aos seus alunos:

*"Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)."*

**Fonte:** LDBE.

Era um espaço aproveitado por colégios particulares de alto rendimento para oferecer aulas que iam além dos conteúdos mais tradicionais. A possibilidade de escolha valorizada pelo NEM já era uma realidade nessas instituições.

As aulas do núcleo comum do Santa Cruz exigem dedicação integral do aluno. As eletivas também permitiram que a direção elaborasse novas formas de se cobrar nota e estudo dos jovens.

Até 2016, as matérias diferenciadas eram iguais para todo mundo. A reestruturação gerou novas oportunidades, tanto de temas, como de vínculo entre alunos e professores.

Na oferta, essas aulas são chamadas de "Disciplinares", que correspondem a 15% da carga total e permanecem até os dias de hoje. Cada área do conhecimento possui uma eletiva diferenciada que abrange temas vistos nas demais aulas.

Em História, existem cursos eletivos de "História do Oriente", "História da República" e "África Contemporânea". Em Geografia, aulas que envolvem atualidades dentro da perspectiva da geopolítica atual. Em Matemática, há cursos de lógica e de cálculo. Para Biologia, a direção inseriu uma aula de laboratório que se aprofunda nos conteúdos ligados à anatomia.

Outras matérias se transformaram em eletivas. Educação Física passou a fazer parte desse pacote de escolhas, e os alunos podem optar por cursar esportes coletivos ou de condicionamento físico. Artes apresenta três possibilidades de escolha, por meio de aulas de escultura, desenho em duas dimensões ou História da Arte (teórica).

E não termina por aí: há um leque variado, com turmas de nanotecnologia, psicologia, neurociências, mitologia, filosofia na literatura e muito mais. A permanência delas não foi afetada com a chegada do NEM.

Os estudantes devem escolher, obrigatoriamente, uma eletiva por semestre do segundo ao terceiro ano, totalizando 4 matérias ao longo da etapa. Não só isso, os alunos do segundo ano passaram a ter um diferencial no currículo: a realização de um trabalho de pesquisa aprofundando sobre um tema de sua escolha.

"Foi muito bom termos feito isso em 2017, porque não tinham itinerários formativos. Você não precisava fechar o aluno que escolheu, por exemplo, ter ênfase em Ciências da Natureza apenas nos conteúdos dessa área. Os nossos alunos são diversos, alguns escolhem só as disciplinas de Ciências, mas outros escolhem, em um semestre, estudar química, no outro, filosofia, no seguinte, literatura e assim vai. O itinerário vai por um foco, e a gente teve que encontrar um lugar para colocar um foco e diminuir o núcleo comum", Marina diz.

O NEM foi organizado em 2021 e implementado no Santa Cruz em 2022, apenas para o primeiro ano. Em 2023, as mudanças foram aplicadas para o segundo. O novo

currículo será implementado no terceiro ano apenas em 2024, sua reestruturação exigiu mais tempo de preparação.

Nem todas as mudanças impactaram a rotina escolar do colégio. O ajuste na carga horária, por exemplo, não precisou ser feito, porque já era extensa na escola, próxima das 3.000 horas exigidas por lei.

A principal dificuldade encontrada pela coordenação foi encaixar a leva de itinerários no currículo enxuto junto com as disciplinas exigidas pela BNCC. Marina explica:

"A gente não queria pegar as nossas eletivas e transformá-las em itinerários, porque significava colocar nossos alunos nessas caixinhas em que a gente não queria encaixar. Queremos que eles possam transitar livremente."

Mantendo-se o núcleo comum, a coordenação criou dois itinerários, *alfa* e *beta*: um focado em ciências humanas e outro em ciências da natureza e matemática. Cada um desses itinerários possui o equivalente a seus componentes curriculares.

A organização se divide em:

- Aulas da grade curricular comum: composto pelas disciplinas tradicionais, como química, filosofia, matemática, geografia etc.
- Aulas do itinerário formativo: pacote composto por uma aula de eletiva obrigatória (mesmas opções para ambos os itinerários), uma aula equivalente ao Projeto de Vida (chamada de "Orientação Educacional"), aulas "complementares" comuns a todos os alunos (com temas que aprofundam o conteúdo da grade comum) e, por fim, as chamadas "Trilhas", aulas que determinam o caráter do itinerário a partir do aprofundamento em ciências humanas ou da natureza e matemática.

A Trilha é um módulo recorrente em cada semestre no qual os alunos possuem matérias contínuas dessa frente durante 15 dias, ou seja, a programação curricular normal é interrompida durante duas semanas para que os alunos se dediquem a outras atividades que, geralmente, envolvem pesquisas fora do ambiente escolar.

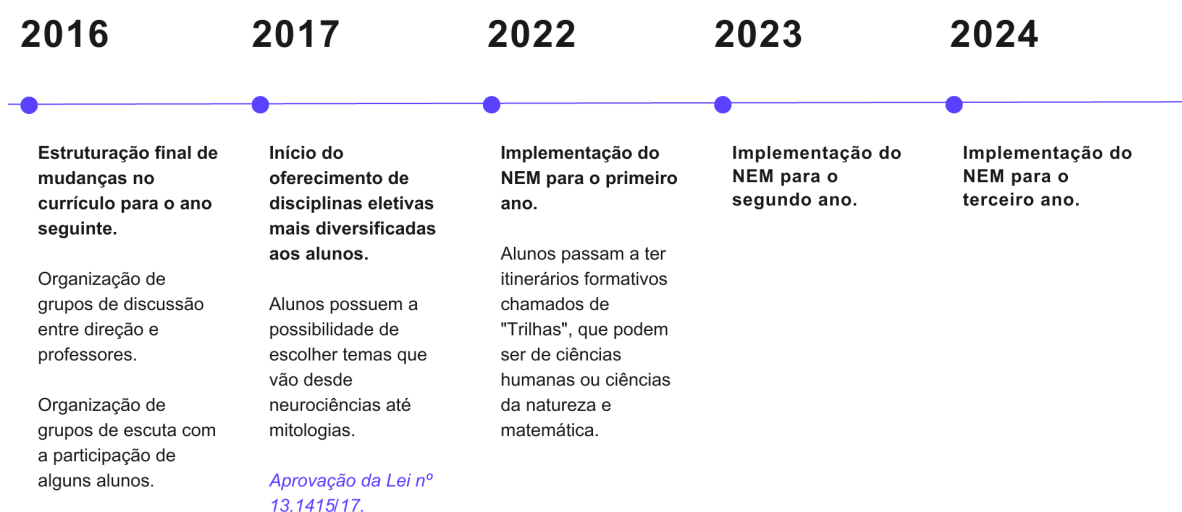
Os conteúdos aprendidos nessas aulas fazem parte das 4 áreas do conhecimento, porém, com maior interdisciplinaridade e temas mais abstratos. Na turma de primeiro ano, por exemplo, professores usam o conceito de "sonhos" para ensinar seus alunos sobre as demais matérias: o sonho é um mecanismo individual do sujeito? Em História, o que é o

sonho nas sociedades primitivas? Como foi a questão dos sonhos nas guerras? Na Geografia, como as dinâmicas de trabalho impactaram os sonhos?

É uma proposta semelhante à organização dos conteúdos de itinerários na rede estadual, por meio de um tema principal — sem vínculo com as matérias tradicionais — que tangenciam os conteúdos das disciplinas comuns. As principais diferenças no Santa Cruz são a infraestrutura disponível para se aplicar uma proposta pedagógica mais lúdica, a formação e preparação dos professores para a condução das aulas e a própria realidade socioeconômica de grande parte dos seus estudantes, que não precisam se preocupar se conseguirão ingressar em uma faculdade ou não.

No geral, a nova legislação não impactou a organização da escola de forma profunda, antecipando-se com mudanças feitas em 2017. Os conteúdos a serem lecionados aos seus alunos também não mudaram, e a cronologia de chegada do NEM segue alguns marcos importantes na instituição:

### **Cronologia: Implementação do Novo Ensino Médio no Colégio Santa Cruz (2016 - 2024)**



**Fonte:** do autor.

Cada aula no Santa Cruz possui a duração de uma hora e 15 minutos. À primeira vista, a quantidade de disciplinas da base comum parecem insuficientes — visto o total somado por semana —, porém, considera-se como cada aula sendo semelhante à junção de dois períodos da rede estadual:

<b>Área do Conhecimento</b>	<b>Componentes Curriculares</b>	<b><i>Aulas/Semana</i></b>		
		<b><i>1º</i></b>	<b><i>2º</i></b>	<b><i>3º</i></b>
<b>Linguagens e Suas Tecnologias</b>	Literatura	1	2	2
	Texto (Português)	1	1	1
<b>Matemática e Suas Tecnologias</b>	Matemática	3	3	2
<b>Ciências da Natureza e Suas Tecnologias</b>	Biologia	2	2	2
	Química	2	2	2
	Física	2	2	2
<b>Ciências Humanas e Sociais Aplicadas</b>	Geografia	2	2	2
	História	2	2	3
	Filosofia	2	0	1
	Sociologia	0	1	0
	<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>17</b>	<b>17</b>

**Fonte:** Colégio Santa Cruz.

A grade acima é dinâmica e altera quando os alunos possuem Trilhas ou desenvolvem seus projetos de pesquisa autorais. Para disciplinas que não aparecem em determinado semestre, o aluno possui a chance de encontrá-las no oferecimento de aulas eletivas ou em aulas complementares.

### **"Nossos professores estão trabalhando mais"**

Mais recursos financeiros não significam uma escola livre de desafios durante a implementação do NEM. As reformulações feitas em 2017 pelo Santa Cruz já tinham diminuído as disciplinas da grade comum para aumentar o tempo de aulas eletivas. Com a chegada das Trilhas, as aulas das matérias básicas diminuiram ainda mais. Quinze dias dedicados a apenas um aprofundamento é o equivalente a 40 aulas retiradas da grade comum.

Nestas duas semanas, todas as salas de aula também são reorganizadas em maior número, de modo que seja possível encaixar as escolhas de todos os estudantes. No lugar de seis turmas para cada ano, existem sete.

A nova BNCC não ajudou o colégio na reformulação dos seus materiais, pois era um modelo semelhante ao que já era seguido pela instituição. O Santa não utiliza qualquer tipo de apoio didático pré-preparado, apostilas, guias de laboratórios ou roteiros. Tudo é autoral.

"Ainda temos 1.800 horas dedicadas ao conteúdo da BNCC, mas o problema é que ela é um documento raso com muitas habilidades, no qual os conteúdos aparecem com pouca ênfase, de maneira muito ampla e genérica. Por isso, restringimos esta parte obrigatória às 1.800 horas e aprofundamos temas próprios das disciplinas em um bloco de aulas complementares", resume Marina.

Assim como na rede pública, a BNCC recebe críticas do ambiente privado. Enquanto o Santa Cruz consegue resolver este problema por meio das aulas complementares, escolas estaduais seguem com materiais de apoio confusos, conforme detalhado no capítulo anterior.

Em sua fala, a diretora traz a visão da proposta pedagógica do Santa Cruz que, mais do que fornecer aulas que preparam o aluno para o ingresso na faculdade, possibilita-o obter conhecimentos "que serão utilizados ao longo de toda a sua vida". Ela defende que atribuir uso pragmático aos conhecimentos transmitidos na escola, ou seja, "só é útil aquilo que irá cair no vestibular", prejudicou o campo da educação nos últimos anos.

Por mais que a proposta pedagógica da maioria das escolas não deva e não se limite aos vestibulares, a importância desses exames é ainda mais valorizada pelos alunos de escola pública e de instituições privadas menores, visto ser o seu único caminho de ingresso para uma instituição superior de qualidade.

Outra novidade do NEM, já presente nos colégios de classe A, são as aulas focadas no projeto de vida dos jovens. Os estudantes do Santa Cruz contam com uma disciplina chamada de "Orientação Educacional", lecionada por psicólogos e pedagogos que trabalham com uma equipe de professores de apoio.

Aqui, outro choque de realidade com a rede pública: além de contar com profissionais qualificados para ministrarem a disciplina, os assuntos abordados nas aulas de orientação educacional não são sobre o mundo do trabalho, autoconhecimento socioemocional e empregabilidade. Quando o pedagogo entra na sala de aula, traz temas sociais como: organização escolar, drogas, saúde, desenvolvimento afetivo e, ainda, temas sobre feminismo, homofobia, transfobia e questões ligadas à violência escolar.

Os alunos não precisam saber quais obstáculos precisam vencer para ingressar no mundo do trabalho, afinal, é provável que não passem por eles. Marina aponta:

"Trabalhamos a questão de como os alunos se relacionam com os temas do mundo, porque isto é projeto de vida. No segundo ano, focamos no futuro profissional dos estudantes, mas não é o grosso das aulas. As competências socioemocionais são trabalhadas a todo momento na escola, não paramos em um momento específico apenas para isso."

Para ilustrar seu argumento, ela cita o nível de ansiedade observado entre alguns estudantes após a pandemia. É um tema que pode ser trabalhado nas aulas de orientação educacional, mas estará presente em todas as matérias, porque aparecerá na prova de um docente, na devolução de outro, na discussão em sala de aula e assim por diante. Um assunto trabalhado de forma personalizada, de acordo com a necessidade da turma.

A criação das Trilhas exigiu dos professores mais dedicação fora do tempo de trabalho, assim como visto na rede pública. Apesar de mais cansado, porém, o profissional recebe pelo tempo extra dedicado ao trabalho.

Cada itinerário é construído em conjunto com todos os docentes da escola, para que possam alinhar como a interdisciplinaridade estará presente nos componentes que fazem parte do aprofundamento.

"Em geral, abordamos um tema novo nessas aulas, que não é do saber de nenhum dos professores. Eles estudam os assuntos por conta própria, mas organizamos reuniões a mais para poderem estudar e trocar informações", a diretora da escola resume. Mesmo não sendo assuntos impostos, ela reconhece que a maioria dos professores preferia o currículo anterior à Reforma.

Os itinerários formativos representaram um custo maior para a direção, ainda que não tenha refletido no aumento da mensalidade. O número de reuniões com os professores aumentou e horas extras precisaram ser pagas aos profissionais:

"O itinerário onera as escolas. Eu tenho que abrir mais classes, então, eu vou ter que ter mais horas de professor para reorganizá-los nesses grupos. Mesmo uma escola particular menor, mais barata que a nossa, não vai ter a mesma condição de fazer esses ajustes e fornecer o apoio necessário."

Uma infraestrutura capaz de atender às mudanças propostas pelo NEM exige recursos financeiros. Sua implementação no Santa Cruz se aproxima do mundo ideal imaginado pela legislação, mas é o oposto ao cenário visto na rede estadual e ainda recebe críticas da diretoria.

"A gente não queria implementar o Novo Ensino Médio porque é uma lei que trava. Quando limitados a Base Nacional às 1.800 horas, estamos empobrecendo aquilo que a gente tem de melhor. Como temos condições de fazer escolhas que outras escolas não têm, procuramos impactar isso o menos possível", completa Marina.

Crítica da Reforma, na opinião da diretora, os jovens estão saindo da escola não porque não querem aprender as disciplinas do ensino médio, mas porque sua realidade social clama por outras urgências. Ter a mescla de um bom núcleo comum com alguma escolha de aluno seria uma medida interessante para criar melhores condições de

permanência. Quando se encolhe demais o núcleo comum, oferecendo um leque de opções desconexas com a realidade do estudante, porém, o efeito gerado é o contrário.

"No nosso caso, estávamos muito satisfeitos com o currículo que tínhamos até 2021, era bem equilibrado. Quando a nova lei entrou, eu tive que recortar, fragmentar os meus cursos e enxertar uma trilha que ninguém estava querendo. Os alunos não precisavam de mais escolhas", ela ressalta.

Os desafios não impediram resultados positivos de aprendizagem. O Santa Cruz é a educação dos sonhos de muitos estudantes que desejam ter aulas de disciplinas que o façam descobrir suas paixões e talentos.

Se todas as escolas do país oferecessem uma real possibilidade de escolha aos alunos — tal qual o Santa —, o NEM seria capaz de resolver os problemas que se propõe a resolver. Com recursos e capacitação, tudo é possível na escola particular da elite.

### **"O perfil do aluno mudou muito nesses últimos 10 anos"**

Monaliza Fonseca é professora do Santa Cruz desde 2011. Formada em Física, participou da estruturação das disciplinas eletivas antes da chegada do NEM e da construção das Trilhas ao lado de outros docentes. Assim como a maioria dos professores do ensino médio na escola, ela se dedica integralmente ao Santa e optou por não dar aulas em outras instituições. E nem havia como. Na sua visão, a carga de trabalho no colégio sempre foi alta, antes mesmo da chegada da nova legislação.

A característica mais forte do colégio é a dinamicidade do currículo dos alunos, que está em constante transformação com a formação de novos eixos temáticos delimitados pelos professores. Seja nas aulas dos itinerários, eletivas e, até mesmo, no próprio currículo comum, o fato dos docentes terem liberdade na montagem dos materiais de suas aulas permite que os recursos de ensino e aprendizagem sejam atualizados todos os anos.

Nada é estático, sempre em movimento, tal qual os conceitos ministrados no universo de Monaliza. A professora passa o dia inteiro no colégio. Se não está dando aula, está organizando a próxima e, enquanto me conta os desafios da implementação do NEM, segue atarefada organizando alguns textos no computador.

"Quando o Novo Ensino Médio chegou, fizemos mudanças aos poucos. A escolha do aluno é diluída ao longo dos anos, e ele passa a ter mais possibilidade de escolhas a partir do segundo ano. Até 2021, ainda não estávamos cumprindo todas as horas da lei [como o início dos itinerários se deu a partir de 2022]", ela explica.

Hoje, Monaliza dá aulas de diferentes disciplinas. Há Física na grade comum, Laboratório Investigativo de Ciências — opção implementada em 2019 aos estudantes — e matérias eletivas sobre assuntos diversos, como o funcionamento de máquinas e motores, física quântica e tecnologia. Além dessas disciplinas, a organização de "minicursos", como é chamado por ela, passou a fazer parte da sua rotina. É o currículo das Trilhas.

Ela participou das reuniões conduzidas pela direção ao longo de 2020 para o planejamento das novas aulas. Em um primeiro momento, ocorreu um encontro da direção com todos os profissionais para debater quais seriam os itinerários oferecidos. Foi um consenso o oferecimento de duas áreas do conhecimento, mas nem todas as discussões foram fáceis de serem resolvidas.

"As pessoas têm personalidades diferentes, então, quem gosta de um determinado tipo de discussão irá defender mais aquilo", a docente reflete, referindo-se ao fato que houve discordância entre professores no momento de organizar a nova grade e a metodologia a ser aplicada. Após a definição dos itinerários de ciências da natureza e ciências humanas, os representantes das áreas tiveram a missão de definir como os cursos funcionariam.

Cada docente possui ideias que deseja implementar. Nesses encontros, era de se esperar que nem todas as requisições pudessem ser atendidas.

A liberdade para determinar os conteúdos dos itinerários traz pontos positivos e negativos. Enquanto a falta de um direcionamento rígido, igual ao visto na rede estadual, permite que a instituição consiga manter seu caráter conteudista lúdico, por outro, o consenso para o atingir é mais demorado e leva tempo (dos profissionais).

Ainda assim, estavam sendo pagos pelo tempo extra dedicado à organização.

Na opinião da professora, a escola fez uma boa escolha ao condensar as aulas equivalentes aos aprofundamentos curriculares em um período de duas semanas, somente. Ela observa colegas que dão aulas em outras escolas privadas, com itinerários distribuídos ao longo do ano inteiro, sem relação com as matérias da grade comum, e se pergunta se seria capaz de fazer o mesmo.

Nas Trilhas, cada professor ministra a disciplina do seu jeito, que leva o nome das matérias da base comum. Fora o planejamento dos materiais didáticos, as novas aulas exigiram que os professores readequassem sua grade horária, o que também já acontecia pela dinamicidade do currículo, porém, em caráter semestral.

"Pensamos em um número x de quantas opções daríamos aos alunos dentro das Trilhas. A gente tinha dúvida se seria um minicurso geral ou se seriam disciplinas separadas que todos os professores poderiam dar ao mesmo tempo. Pensa: um professor dando aula e, depois, eu indo dar a mesma aula que ele. Não gostamos disso e a maioria votou contra e o minicurso dentro da temática maior ganhou."

O processo de escolhas de temas de 2021, 2022 e 2023 não foi o mesmo. Segundo Monaliza, o primeiro ano de implementação do NEM foi truncado e exigiu ajustes constantes:

"A primeira Trilha que criamos foi bem diferente das que vieram depois. O tema que escolhemos na minha área foi 'Transição de Pensamento' e alguns professores discordavam entre si. Um queria ir mais para a área de Filosofia da Ciência, mais teórica, e outro queria algo mais prático, de mão na massa. Isso foi muito difícil. A coordenação mediava, mas ela deixava os professores chegarem em um acordo juntos. A parte de Filosofia da Ciência ganhou nesse caso", indica Monaliza. No segundo semestre, aulas mais práticas foram organizadas.

Outra dificuldade encontrada na elaboração das Trilhas foi a quantidade de reuniões entre docentes e direção. Os encontros fora do período de trabalho não foram suficientes para atender todas as demandas da elaboração do currículo, prejudicando o alinhamento entre alguns docentes. Monaliza via que seus colegas estavam lecionando diversos conteúdos, mas não conseguia trazer referências dessas outras matérias nas suas aulas. Não tinha espaço para discutir com os demais profissionais.

Com o tempo, a situação melhorou. Agora, ambas as Trilhas do Santa Cruz possuem uma etapa de ensino que envolve todos os docentes, de apresentação do tema aos estudantes no início dos 15 dias, e uma etapa de encerramento que exige a apresentação de um trabalho em grupo, que também envolve todos os profissionais em sua elaboração. O meio dessa jornada é de responsabilidade de um único docente.

"Aqui no Santa, temos o costume de fazer debates com os alunos. Eles assistem a um filme e fazemos discussões e outras atividades em cima dele logo depois", a professora resume. É um modo característico de se trabalhar na instituição.

Com os itinerários, não foi diferente.

Seria importante haver uma espécie de abertura para as duas semanas temáticas e, por isso, os professores organizam palestras ou exibições de filmes introdutórios, escolhidos nas reuniões anteriores, aos alunos. É uma forma de os conectar com os assuntos das disciplinas além do formato tradicional de aula. Enquanto assistem ao filme, os docentes se dividem entre si e separam os responsáveis pela curadoria e avaliação.

Não é algo distante de outras escolas privadas ou, até mesmo, públicas. No próximo capítulo, veremos como a sugestão de momentos mais interativos entre aluno e professor está presente no cenário da rede estadual, porém, prejudicada por conflitos inerentes às relações dentro da sala de aula. Em um colégio do porte do Santa, sua aplicabilidade é facilitada pela infraestrutura (palestras e exibições de filmes ocorrem no teatro do prédio do ensino médio) e maior motivação dos estudantes.

"Todo ano que tem novidade, nós temos que trabalhar mais. Como é um curso que não existia antes, temos que o criar do zero. É trabalhoso, porque são assuntos que não damos em aula, e tivemos que voltar atrás e estudar muita coisa de novo. Neste ano, tivemos menos trabalho e eu espero que o próximo semestre tenha menos ainda", a professora diz, reconhecendo que a rotina puxada faz parte da vida do professorado. Não há como fugir, a vida gira em torno da escola.

Para Monaliza, um dos maiores benefícios dos itinerários no Santa Cruz foi permitir ao estudante entrar em contato com assuntos de forma mais aprofundada, o que não aconteceria nas aulas de núcleo comum. A maior barreira na aprendizagem, porém, está no próprio perfil do aluno.

Em sua opinião, o aluno do colégio mudou muito desde quando entrou na instituição como funcionária, e aqueles de 2011 poderiam ter aproveitado muito mais as Trilhas do que os de hoje. "O perfil do aluno vem mudando e ele quer tudo muito rápido. Não tem mais uma abertura tão grande para pensar e refletir de forma crítica. Então, temos que adaptar nosso currículo para este perfil", finaliza.

É um ponto de dor universal. A reflexão de Monaliza dialoga tanto com as bases que fundamentaram a Reforma e a nova estrutura do ensino médio, quanto com posicionamentos como o de Márcia Jacomini, coordenadora do Grupo de Escola Pública e Democracia (GEPUD), ao identificar na promulgação da Lei nº 13.415/2017 um projeto de remoção do pensamento crítico dos estudantes.

Apesar do padrão identificado pela professora, há casos e casos, e um aluno de escola pública que ingressa no Santa Cruz é o desvio nesta rota.

### **"É uma realidade totalmente diferente para mim"**

O despertador toca às 05 horas e o céu ainda está escuro. Vitória, de 17 anos, se revira na cama antes de abrir os olhos, pronta para mais uma semana. Levanta-se com pressa, se arruma no banheiro, veste uma roupa confortável e come algo antes de sair de casa. Tudo isso em 45 minutos.

Ela está com pressa. O ônibus que a deixa na frente do Santa Cruz passa exatamente às 06 horas no ponto, e a estudante leva 10 minutos para chegar até ele a pé.

A mãe de Vitória acorda junto com a filha. Irá levá-la ao ponto porque tem medo de que algo aconteça se sair sozinha de casa. O sol ainda não apareceu.

Moradora do Jardim Bonfiglioli, no Butantã, somando as paradas do transporte, demora uma hora até ser deixada no Alto de Pinheiros, onde sua escola está localizada.

Vitória é um dos poucos alunos bolsistas do Santa. Até 2021, estudava em uma escola estadual em Embu das Artes, no extremo oeste de São Paulo. Tendo passado sua vida inteira estudando em escola pública, a mudança para o novo colégio foi a mais radical de sua vida.

Até hoje, se lembra do dia em que foi aprovada no disputado processo seletivo para ingressar no colégio. Ela havia conhecido um cursinho que auxiliava alunos de baixa renda em provas de escolas de elite, como o Santa Cruz e o Bandeirantes, e passou seis meses estudando temas de português e matemática, recorrentes nas provas.

Como o Santa Cruz não permite a matrícula de novos alunos no meio do ensino médio, a passagem do nono ano para a etapa seguinte era a sua única chance de conseguir

ingressar na tradicional instituição. Em 2022, foi aprovada no Santa Cruz com bolsa integral.

A conquista foi motivo de orgulho para seus parentes. Todos choraram. Sua mãe, seu pai e seu irmão deixaram a antiga casa da família em Embu das Artes e se mudaram para o Butantã, para que Vitória pudesse ficar mais próxima da escola.

A primeira surpresa, ao se deparar com o novo prédio em que estudaria, foi a sua infraestrutura, algo que nunca tinha visto até então. Na sua antiga escola, era tudo menor e, agora, havia muito mais salas e muito mais alunos — a maioria não chegou nem a conhecer.

Ela se recorda de uma época em que seu antigo colégio teve um problema de encanação, deixando os alunos sem aula durante uma semana. Não é algo que acontece no Santa Cruz, onde ela sente que até os professores são mais felizes e bem remunerados.

Outra situação que a fez se impressionar ainda mais com a nova escola foi a mudança radical nas dinâmicas de sala de aula. Os professores conduziam grupos de debate, apresentações e experimentos no laboratório da escola. De repente, tudo passou a ficar mais interessante, como se finalmente aqueles assuntos fizessem sentido para ela.

A estudante não precisava mais assistir às aulas virtuais do Centro de Mídias da Educação de SP<sup>6</sup>, na TV Cultura, para tentar aprender sobre algum assunto novo. Na pandemia, o cenário de aulas virtuais atrapalhou seus estudos, e Vitória percebia que seus colegas também tinham dificuldades para se concentrar nos professores. Mesmo se estivessem presencialmente, acredita que não seria tão diferente.

Mas a adaptação não foi fácil. Ela viu como as aulas em casa deixaram vácuos de aprendizado que tiveram que ser preenchidos no Santa Cruz. O seu tempo passou a ser consumido pelas exigências da escola e deixou de aproveitar alguns dias de fim de semana, dedicados à lição de casa.

— Vitória, vamos ao cinema na sexta-feira?

— Não posso, tenho simulado no sábado.

Em 2021, estava no final do ensino fundamental II e chegou a experimentar algumas aulas do Inova Educação de forma virtual. Não se lembra com muitos detalhes do que

---

<sup>6</sup> O Centro de Mídias de SP foi uma medida lançada pelo Governo do Estado para auxiliar no oferecimento de aulas virtuais ao vivo, por meio de plataforma digital e da TV Cultura, durante a pandemia.

aprendeu naquela época. Se não tivesse tido aquelas disciplinas que prometiam conectar os alunos com a tecnologia ao seu redor, não faria diferença.

Nas aulas dedicadas a organizar o seu projeto de vida, aprendia dicas de autoconhecimento que não eram tão úteis para a preparação ao vestibular. Eram aulas que mais prometiam do que entregavam, nas quais passava boa parte do tempo lendo textos do que dialogando com o professor. Ainda não tinha ideia do que queria cursar na faculdade e nem como faria para descobrir.

No Santa Cruz, os espaços de orientação educacional tinham uma proposta totalmente oposta, e ela discutia assuntos muito diferentes do que se era esperado: a importância do combate às drogas, consumo de bebidas alcoólicas, a luta pela equidade de gênero, o conflito entre os conceitos de coletivo e individual e, até mesmo, debates de sociologia envolvendo o Novo Ensino Médio.

A aluna sempre soube que discutir sobre futuro e carreira não seria do interesse dos seus colegas de classe. *Ser advogado ou médico não está tão longe para eles, não precisam buscar alternativas.*

Hoje, ela não terá aula de OE, que ocorre apenas nas quartas-feiras.

Ela checa o relógio e são 07 horas em ponto quando atravessa os portões do Santa Cruz. A primeira aula só começa às 07h25.

A primeira coisa que faz é comer um café da manhã na lanchonete do prédio. Pega seu material no armário e entra na sala de aula da turma do segundo ano, onde encontra seu grupo de amigos, a maioria, bolsistas, assim como ela. Senta-se perto de Bruna, sua melhor amiga e que também estudou no mesmo cursinho preparatório.

Apesar de ter sido bem recepcionada na escola, ainda sente um bloqueio em se enturmar com os demais alunos. Os assuntos das rodas de conversa parecem coisas de outro mundo. Ela prefere ficar com as pessoas que a entendem melhor.

A primeira aula é Texto, uma de suas preferidas. As aulas do cursinho a ajudaram a desenvolver sua escrita e gramática e, por isso, tem maior facilidade com a matéria. O problema mesmo é a segunda aula, de Física. Ter quase uma hora e meia de cálculos é um desafio, mas os estudos fora do período de aula a ajudam a se aprofundar na matéria.

Depois do intervalo, é o momento de sua aula favorita, História. Ela se aproximou muito do professor, com o qual se identifica bastante. Assim como ela, o docente também estudou em escola pública durante grande parte de sua vida, formando-se na Universidade de São Paulo (USP). É uma inspiração para Vitória.

É uma coisa sobre a qual já conversou com Bruna. Sente que possui um vínculo maior com os professores do que muitos estudantes não bolsistas. Com o professor de História, sente-se confortável para conversar sobre qualquer assunto fora do horário de aula.

Os alunos não têm ideia do que é ter um professor motivado e engajado na sala de aula. Vitória já teve experiências de aulas com professores desmotivados e mal remunerados, o que a fez valorizar ainda mais os profissionais do Santa Cruz.

1h30 de História passam voando e, em seguida, o sinal soa para a última aula do currículo comum da turma: Matemática. Apesar do período final terminar próximo do meio dia, não significa que o dia escolar de Vitória tenha acabado.

Enquanto a eletiva do semestre escolhida por ela, Oficina de Texto, acontece apenas no período da manhã e de sexta-feira, nesta tarde, possui uma aula optativa, complementar ao currículo: "Esportes Coletivos Femininos", um desmembramento de Educação Física. Amanhã, terá curso de francês de nível básico e aula de dança como optativas.

A estudante tenta aproveitar os recursos da escola ao máximo. Caso tenha tempo, tentará passar na biblioteca ainda hoje. Adora ficar lá, estudar com calma e fazer suas tarefas de casa.

Quando está com pressa e sabe que perderá muito tempo no transporte público, utiliza os computadores do espaço até tarde da noite para conseguir terminar a lição a tempo. Os últimos dias têm sido dedicados à preparação dos materiais da sua pesquisa autoral, sobre migrações regionais.

Os temas de humanidades a interessam desde o fundamental, mas sempre teve dúvidas sobre em qual área do conhecimento deveria se aprofundar. Quando o Santa Cruz implementou as Trilhas, que definem os itinerários formativos do ensino médio, escolheu cursar o de ciências da natureza e matemática, chamado de *beta*. Assim que as aulas com duração de 15 dias começaram, o arrependimento apareceu. Não levava tanto jeito para exatas.

Teve que esperar um ano inteiro para conseguir trocar de itinerário. Pelo menos, havia essa opção no Santa. No segundo ano, ingressou nas turmas do itinerário *alfa*, de ciências humanas. Se tivesse continuado na rede estadual, seria obrigada a permanecer para sempre no itinerário escolhido no final do primeiro ano.

Ao longo do primeiro semestre, as aulas do segmento *alfa* que mais gostou foram as de História e Literatura, que exploraram as relações entre o centro da cidade de São Paulo e suas regiões periféricas. No final do curso, todos os alunos fizeram uma pesquisa de campo nos bairros centrais da cidade, conhecendo pessoas e lugares para coletar fontes que seriam utilizadas em um documentário produzido pelos alunos, a ser entregue no final do semestre.

As aulas de Trilha são um respiro em meio às disciplinas regulares. Vitória, sua colega, Bruna, e os demais alunos ficam mais engajados com a possibilidade de conhecer novos espaços fora do ambiente escolar. Se pudesse, a estudante gostaria de conhecer esses ambientes todos os dias por meio da escola.

Após o término da aula de Educação Física, Vitória consegue passar rapidamente pela biblioteca e adiantar sua lição de casa. Quando são cinco da tarde, decide ir embora. É mais uma hora até chegar em casa.

Às dez da noite, a estudante confere se o alarme está a postos para o dia seguinte. Terça-feira é o dia da semana em que fica até quase oito horas da noite na escola, por causa da optativa de aula de dança.

A dedicação dobrada vale a pena para Vitória, que está tendo a oportunidade que muitos amigos da sua antiga escola gostariam de ter. A estudante segue motivada com os estudos para alcançar seu grande objetivo final: cursar arquitetura em uma instituição de ensino superior pública. Antes, queria ser professora de História, mas as experiências na rede estadual a desmotivaram.

O pouco de vivência com o Inova Educação, vendo professores sem orientação adequada e desvalorizados no ambiente escolar, fez com que ela apreciasse cada segundo no Santa Cruz. Gostaria que outros alunos da rede pública tivessem as mesmas oportunidades, que descobrissem como uma sala de aula pode ser interessante e divertida, sem comprometer o conteúdo importante à sua formação.

Uma escola de elite e com independência para construir o seu currículo, mesmo amarrada à legislação, conta com os melhores professores e recursos que auxiliam na

atenuação dos efeitos da Reforma. Como veremos a seguir, uma escola estadual independente e sem apoio externo para a implementação do NEM é sinônimo de aulas sem professores qualificados, infraestrutura escassa e corpo docente sobrecarregado.

## 5. Escola Estadual Professor Armando Gomes de Araújo

A Escola Estadual Professor Armando Gomes de Araújo está localizada no extremo da zona leste da Região Metropolitana de São Paulo, no Itaim Paulista. É um bairro periférico e um dos mais populosos da cidade, o último distrito da zona leste antes do município Ferraz de Vasconcelos.

Apelidada como "Ceip" e fundada em 1954, a escola é uma instituição com um maior número de alunos do que o Macedão, em Guarulhos. Possui turmas de manhã e noite e abrange, além de estudantes do Ensino Médio, alunos da EJA<sup>7</sup> e de Novotec.

Em relação à localização, está em uma área central do bairro e próximo à estação de trem Itaim Paulista, um grande diferencial, levando-se em consideração que a maioria dos alunos utiliza o transporte público, seja para chegar até ao colégio, trabalhar ou sair à noite.

O colégio possui 16 salas de aula, com um laboratório de informática, uma biblioteca e uma quadra poliesportiva coberta. Os alunos da EJA, à noite, estão distribuídos em uma turma de primeiro, segundo e terceiro ano, enquanto os da manhã estão divididos em 16 turmas. Sua nota do IDESP (2022) para o Ensino Médio é de 2,24, 11 décimos acima de diferença para a média do Estado, 2,13.

Nos últimos anos da educação básica, o Armando conta com 557 alunos matriculados no período da manhã, 241 de noite e 40 estudantes que compõem a turma do Novotec Integrado (o curso técnico oferecido é o de "Informática Para a Internet"). Esta última modalidade concede ao estudante um certificado de conclusão do Ensino Médio com habilitação técnica.

A adesão ao Novotec ocorreu devido ao interesse manifestado pelos estudantes em um questionário divulgado anteriormente à implementação do NEM, disponibilizado pela Seduc para os alunos da instituição. Uma vez manifestado o interesse do colégio em aderir

---

<sup>7</sup> A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino criada pelo Governo Federal para jovens, adultos e idosos que não completaram as etapas da educação básica na escola convencional durante a idade apropriada.

ao programa, foi necessário disponibilizar vagas de acordo com a capacidade de atendimento da sua infraestrutura.

Em 2019, após o anúncio do Inova Educação pelo Governo do Estado, a direção e docentes do Armando participaram de algumas reuniões com a Diretoria de Ensino para entender como seria o funcionamento das novas aulas. "Foram reuniões precárias e pouco explicativas. Ninguém entendeu muito bem o que foi aquilo", comenta Gabriel Barros, vice-diretor da escola. O Armando também participou de discussões sobre a reformulação do currículo junto à Seduc, que realizou uma consulta sobre quais mudanças poderiam ser feitas com base nas alterações propostas pela BNCC. Desde o princípio, o colégio assumiu um posicionamento de negação às mudanças, reconhecendo os riscos da Reforma.

Por mais que o NEM esteja enfatizado no poder de escolha dos alunos, a prática diz o oposto, e a direção observou medos da implementação se tornarem reais.

"O Inova começou nas escolas e, logo depois, veio a pandemia. Então, pode-se dizer que não tivemos Inova. Mesmo depois da pandemia, nós não demos aos estudantes a possibilidade de escolherem quais eletivas eles gostariam de cursar. Sabíamos que seria difícil e não conseguimos organizar a ponto do aluno ter essa opção", explica Gabriel.

A organização das eletivas do Inova Educação ocorreu somente em fevereiro de 2020. Como a Seduc não ofereceu um material aprofundado sobre matérias a serem exploradas com os estudantes, a gestão do Armando utilizou como modelo o catálogo de eletivas disponibilizado pelo Governo do Estado do Ceará, para que docentes pudessem avaliar, de acordo com suas formações, quais aulas poderiam ser lecionadas. Neste modelo, cada professor possuía a liberdade de montar e desenvolver sua aula da maneira que achasse melhor.

No mesmo mês, a escola realizou uma espécie de feirão em dois dias para apresentar as novas eletivas aos estudantes. Depois de manifestar interesse na matéria, o aluno era realocado à sala desejada de acordo com a disponibilidade de vagas. No final do processo, alguns estudantes não manifestaram interesse em nenhuma das opções e, por isso, a direção precisou sortear-los para determinar em quais disciplinas ficariam. O método também foi usado para as eletivas mais requisitadas, como as esportivas.

Depois do feirão de 2020, o Armando não realizou mais o oferecimento das eletivas de modo que os estudantes pudessem as escolher. Por causa das complicações do ensino à

distância na pandemia, a partir de 2021, o colégio passou a determinar as eletivas segundo a atribuição de cada professor, semelhante ao Antônio de Ré. Isto significa que, primeiro, a turma é atribuída a um docente e, em seguida, este docente leciona um conteúdo com metodologia própria.

No processo de atribuição, é solicitado que os professores negociem com os alunos e apresentem algumas opções de matérias a serem ensinadas. É uma maneira de garantir que os adolescentes tenham um nível de liberdade de escolha, apesar de limitado.

Após as suas criações, a direção precisou preencher um documento formalizando as matérias selecionadas para a Diretoria de Ensino, de acordo com as indicações dos professores. A própria escola criou um modelo para que os docentes explicassem os tópicos de suas aulas, o que foi um processo complicado. Segundo Gabriel:

"A pandemia não foi o único problema. Tínhamos professores de Tecnologia que não sabiam o que trabalhar nessas aulas. Por mais que sejam usuários de tecnologias, eles não sabiam como explicá-las. Projeto de Vida parece ser a única disciplina nova que os professores gostam de ensinar. Eu sinto que eles gostam de pegar essas aulas porque é um lugar moralizante. É aquela aula em que eu dou sermão no aluno, eu digo que ele não está estudando direito, para ensiná-lo como realmente se estuda."

Todas as aulas seguiram em período virtual em 2020 e 2021, havendo rodízios presenciais em meses específicos, ainda com baixa adesão dos estudantes. As eletivas, que antes eram semestrais, tornaram-se anuais na época. Todos foram pegos de surpresa e a implementação não seguiu conforme o planejado.

Ao longo de 2021, a Diretoria de Ensino solicitou que o colégio indicasse quais itinerários formativos possuía interesse em oferecer no ano seguinte, de acordo com a lista de 10 opções divulgada pelo Estado. A direção construiu um documento com essas indicações, mas seu conteúdo não trouxe muitos detalhes além dos temas a serem trabalhados.

"Os professores olharam a solicitação da Diretoria e viram que não sabiam como montar aquilo. O que enviamos foi um balde de água fria, porque não deu em nada", diz Gabriel, destacando que não obtiveram retorno da Diretoria sobre a proposta de ensino do Armando e nunca souberam como seus documentos foram computados. A impressão

causada foi a de que o órgão buscava apenas coletar as melhores iniciativas escolares. "Tivemos várias cobranças dessas porque achavam que a gente não estava trabalhando."

Entre 2021 e 2022, houve uma redução no número de salas dedicadas às aulas de Ensino Médio, devido a uma crescente evasão escolar dos estudantes. Com isso, no momento de organização da quantidade de alunos por sala, turmas foram agrupadas em uma só. Anteriormente, havia cinco turmas de terceiro ano e, em 2023, o número foi reduzido para quatro.

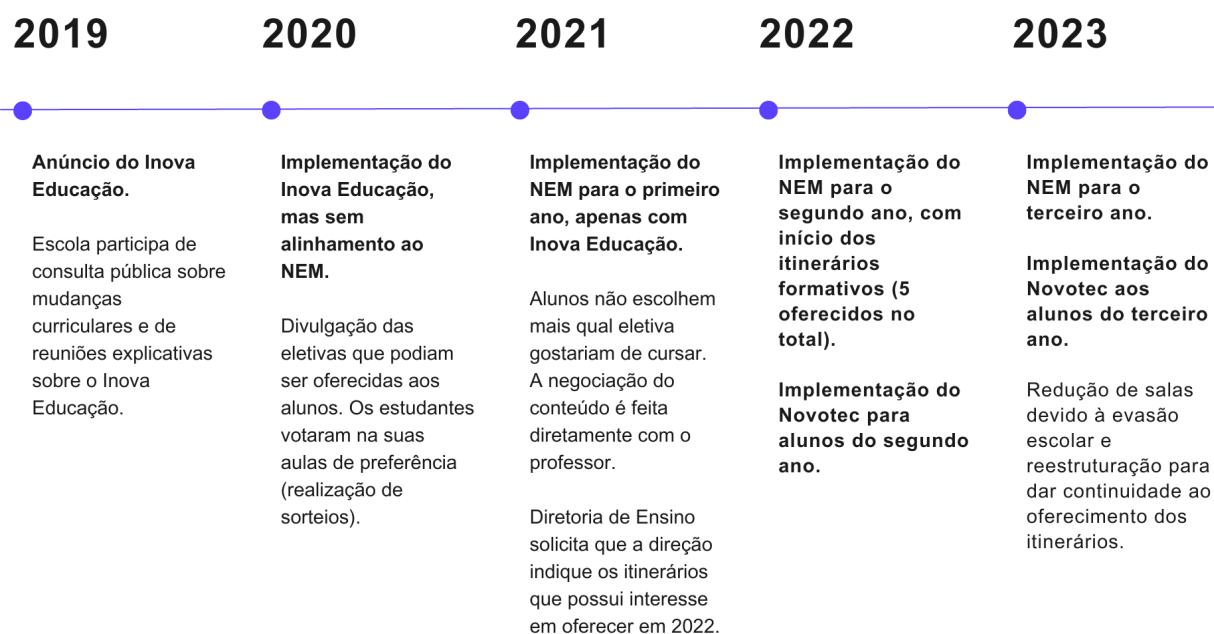
Esta mudança, organizada pela própria Diretoria de Ensino, resultou na exclusão de turmas inteiras de itinerários formativos, fazendo com que a direção da escola interviesse para que os estudantes não perdessem o conteúdo que estava sendo ministrado até então.

"A Reforma pediu que criássemos aquele itinerário e, depois, pediram para a gente removê-lo porque tínhamos uma redução de salas. Nós mesmos falamos que eles estavam ferindo o direito de escolha do aluno. Compramos essa briga e a Diretoria de Ensino permitiu que mantivéssemos o itinerário da turma desfeita, desde que organizássemos um horário em que toda a sala parasse apenas para aquele itinerário."

Nas segundas-feiras e sextas-feiras, cria-se uma quinta turma de terceiro ano apenas para os alunos que, no ano anterior, possuíam aula de aprofundamento curricular. É um caso excepcional de rodízio de sala, em que os estudantes deixam sua sala inicial para que possam dar continuidade às matérias dos aprofundamentos. Coincidentemente, segunda e sexta são os dias da semana em que a escola está mais vazia, com o maior número de faltas.

No geral, pode-se resumir a implementação do Ensino Médio no Armando Gomes de Araújo por meio do cronograma:

## Cronologia: Implementação do Novo Ensino Médio na Escola Estadual Armando Gomes de Araújo (2019 - 2023)



**Fonte:** do autor.

Assim como o Macedão, sendo da rede estadual, as disciplinas da grade comum curricular estão distribuídas da seguinte maneira:

<b>Área do Conhecimento</b>	<b>Componentes Curriculares</b>	<i><b>Aulas/Semana</b></i>		
		<i><b>1º</b></i>	<i><b>2º</b></i>	<i><b>3º</b></i>
<b>Linguagens e Suas Tecnologias</b>	Língua Portuguesa	5	3	2
	Arte	2	0	2

	Educação Física	2	0	2
	Língua Inglesa	2	0	2
<b>Matemática e Suas Tecnologias</b>	Matemática	5	3	2
<b>Ciências da Natureza e Suas Tecnologias</b>	Biologia	2	2	0
	Física	2	2	0
	Química	2	2	0
<b>Ciências Humanas e Sociais Aplicadas</b>	Filosofia	2	2	0
	Geografia	2	2	0
	História	2	2	0
	Sociologia	2	2	0
	<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>20</b>	<b>10</b>

**Fonte:** Escola Estadual Armando Gomes de Araújo.

### **Uma escola sozinha**

Gabriel Barros, antes de se tornar professor, foi aluno do Armando Gomes. Docente de Português, iniciou sua carreira na instituição de coração, tornando-se vice-diretor em agosto de 2022.

Não estava nos planos ser vice do colégio. Antes de ser promovido, atuava como professor especialista em currículo (PEC) na Diretoria de Ensino da sua região, sendo responsável pela formação curricular para coordenadores pedagógicos das escolas.

Quando decidiu retornar para o Armando, sendo professor de categoria efetivo, no momento da atribuição de turmas, teria preferência para escolher as aulas que gostaria de lecionar, interferindo na grade dos professores que já estavam atuando na escola. Para evitar desestruturar o quadro de professores, acordou com a direção para que ocupasse a cadeira de vice-diretor, que estava com vaga aberta.

Na gestão, ficou encarregado de auxiliar os docentes e alunos na organização das novas disciplinas do NEM. Toda vez que uma solicitação da Diretoria de Ensino aparecia, era ele o responsável por construir os documentos solicitados (e sem o apoio de um grupo de pesquisa como o GEPUD).

Ter acompanhado a evolução da escola desde a época em que era aluno o permitiu desenvolver um olhar mais atento sobre as reais necessidades do colégio. A primeira urgência com a implementação do NEM foi manter os antigos professores da casa, mesmo com a chegada dos aprofundamentos curriculares.

Em 2021, durante a votação dos itinerários formativos que seriam lecionados no ano seguinte, nem todas as 5 primeiras opções mais votadas pelos alunos puderam ser consideradas, levando-se em conta a formação do corpo de funcionários. Algumas opções votadas eram compostas por apenas uma área do conhecimento e, caso a direção seguisse de acordo com o desejo dos alunos, isto implicaria na remoção de aulas de professores de outras matérias. Por isso, optou-se por dar preferência pelos itinerários mistos. O único itinerário pertencente a apenas uma área do conhecimento na grade curricular é o de Linguagens, "#SeLigaNaMídia", devido à forte presença de docentes desse campo.

Para os aprofundamentos curriculares, o aluno do Armando que está prestes a entrar no segundo ano ainda consegue indicar sua preferência de curso, mas nem todos conseguem ficar na primeira opção desejada. Em outros casos, estudantes pedem para a direção os troquem de itinerário para que possam ter aulas com colegas de sala — o mais importante é estar junto de algum amigo.

Gabriel explica que "muitos pais nos pedem para mudar seus filhos de sala, sem se darem conta de que também os estão trocando de itinerário formativo. O que me soa é que ninguém entendeu o que é itinerário. Aula de quê? Para o quê?"

E não são todos os componentes curriculares que possuem professores designados. Para aulas sem professores, o aluno permanece com um espaço vago na sua grade diária

"ficam andando pela escola". É quando Gabriel revela uma informação que espanta: os estudantes são ainda mais calmos nesses momentos de aula vaga. Quando estão com o professor, as chances de haver atritos são altas. Já existiram problemas do tipo no passado.

A falta de professores para algumas disciplinas ocorre porque, no momento de atribuição de aulas, é difícil encontrar profissionais cuja grade horária se encaixe com o ensino de, por exemplo, apenas duas aulas de um componente curricular. Não há docentes interessados o suficiente. Em outras situações, acontece a falta de um profissional com uma formação específica. Na escola, a direção encontrou dificuldades para ocupar a cadeira de Física, que segue sem atribuição.

Além disso, assim como no Antônio de Ré, o Armando também sofre com uma alta rotatividade de profissionais, própria do sistema de atribuição de aulas aos professores do Estado.

É um cenário construído para dar errado. Os itinerários exigiram a criação de uma quinta turma de terceiro ano e a direção encontrou problemas para conciliar o uso da sala de aula com as aulas do Novotec, que possui duas salas fixas na semana inteira, incluindo a sala de informática.

Os alunos da turma de itinerário não conseguem utilizar nenhuma dessas salas por causa da outra modalidade. O curso técnico, na opinião de Gabriel, atrapalhou o andamento das disciplinas. "A primeira coisa que eu estranhei foi a necessidade de vir um professor de fora dar essas aulas", o vice-diretor comenta, enfatizando que foi contra a adesão ao programa. Muitos estudantes, quando não influenciados por seus pais para aderirem ao ensino técnico, tinham a expectativa de que o seu oferecimento seria um fator positivo, mas o que era para melhorar suas vidas escolares aumentou o número de matérias sobre cultura digital em detrimento de disciplinas básicas.

"Começamos com uma turma de 40 e, hoje, temos menos de 20 alunos que comparecem às aulas do Novotec. A maioria foi desistindo com o tempo. E não foi só isso, nós perdemos uma sala muito importante para os demais alunos, a sala de informática, sem acesso porque está ocupada. Eu mesmo virei para a diretoria e falei: 'gente, vamos acabar com isso?'. É horrível, e os alunos reclamam muito, porque são 7, 8 horas com o mesmo professor", explica o vice-diretor.

A dificuldade de manter a atenção do aluno nesse período é evidente, e não apenas para as aulas do Novotec. Uma vez, Gabriel chegou na escola durante a manhã e acompanhou a conversa de dois professores:

— Dia daqueles!

— Aula difícil hoje?

— Aula? Eles olhavam para qualquer coisa, menos para mim.

"Isso é muito sintomático. Tudo bem acontecer uma ou outra vez, mas nós estamos entendendo que todo o Ensino Médio está ficando apático ao que está acontecendo dentro da sala de aula."

Como professor, Gabriel não chegou a ter aulas de itinerários atribuídas a ele. Durante a pandemia, a disciplina que lecionava era eletiva e, portanto, possuía liberdade de escolher o tema a ser trabalhado com os estudantes.

"Eu gostei muito de dar aulas de Eletivas, de ter essa liberdade e não precisar usar apostila com os alunos. Era muito aberto. Eu preenchi o documento solicitado pela Diretoria de Ensino com as informações sobre a minha aula tendo noção de que eles não leriam aquilo. Toda vez que preciso entregar um plano de aula, eu gosto de ser muito específico, destaco tudo o que eu vou trabalhar com os alunos, porque, se tiver reclamação, é um documento que consta nos arquivos da Diretoria."

O vice-diretor precisou montar um plano semestral para as suas aulas. O tema escolhido por ele e negociado com os estudantes foi "Protestos Juvenis", que não foi barrado pela gestão da escola. Na sua visão, ao mesmo tempo em que ensinava aos alunos, conseguia estudar mais sobre a temática — "Eu estava tendo espaço para estudar uma coisa, por mais que o currículo seja engessado e limite nossa forma de trabalhar". Com as eletivas, ele enxergou a possibilidade de atuar mais livremente.

Por outro lado, as vantagens experimentadas por Gabriel representaram desafios para outros educadores. Cada professor possui suas próprias ferramentas para elaborar aulas e criar avaliações. Sem uma orientação específica, nem todos conseguem planejar o conteúdo a partir do zero. Algumas disciplinas requerem mais a utilização de um material didático do que outras.

"Com a reformulação dos materiais, não é tudo que vamos utilizar em sala de aula. No Ensino Médio, não faz sentido nenhum ficar falando de *cyberbullying* todos os meses [referência aos materiais de Tecnologia], os próprios alunos acham chato."

Sobre os materiais de Projeto de Vida, o vice-diretor aponta que a maioria dos estudantes reclamam da forma como os conteúdos são abordados e evitam expor suas vidas pessoais aos professores. São perguntas provocadoras que exigem que o aluno discorra sobre o ambiente dentro de casa, o que gera desconforto. Constantemente, alunos vinham reclamar sobre o quão invasiva a disciplina era para a gestão escolar.

É uma constância observada desde o início da Reforma: professores sem um direcionamento dos materiais que dialogue com a realidade dos seus alunos, criando salas de aulas com estudantes desmotivados e que preferem não comparecer à escola. Quando os materiais buscam propor um modelo diferente de aula, este não é factível.

"Os materiais do NEM abordam muito essa questão de explorar o entorno da comunidade escolar, acessar outros ambientes. Mas é complexo você imaginar a forma como os alunos vão fazer essa exploração. Nós temos uma instituição cultural perto da escola, mas não é simplesmente virar a falar: 'vamos sair'. Não dá para fazer uma pesquisa neste espaço em apenas 45 minutos, que é a duração de cada aula", aponta Gabriel.

Com a aplicação das propostas nos papéis do NEM mais próxima de uma utopia, a apatia dos estudantes do Armando resulta em duas consequências: o silêncio dos alunos ou a indisciplina. A última, por sua vez, contribui para o aumento das ocorrências dadas aos alunos pelos professores, nunca antes documentada com tanta frequência. De acordo com o vice-diretor, a escola nunca esteve tão ruim.

### **"Eu comecei a chorar porque não sabia qual conteúdo daria na semana seguinte"**

Em uma aula de itinerário formativo para a turma de terceiro ano B do Armando Gomes, a professora Cilene Santana precisa passar um vídeo recomendado pelo MAPPA aos seus alunos. O professor possui fácil acesso ao conteúdo pelo seu material, que contém um QR Code redirecionando para o vídeo em questão.

Antes de apertar o *play*, os alunos lhe questionam sobre a duração do vídeo.

— 24 minutos — ela responde.

Os alunos se entreolham.

— Ah, não, professora! 24 minutos é muito longo! — um deles responde. No mesmo instante, a professora precisa procurar um vídeo mais curto e que prenda a atenção dos jovens.

Não é a primeira vez que tenta aplicar o MAPPA sem sucesso. O final do bimestre havia chegado e a docente já havia passado as cinco (e somente) atividades presentes no material em sala de aula. Para não ficar sem conteúdo, ela precisou repensar a forma como trabalharia as atividades com os alunos e decidiu retomar um tema sobre o qual eles já haviam estudado: ética.

Assim que começou a escrever os conceito de ética na lousa, os alunos reclamaram:

— Pô, professora! Vamos falar de novo sobre ética?

— Pessoal, eu preciso seguir o MAPPA. Ele está trazendo esse conteúdo e precisamos trabalhar com ele até o final do semestre — ela não poderia falar que as atividades previstas no MAPPA já haviam acabado antes mesmo do bimestre terminar.

É uma situação pela qual Cilene não imaginou que passaria. Formada em História, é professora no Armando há seis anos e, até 2022, era professora de ensino fundamental e da categoria PROATEC.

O Projeto de Apoio à Tecnologia e Inovação (PROATEC) foi implementado pelo Estado para apoiar os demais estudantes e professores com o acesso à tecnologia em ambiente escolar, desenvolvido após o contexto de pandemia que ocasionou no uso maior de aparelhos como computadores e tablets.

Fazendo parte do PROATEC, Cilene não dava aulas para os estudantes mais velhos. Era encarregada de auxiliar na preparação da escola para provas externas, tirar dúvidas de alunos sobre acessos aos sistemas e checar se os aparelhos eletrônicos estavam funcionando adequadamente. A seleção da categoria a permitiu ter um respiro em meio à rotina agitada e possibilitava uma menor preparação de aulas, uma vez que possuía turmas apenas no fundamental.

Porém, devido ao benefício de maior controle da sua grade horária, a posição de professor de apoio à Tecnologia é altamente requisitada. Um ponto de atenção que o edital

da categoria prevê é que, caso existam disciplinas com falta de professores especializados na escola, o profissional do PROATEC assumirá estas aulas como substituto.

Na atribuição de classes do ano seguinte, Cilene havia manifestado interesse em continuar fazendo parte do PROATEC e selecionado uma turma de História no sexto ano do fundamental. No momento de conferir o resultado das atribuições de aula, além de quatro aulas de História para o sexto ano, se deparou com nomes de matérias que nunca havia lecionado: eram itinerários formativos para as turmas de terceiro ano do ensino médio. Como não havia sido selecionada para a posição do PROATEC, como forma de completar sua carga horária mínima exigida, foi indicada para as aulas dos aprofundamentos "A Cultura do Solo" e "Cultura em Movimento", segundo sua pontuação.

Com essas atribuições, Cilene se tornou a única professora na escola com 10 aulas por semana para a mesma turma. Ela é a única professora do aprofundamento "A Cultura do Solo" para terceiro ano e dá aula dos três componentes que compõem a unidade curricular para terceiro ano: dois componentes com 4 aulas semanais cada e um com 2.

Ser a professora de um itinerário inteiro traz vantagens e desafios. O MAPPa, em suas orientações, prevê que os professores de diferentes componentes curriculares realizem trocas entre si para que possam abordar temas vistos nas outras aulas com os estudantes. A historiadora, sendo a mesma docente para todas as aulas, consegue ter um controle maior na forma como abordará os temas em sala de aula. Não é o que acontece para o itinerário de "Cultura em Movimento", no qual apresenta apenas duas aulas semanais de um componente curricular.

A partir da mudança na grade, a profissional viu sua rotina mudar drasticamente. Desde que seu planejamento de aula com base no MAPPa terminou (porque as orientações do material didático não cobrem a totalidade de aulas previstas no semestre), ela precisou se esforçar para tirar temas que possam ser trabalhados com os adolescentes e que estejam relacionados à aprendizagem proposta no aprofundamento. Ela fez um movimento semelhante aos de outros professores na mesma situação:

"Eu sou muito aberta com os meus alunos e falei que, se eles quisessem, podíamos ter aulas de aprofundamento em História. Eles me pediram para dar aulas de assuntos que caem muito no ENEM", ela diz. A partir disso, Cilene passou a reservar aulas dos itinerários para dar conteúdos sobre a sua formação original, enquanto outros tópicos do MAPPa,

que já foram trabalhados, guarda como recurso para caso fique sem assunto a ser abordado. É o caso da aula sobre ética.

Além de História, para ensino fundamental, a professora conta com aulas de Projeto de Vida que compõem o Inova Educação, disciplina que também exigiu a pesquisa de atividades para além das orientações do Estado.

Para ilustrar a necessidade de aprendizagem dos próprios professores, Cilene aborda o componente "Conhecimento global e fronteiras nas ciências" do itinerário "A Cultura do solo":

## COMPONENTE 1

# CONHECIMENTO GLOBAL E FRONTEIRAS NAS CIÊNCIAS

**DURAÇÃO:** 60 horas

**AULAS SEMANAIS:** 4 aulas semanais

**QUAIS PROFESSORES PODEM MINISTRAR ESTE COMPONENTE:** Filosofia ou Sociologia ou História

**Fonte:** Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação do Estado de São Paulo (EFAPE).

Preferencialmente, além de História, professores de Filosofia e Sociologia podem ministrar as aulas do componente. A historiadora nunca havia dado aulas das duas primeiras matérias e, por mais que estejam conectadas com sua formação original, não são assuntos sobre os quais possui domínio. Em sua opinião, os temas dessa área seriam melhor aproveitados se fossem lecionados por um professor das outras duas disciplinas.

"Eu costumo dizer que as minhas aulas são como um seminário, porque é algo que eu não possuo conhecimento total, mas que eu estou explicando para alguém ao mesmo tempo, no caso, os alunos. Eu mesma digo para eles 'hoje vamos ter seminário', porque daí eles sabem que é algo que eu não domino, mas que eu pesquisei e vou tentar ensiná-los."

Cada semana que se passa é um alívio para a docente, afinal, é mais uma semana com conteúdos concluídos — pensados e elaborados por ela. Mesmo assim, as tardes de domingo significam momentos de apreensão, com a preparação dos materiais da semana seguinte a partir de um material de apoio pedagógico escasso, como se estivesse tentando tirar leite de uma vaca magra. "Meu Deus, o que eu darei na semana que vem?" é a pergunta que se faz antes de começar a chorar. No último domingo, mais lágrimas haviam descido pelo seu rosto.

Como seu maior número de aulas é para um mesmo itinerário, a docente não separa mais os conteúdos por componente curricular durante a preparação de aula, buscando por palavras-chaves no material didático que a possibilite desenvolver atividades com os estudantes.

E nem sempre a aula desenvolvida no domingo trará resultados positivos na semana. Às vezes, a apatia dos alunos fala mais alto. Por mais que a professora tente ouvir os estudantes e entender quais são os assuntos sobre os quais eles querem aprender, as aulas com este propósito podem não fluir tão bem.

"Eu tenho uma sala que a gente chama de 'Terceiro D de Dorminhocos', porque eles só dormem e eu precisei começar a pegar no pé. Eu chego, brinco e bato na mesa para ver se eles despertam. Alguns me olham de cara feia, não gostam muito de mim não. Agora, no meu outro terceiro, eu tenho um problema com falta de aluno, eles faltam muito, mas ficam despertados."

Dar aulas para o Ensino Médio, no passado, era um processo mais tranquilo para Cilene. Por mais que sua metodologia de ensino não tenha mudado, antes da Reforma, ela trabalhou com diferentes turmas sendo professora eventual<sup>8</sup>. Adorava planejar aulas de História e ver o brilho no rosto dos estudantes quando algum conteúdo passado na sala de aula se tornava questão de provas do ENEM.

Desde 2018, a estrutura do NEM segue possuindo pontos de difícil compreensão para Cilene. Por mais que tenha participado das reuniões de reformulação do currículo com os professores do Armando, no momento da escolha dos itinerários formativos em 2021, ela ainda se sente perdida sobre o assunto.

---

<sup>8</sup> O professor eventual são professores que ganham por hora. A sua remuneração não é fixa, e ele só recebe de acordo com a quantidade de aulas que dá.

"Jogaram o MAPPA para mim e eu precisei me virar. Eu me sinto a 'Dora, Aventureira'", a professora brinca. "Precisava de uma orientação mais completa, algum tipo de curso, igual tivemos com o Inova, por menos completo que ele fosse. Uma outra colega minha veio contar que o MAPPA dela acabou antes também, por exemplo. Ela tinha 21 aulas no semestre e, quando foi contar as aulas presentes no planejamento do MAPPA, a soma dava 15."

Outras adaptações tiveram que ser feitas para atender a realidade dos seus estudantes.

"O MAPPA traz muita proposta de rodas de conversa entre os alunos. Os meus alunos não estão acostumados com isso. Não é uma realidade para a grande maioria das escolas do Estado. Se, desde o ensino fundamental I fossem trabalhadas aulas neste formato com mais afinco, eles já viriam preparados para terem aulas em roda de conversa no ensino médio, o que não acontece."

Para essas dinâmicas, a professora substitui as rodas de conversa pelo tradicional papel e caneta, que, em sua opinião, é uma alternativa para não manter os alunos dispersos e garantir sua atenção. Em outros momentos, ela opta pela realização de seminários que são totalmente construídos na sala de aula com o uso de notebooks, sem que o aluno precise levar trabalho para casa. O problema é que, eventualmente, grande parte dos estudantes acabavam se distraindo com o computador.

Na contramão de como os adolescentes se comportam na sala de aula, o NEM é pautado num modelo ideal de professores que não possuem atritos com os seus estudantes ou problemas para garantir que os alunos estejam aprendendo no curto tempo de duração da aula. O resultado é uma perda para ambos os lados.

Nathalie, uma das alunas de Cilene, vive bem isso.

### **"Minha rotina mudou totalmente e precisei me adaptar"**

O despertador toca às 06 horas da manhã. Nathalie, de 17 anos, acorda num sobressalto procurando seu celular. *Segunda-feira*, indica o mostrador do aparelho. Chegou a hora de começar tudo de novo.

Ela se arruma no banheiro, escova os dentes, penteia o cabelo e escolhe uma roupa para ir à escola. Antes de sair, se despede do seu pai, que também está se arrumando para trabalhar. A família é dona de uma loja de vidros automotivos em Suzano.

Nathalie não precisa do transporte público para chegar no colégio, leva 10 minutos andando até os portões do Armando Gomes.

São 7 horas. Ela atravessa a entrada e sobe os portões que levam ao pátio, o mesmo espaço que, alguns dias atrás, estava alagado devido a um problema de encanamento com a caixa d' água da escola.

No pátio, encontra alguns colegas de sala e outros amigos com quem já teve aula — antes de ter sido trocada de sala por causa das mudanças advindas com os itinerários formativos.

O sinal toca às 07h10, indicando o início da primeira aula. Ela enche sua garrafa de água, se despede das outras turmas e caminha para a sala do terceiro ano B, que fica no andar térreo da escola.

A estudante senta no final da segunda fileira no canto da parede, próxima dos seus colegas, Júlia, Marcos, Marcelo e Nicolas, de quem se aproximou a partir do segundo ano do ensino médio.

Ela se lembra de que nem sempre foram amigos. Precisou se adaptar com os novos rostos no início das aulas de aprofundamento curricular, e a saudade de conviver com seu outro colega, Matheus, ao longo do primeiro ano, é grande.

A sala não está tão cheia hoje, alguns estudantes faltaram no dia. É sempre assim de segunda-feira, dia de aulas de itinerário formativo.

O professor entra na sala. O primeiro período é de matemática, o que é uma tortura para Nathalie. Seu cérebro ainda está preso ao fim de semana e é difícil iniciar uma segunda-feira tendo que prestar atenção nos números.

— Meu Deus! São 07 horas da manhã e eu já tenho que pensar!

Ela se esforça para ficar acordada e prestar atenção na aula, mesmo que não faça o exercício mandado pelo professor naquele momento. Ela tentará fazer em casa mais tarde, apesar de saber que seu tempo livre é curto. Provavelmente esquecerá.

Finalmente, o sinal bate.

A segunda aula é de português, matéria com a qual possui mais afinidade e que consegue prestar mais atenção. O professor também ajuda.

Em seguida, educação física antes do intervalo. A garota gosta da aula, porque é um momento no qual consegue espairer. Quando retorna do intervalo, senta-se na carteira pronta para a primeira disciplina do pacote do NEM: Projeto de Vida.

A professora, que antes lecionava outra matéria, possui um método de aula já conhecido pelos alunos. Mais uma vez, a leitura de textos sobre temas de autoconhecimento. Ela pega o giz da lousa e começa a escrever o tema dessa semana, as perguntas necessárias para se fazer uma boa escolha profissional.

Nada daquilo é novidade para Nathalie. Ela passou os últimos três anos vendo o mesmo assunto. As aulas de Projeto de Vida não a empolgam, e parece que toda semana o conteúdo é o mesmo.

Ela já sabe que precisa terminar o Ensino Médio e fazer faculdade. A professora não é a primeira a lhe dizer isso.

— Mais uma aula chata — diz seu colega, Nicolas.

— Eu acho que a professora nem sabe quem eu sou, se eu pedir para ela falar meu nome agora — Nathalie diz. A docente não conversa muito com o restante da turma.

Nathalie começa a copiar o texto da lousa no caderno. São coisas que, em sua cabeça, são óbvias. Que insistência dessa professora! Hoje, pelo menos, não terão perguntas, apenas a redação do texto.

Ela pensava que as aulas de Projeto de Vida pudessem realmente contribuir para mudar a sua vida, mas todas as escolhas que fez até aqui foram baseadas em pesquisas pessoais. Em 2022, pelo menos, as aulas eram acompanhadas pelo material didático do Estado. Com a mudança de ano, pararam de o utilizar. Os restantes dos livros, de outras disciplinas, estão acumulando poeira em casa sem serem usados pelos professores.

A aula de Projeto de Vida parece a de matemática, sem hora para terminar. O que queria mesmo era poder estar aprendendo e se aprofundando sobre algum tema específico do vestibular. Decidida, a estudante deseja cursar Ciências Biológicas na faculdade e

aprender sobre aspectos da fauna brasileira e educação ambiental. Sente que é a escolha certa.

Caso entre na faculdade, Nathalie será a primeira de sua família a conquistar um diploma de ensino superior. Seus pais chegaram a fazer cursos na juventude, mas nunca pisaram em uma faculdade.

Foi no curso técnico de enfermagem onde seu pai e a mãe se conheceram. Quando estavam prestes a finalizar o curso, seu avô, pai de sua mãe, faleceu, fazendo com que o casal abandonasse a carreira de enfermagem e seguisse com o negócio familiar que era, até então, de seu avô: vidros automotivos.

Nathalie foi criada em Itaquaquecetuba, na região metropolitana de São Paulo, a 61 quilômetros da capital. Mesmo assim, a jovem estuda no Armando Gomes desde o sexto ano. Foi a partir do segundo ano do ensino médio que sua vida virou de cabeça para baixo.

Ela, a mãe, o pai, o irmão mais novo e o cachorro se mudaram às presas para a região do Itaim Paulista para morar na casa pertencente à sua avó e cuidar do restante da família. A mudança exigiu que a mãe abdicasse do trabalho e passasse mais tempo dentro de casa. Com isto, a única fonte de renda da família se tornou o trabalho feito pelo seu pai na loja de vidros automotivos.

Nathalie logo sentiu a pressão de começar a buscar um emprego para completar a renda familiar. Ela via sua mãe ansiosa com as contas para pagar.

No início de março de 2023, começou a procurar emprego e, em maio, foi selecionada para atuar como recepcionista estagiária em uma clínica odontológica, sua primeira experiência profissional. Agora, ela transita entre manhãs na escola e tardes no serviço.

De novo, o sinal.

Chega a hora do dia que é o terror para os demais alunos: as aulas de itinerário formativo. Nathalie está matriculada no itinerário "A cultura do solo: do campo à cidade", ministrado integralmente pela professora Cilene.

Esta não era sua primeira opção de itinerário, ainda que seja um misto de Ciências da Natureza e Ciências Humanas, áreas sobre as quais gosta de aprender. Sua principal escolha, no final do primeiro ano, havia sido o oferecimento do itinerário de Ciências Biológicas, como sempre quis aprender mais sobre animais e corpo humano.

A escola exigiu que ela se despedisse de seu amigo, Matheus, para entrar na nova turma do segundo ano.

No início, ela não se importou tanto de estar em uma sala que não era sua primeira opção, mas quando começou a estranhar os conteúdos e atividades passados em sala de aula, viu que alguma coisa estava errada. Perguntando ao seu ciclo de amigos, descobriu que não estava sozinha — todos haviam escolhido outras opções. Até hoje, assistindo às aulas, não entende os nomes dos componentes curriculares que fazem parte do seu itinerário.

Mas sua decepção não terminou por aí. Nathalie se sentiu ainda mais triste quando viu outras turmas tendo aulas das matérias que ela gostaria de estar tendo.

Um dia, descobriu que uma professora havia levado para a sala de aula o coração de um boi para que os alunos o estudassem. Outra sala havia simulado uma cena de investigação criminal para que os estudantes aprendessem sobre a análise do corpo humano. No caso das aulas dos seus componentes, por mais que aprendesse sobre um tema, sente que não agregam para a sua sua formação no futuro, e a grama do vizinho é sempre mais verde.

A professora Cilene é o seu principal ponto de apoio. A aula se torna mais leve com ela, interativa. Enquanto a professora explica o conteúdo, ela e seus colegas prestam atenção, aprendendo (ao mesmo tempo que a docente) sobre os temas chamados de "seminários".

É 12h35, fim do dia escolar. Nathalie tem uma hora para comer alguma coisa antes de entrar no trabalho, às 13h30. Nesse período, como fica atrás de uma mesa atendendo clientes, sabe que não irá conseguir se dedicar aos estudos preparatórios do vestibular, necessários para suportar o déficit dos itinerários.

No trabalho, ela começa a se sentir mais cansada e percebe que o dia na sala de aula já consumiu boa parte da sua energia. Sabe que precisa se organizar para adaptar a nova rotina de trabalho com os estudos. É o que escuta nas aulas de Projeto de Vida — que precisa continuar no Ensino Médio e cursar uma faculdade para atingir todos os seus sonhos.

Ela deixa o serviço às 19h30 da noite. Seu pai a busca para que não tenha que ir a pé até casa.

A estudante janta com a família e, cansada, está na cama às 22 horas, pronta para repetir o mesmo ciclo no dia seguinte, mas com a sensação de que há alguma coisa faltando.

O Novo Ensino Médio se tornou uma ilusão para Nathalie. Ela se recorda de uma conversa que teve com uma amiga estudante de um colégio particular. As duas haviam se conhecido por meio de um curso de inglês que haviam participado.

— A minha rotina anda tão puxada... — diz a colega.

— A minha também — Nathalie responde.

— Eu precisei ficar estudando até tarde ontem para a matéria da prova da semana.

Matéria da prova da semana?

— A gente vai ter um simulado com redação nesse final de semana também — ela continua. — Queria ter mais tempo para descansar.

Simulado com redação?

Parece outro mundo. Ver a discrepância nos formatos de aprendizagem é desmotivador.

Nathalie também gostaria de estudar matérias tradicionais, focadas em provas das principais faculdades públicas. Gostaria de desenvolver suas habilidades em redação para melhorar a sua nota do ENEM do ano anterior. Gostaria de ter mais tempo para focar nos estudos fora do período da sala de aula.

Não faz parte da sua rotina, salvo os momentos pontuais em que consegue ter um vislumbre desses conteúdos, por meio de aulas como as da professora Cilene.

Se o NEM fornecesse o suporte necessário para reforçar a aprendizagem dos alunos, não precisaria se culpar por não ter tempo suficiente para estudar fora do horário de aula. Conversar com a sua colega, além de a ter deixado mais incerta sobre seu futuro, a fez ter mais certeza do quão desigual o campo educacional é.

O Armando Gomes representa um microuniverso dentre milhares de universos que estão na mesma situação. Não há grupo de apoio e nem materiais que indiquem um currículo alternativo aos professores. No Novo Ensino Médio, igual ao aprendido por Nathalie, é cada um por si.

## 6. Quando a Rua Vira a Sala de Aula

Abril de 2023. Um dia ensolarado.

O vão do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, na Avenida Paulista, ainda está vazio às 08 horas. É o horário marcado para o encontro das entidades estudantis em protesto ao NEM. Pela segunda vez no ano, manifestantes se reúnem pelo país para mostrar seu descontentamento e exigir melhorias na educação pública.

O plano é que partam do coração financeiro da cidade, desçam a Rua Augusta e caminhem em direção à Praça da República, no centro, onde está localizada a sede da Secretaria Estadual de Educação.

Um grupo pequeno está reunido próximo à entrada do museu. Eu decido sentar e esperar. Talvez estejam presentes menos pessoas do que na manifestação do mês anterior, que mobilizou 51 cidades brasileiras ao todo, mas ainda é cedo para confirmar.

Passam-se alguns minutos, e a quantidade de pessoas segue tímida. A presença do policiamento é o único sinal de que alguma movimentação deve acontecer em poucos minutos.

Jovens conversam entre si em pequenas rodas. O ar, carregado de energia. Alguns começam a retirar bandeiras de suas mochilas e a trocar cartazes entre si. Mesmo afastado, consigo ler o que está escrito em alguns: "Suspensão Não É Revogação", "Às quartas, revogamos o Novo Ensino Médio" e "Revoga NEM". Uma bandeira grande da União Municipal dos Estudantes (UMES) é colocada a postos, e quem ainda não havia terminado de pintar seu cartaz o termina ali mesmo, no chão do vão.

Uma roda está próxima de mim e é o primeiro grupo que decido abordar. Assim como eu, aguardam ansiosamente o início da manifestação. Falo meu nome e explico o meu trabalho. João Henrique, de 16 anos, começa a elencar os motivos que o fizeram participar do momento. A lista é grande e ele quase fica sem fôlego ao falar:

— A situação na minha escola está péssima. Quando não faltam professores, são aulas de itinerário muito chatas. Não tenho aula de artes e nem de sociologia. Não escolhi estar

no itinerário de exatas, mas mesmo assim fui colocado lá. Dizem que faltam vagas no de humanas, mas é mentira, têm muitas salas sobrando. Os professores não são capacitados para darem aula dessas matérias, eles não têm formação para isso. Não aprendo direito. Enfim, muita coisa ruim.

Sua escola oferece apenas duas opções de aprofundamentos curriculares. Foi uma frustração ser encaminhado justo para aquele que não queria.

— Todos os meus colegas de classe estão revoltados. Mudou muita coisa em pouco tempo, e para pior — ele diz. — As aulas de Projeto de Vida são uma porcaria. Ou é aula vaga, ou é professor falando que precisamos entrar na USP, e só isso.

A expectativa com as reivindicações é grande.

Dois amigos de João acenam a cabeça, concordando com o colega. Noto que são bem mais velhos. Já se formaram no ensino médio e não vivenciaram a nova legislação, mas decidiram acompanhar o colega como forma de apoio. Toda ajuda é bem-vinda.

— A gente tem acompanhado o que vem acontecendo e é basicamente um ataque à educação. Acho importante mobilizar a galera para que os governantes saibam que não aceitaremos qualquer proposta meia boca — um deles diz.

João, para ilustrar sua frustração, pega o celular e mostra uma conversa com um amigo seu. As mensagens foram trocadas às 10 horas da manhã, em pleno horário de aula. “Não aguento mais”, ele diz em uma delas.

A ideia de um Ensino Médio com uma ênfase excessiva em habilidades técnicas e uma redução drástica das disciplinas humanísticas o perturba. A sensação de indignação foi o principal fator que o trouxe à Avenida Paulista.

— Não só hoje, mas daqui pra frente, eu espero que nós, estudantes, sejamos ouvidos — ele fala. Seus amigos concordam mais uma vez.

Assim que termino de conversar com o trio, ouço uma movimentação no outro lado da avenida. Todas as rodas minúsculas se voltam na mesma direção. Um grupo maior de estudantes, com cartazes, bandeiras e megafones, está deixando a estação de metrô e atravessando a rua. Ecoam em voz alta: “Um, dois, três, quatro, cinco, mil, revoga a Reforma ou paramos o Brasil!”.

A manifestação que, até então, estava vazia, preenche todo o vão com o encontro dos grupos. Não há quem não deixe de olhar.

Não apenas estudantes, mas professores, pessoas do movimento estudantil e membros de organizações não governamentais estão presentes. Um dos estudantes que se aproximam com a nova leva é Pedro, de 16 anos. Assim como os demais, está ali para expressar sua preocupação com o comprometimento de seu futuro. O encontro representa a esperança de que ainda é possível reverter a legislação.

— Eu faço o ensino médio integrado ao técnico. No Novotec, reduziram as matérias da base comum e colocaram mais aulas da parte técnica — ele conta.

— Como está sendo essa experiência? — pergunto em meio ao coro coletivo em protesto.

— Horrível! — responde. — Estou vendo muito pouco dos conteúdos das matérias obrigatórias. Quando tenho alguma disciplina obrigatória, sempre aparece algum problema. Desde o começo do ano, estou sem professor de física. Ele foi afastado por causa de uma doença e ainda não o substituíram.

— E como está sua motivação para ir para a escola com essa situação?

— Eu estou totalmente desmotivado. Nós vamos para a escola para estudar e não tem professor. Precisamos ficar acelerando o conteúdo, porque precisam nos ensinar matéria de três anos em dois. Muitas vezes, os professores falam "estuda em casa, porque aqui não dá", e é bem difícil fazer isso sozinho.

Para Pedro, o NEM prejudicou ainda mais a educação. Por outro lado, seus colegas não estão prestando muita atenção a esse efeito negativo. Ele gostaria que mais pessoas estivessem engajadas com o movimento estudantil. Hoje, foi a única pessoa da sua sala a comparecer na manifestação.

— Nós ouvimos relatos de pessoas falando que o Novo Ensino Médio não as afeta e, por isso, não quiseram vir hoje. A gente tentou conscientizar os outros alunos, mas o pessoal de lá não está tão engajado — lamenta.

Alexandre, de 17 anos, estuda na mesma escola de Pedro e concorda com a opinião do amigo:

— Nem os professores parecem saber o que estão passando de matéria, e eu sei que não é culpa deles — diz. — Eles ficam passando conteúdos aleatórios para encher linguiça e poderem justificar que estão dando aula. Está tudo bagunçado, basicamente.

Assim como Pedro, Alexandre também nota a falta de engajamento por parte dos demais estudantes de sua turma:

— A maioria dos alunos estão ali para ganhar nota e, quando o professor começa a falar, automaticamente param de prestar atenção, porque não é um conteúdo interessante o suficiente para eles.

Contrário a todos os efeitos que o NEM buscava causar — um currículo que fizesse mais sentido à realidade dos estudantes —, os alunos seguem sem rumo, com disciplinas que os fazem ignorar o professor em plena sala de aula. Se o assunto não os interessa, eles não assistirão à aula.

A fala dos estudantes sobre a baixa presença do restante dos colegas evoca uma reflexão: quem sempre esteve na linha de frente das lutas sociais, em busca de melhorias para problemas que afetam um grupo inteiro, se não parcela deste mesmo grupo?

Enquanto converso com os estudantes, repórteres se aproximam e carros passam devagar no semáforo, com rostos curiosos que se indagam sobre o que está acontecendo dessa vez.

Uma menina que também estava sozinha chama a minha atenção. Marcela, de 17 anos, decidiu comparecer à manifestação após ver o chamamento nas redes sociais da União Nacional dos Estudantes (UNE).

— Eu estou aqui para lutar pelos nossos direitos enquanto estudantes. Esse Novo Ensino Médio está atrapalhando as nossas vidas — ela fala. — Eu não estou aprendendo nada na escola!

— Você tem esperança de que o Novo Ensino Médio seja revogado? — a questiono.

— Eu tenho muito, porque dá para ver que estamos sofrendo e, futuramente, isso vai prejudicar muita gente, porque o ENEM nunca seguiu os novos itinerários, pelos menos não até agora — completa a estudante.

No início do governo de Luis Inácio Lula da Silva (PT), o MEC anunciou que faria mudanças no exame nacional, a serem aplicadas a partir de 2024, com provas diferentes para cada aluno e adaptadas de acordo com o seu itinerário escolhido.

Desde o anúncio da Reforma, o debate não se encerrou, e o novo governo — na época de escrita deste livro-reportagem — anunciou a paralisação da implementação do NEM até a conclusão de uma consulta pública com alunos, professores e gestores escolares. Uma pesquisa virtual (qualitativa e quantitativa), muito similar aos modelos anteriores, foi disponibilizada no site do Ministério, e o relatório com o seu resultado será entregue ao órgão no início do segundo semestre de 2023.

Outro manifestante com quem conversei também aponta sua preocupação em relação aos principais vestibulares do país. Matheus está no último ano do ensino médio e suas experiências nos dois anos anteriores o fizeram ter certeza de que a melhor alternativa é a revogação total do NEM.

— Eu queria ter matérias para conseguir passar no ENEM, mas estou tendo aulas de itinerários formativos que são *desinformativos* — o aluno diz. Matheus mudou de escola entre o segundo e o terceiro ano, havia escolhido um itinerário específico no primeiro e, no momento da mudança, foi selecionado para uma turma de aprofundamento totalmente diferente do que havia selecionado na outra instituição. — Em nenhum momento eu consegui escolher de verdade o que eu queria estudar, simplesmente me colocaram onde tinha lugar.

Matheus reconhece o esforço dos professores com o novo processo e, mesmo assim, a maioria de suas aulas fazem parecer que toda a direção escolar está perdida:

— Eu quero ser advogado e queria que a minha escola me ajudasse com o meu sonho, que me preparasse para o vestibular. Ao invés disso, estou vendo coisas que não fazem sentido para mim.

Em entrevista ao jornal Estadão de maio de 2023, o diretor de políticas e diretrizes da educação integral básica do MEC, Alexsandro Santos, disse que o exame nacional da última etapa passará por mudanças profundas somente se forem necessárias, a partir do relatório colhido pela pesquisa pública. "Esse é o Enem justo, que foca no currículo comum para todo mundo".

A maioria dos estudantes está preocupada e não quer esperar para ver.

— Eu estou aqui hoje, porque quero ter um futuro — diz Leonardo, aluno do segundo ano da rede estadual. — Eu queria que o mundo visse quem eu sou, escutasse a minha voz, mas não estou tendo essa oportunidade para me desenvolver e crescer. Eu quero que os meus irmãos e as próximas gerações tenham um ensino melhor, não estou fazendo isso por mim. Não sei se eu vou vivenciar um outro ensino médio, mas queria pelo menos tentar. Queria ajudar com a mudança para que as pessoas deixem de ser mão de obra barata, assim como eu sou.

Leonardo, após a escola, trabalha como atendente de caixa em uma rede de supermercados. É um emprego importante para completar a renda da família, mas que retira todo o tempo em que poderia estar se dedicando aos estudos.

No Novo Ensino Médio, ele enxerga o nascimento de uma geração fadada à pobreza, com pobres ficando cada vez mais pobres e ricos ficando cada vez mais ricos. Sua fala é marcada por quem já vivenciou os desafios de um sistema de educação desigual. Ele continua:

— Do jeito que está a educação, não vejo futuro ou perspectiva de vida para mim. Se as pessoas, assim como eu, continuarem nesta situação, vejo que as coisas não vão melhorar.

Refaça a pergunta sobre o engajamento dos colegas de sala de aula com o debate sobre o Novo Ensino Médio.

— Alguns estão engajados e, outros, não. Sinto que uma parte da minha turma não tem consciência de classe, eles não vêem os mesmos problemas que eu e meus amigos enxergamos na nossa escola, que é muito precária. Eu já me questionei se sou eu quem está vendo problema demais numa situação que, aparentemente, não tem nada de errado para eles. Mas vou continuar defendendo a minha causa — sua voz é firme enquanto fala.

"Revoga a Reforma, revoga a Reforma!", começam a gritar.

Noto um grupo de adultos que estão com cartazes e placas com textos em caixa alta: "MENOS NEM E MAIS EDUCAÇÃO DE VERDADE". É um grupo de professores apoiadores da revogação. Converso com Letícia, que logo se apresenta e conta o motivo que a fez estar presente ali.

— Eu sou professora e estou sentindo os impactos dessa reforma desde o ano passado. Meus alunos estão sendo extremamente prejudicados, além do trabalho do professor ter

sido praticamente dobrado — a professora diz. — Foi uma reforma mal feita, sem formação de professores e sem material de apoio, que não permite a liberdade de escolha, diferentemente do que disseram. É uma falácia e está tirando a esperança dos alunos de ingressar numa faculdade pública.

Letícia é formada em História e está dando aulas de itinerários formativos desde 2022, sendo responsável por sete componentes curriculares em sua escola.

— Muitos professores com quem conversei me contaram que o material de apoio que receberam é péssimo em relação às orientações de aula dos itinerários. Você percebeu isso também?

— Total! E eu nem cheguei a receber os materiais físicos, apenas digitalmente. Acho que os conteúdos e referências nesses matérias até são de qualidade, mas inclui muitas atividades que só quem não está no chão da sala de aula no dia a dia imagina que seja possível executar. São atividades que não são aplicáveis, principalmente no período noturno, que é para quem eu dou aula. Ele conta que os alunos já têm domínio de conteúdos que não têm. Por exemplo, no primeiro bimestre, ele quer que o aluno fale de movimento estudantil na Ditadura Militar, sendo que ele ainda não viu esse conteúdo, e nem vai ver, porque ele já não tem mais História no terceiro ano.

São incoerências que, em sua opinião, dão motivos suficientes para revogar a legislação e iniciar um novo debate para a reformulação do ensino médio.

— Eu já dei aula de Projeto de Vida e também foi muito ruim. O material do Estado é ruim e as aulas para as turmas noturnas são 100% virtuais e gravadas. O noturno não tem Projeto de Vida presencial desde 2022 — Letícia explica.

— Quais são as dificuldades de montar uma aula que não é parte da sua formação acadêmica? — eu a questiono.

— É muito difícil, porque os professores não têm preparação e precisam ficar mais tempo estudando o que vão ensinar. Muitos professores sequer tiveram a oportunidade de pensar sobre seus próprios projetos de vida. Eles não têm projeto de carreira e, com toda essa sobrecarga, falar para outra pessoa sobre seu projeto de vida, sendo que você mesmo nem teve tempo de pensar no seu próprio, é bastante complicado. Sem contar nos materiais que trazem a ideia de um "self-made man", ou seja, tudo é você, você é o responsável por

tudo, para o bem ou para o mal, e a perspectiva que eu gosto de adotar não é exatamente essa.

Antes, a professora preparava duas aulas por semana e, agora, oito. Ela não consegue seguir à risca os materiais de apoio do Estado, corre o risco de ficar sem conteúdo para os seus alunos. Por isso, sempre traz lições de fora e passa mais tempo preparando recursos de ensino aos finais de semana, sem receber por isso.

— Nós, professores, precisamos nos organizar melhor e lutar para que essa reforma não avance mais. Eu e meus colegas estamos aqui por isso hoje.

Além de alunos e professores, as organizações estudantis são outro grupo importante desse cenário. Um menino vem em minha direção e entrega um panfleto em nome da Frente Independente de Luta de Carapicuíba Contra o Novo Ensino Médio, da região metropolitana. Ele me diz que é conhecido como Alemão e é membro da organização desde 2022.

— Nós achamos que é importante termos iniciativas em conjunto com todos os estudantes, como a realização de plenárias, além dos grêmios estudantis — Alemão me conta. — Estamos fazendo uma força para unificar os estudante sob esse debate, já temos 4 escolas que estão nos apoiando e participando dos nossos debates.

Uma das ações feitas pela organização para mobilizar seus estudantes é conectar as reivindicações escolares com a precarização advinda do NEM. Para Alemão, muitos estudantes estão preocupados em resolver problemas do cotidiano, mas ainda "precisam entender melhor a relação desses problemas com o projeto de sucateamento do ensino médio que está em andamento".

Escolas com problemas de infraestrutura, sem água, energia elétrica, segurança e com falta de professores foram convocadas para estarem presentes na manifestação. Além da luta pela revogação, lutam pela melhoria da qualidade desses espaços.

— Não são todos os movimentos que estão defendendo uma greve de ocupação, igual 2016, mas o meu grupo acredita que a radicalização é o único caminho para que sejamos ouvidos — Alemão defende.

As ocupações de 2016 possibilitaram que os estudantes tivessem mais força e visibilidade.

— Hoje em dia, as manifestações são importantes, mas são boicotadas pelas mídias. Se ocuparmos esses espaços, a mídia não terá como ignorar a gente — o membro da organização estudantil analisa. — Por meio dessa mobilização, conseguiremos conquistar as mudanças necessárias. A gente precisa da confiança de todos os estudantes para isso.

Ele está confiante de que as manifestações trarão resultados positivos. Entrega um panfleto para mim, pede licença e sai em direção ao restante dos seus amigos.

O grupo começa a se mover pela avenida e chega à Rua Augusta. É quando me esbarro com Gabriel e Wellington, membros de uma ONG de direitos humanos e de políticas públicas para a juventude. Ambos estão entregando cartazes com tirinhas que contam histórias de estudantes descontentes com o Novo Ensino Médio. Minhas mãos começam a ficar cheias.

— Chamamos a atenção para a nossa luta de forma lúdica, produzindo materiais que sejam de fácil compreensão — Wellington me explica enquanto mostra os desenhos nas tirinhas.

Em um dos desenhos entregues pela dupla, há a história de um grupo de alunos que discutem entre si a nova legislação. "Tô confusa demais com este monte de coisa nova que a gente tá tendo na escola", diz uma personagem; "Vocês estão tendo aula, pelo menos. A gente, do 2º B, precisa ficar vendo vídeos do Centro de Mídia de SP<sup>9</sup>, porque estamos sem professor", responde a outra.

— Nosso apoio aos movimentos estudantis e professores é muito forte. Entendemos que essa reforma irá prejudicar o futuro dos alunos que desejam uma boa educação e que os leve ao ensino superior e à empregabilidade. Como terão acesso a essas coisas, se o Novo Ensino Médio ampliou ainda mais as desigualdades sociais? — Gabriel diz, inconformado.

— A Reforma se transformou em uma violação de direitos dos jovens, de acesso à educação mesmo. É uma coisa absurda o jovem de hoje, que está fazendo o ensino médio, ter suas chances de acessar um ensino superior aniquiladas — Wellington completa. — Veja só: é uma reforma que foi construída por decreto, sem nenhuma participação democrática e

---

<sup>9</sup> O Centro de Mídias SP é uma iniciativa da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo voltada para a divulgação de conteúdos didáticos em formato digital, como aulas virtuais. Foi desenvolvido durante o contexto de pandemia para auxiliar alunos a continuarem acessando os conteúdos que estavam sendo repassados presencialmente até então. Mesmo após o retorno presencial dos alunos, o Centro de Mídias continuou a ser utilizado em casos como o narrado pela tirinha dos manifestantes.

com a rejeição de quem vive no chão da sala de aula de verdade. Entende? É uma lei de gabinete, somente, que teve a sorte de contar com a participação de organizações empresariais.

Dou uma olhada ao redor e avalio a quantidade de pessoas presentes.

— Vocês sentem que o debate está sendo ampliado na sociedade?

— Alguns segmentos da sociedade estão mais atentos à Reforma do que outros, principalmente a comunidade escolar da rede pública, porém, precisamos ampliar esse debate ainda mais, para que possamos pensar em outras propostas em conjunto com alunos, professores, coordenadores e diretores — Gabriel responde.

Depois de me contarem mais sobre o trabalho que realizam na ONG, agradeço, e a dupla segue adiante para entregar os demais cartazes e manifestos.

Novas pessoas se juntam ao grupo conforme a manifestação se aproxima da Secretaria de Educação. Alguém poderia dizer ser impossível ignorar a presença de dezenas de estudantes, tamanha a agitação. Quando parte deles chegam ao órgão, os gritos em conjunto aumentam de intensidade, mas é como se não estivessem lá. Os representantes da Secretaria não reagem, e um sentimento de indiferença paira no ar.

"Um, dois, três, quatro, cinco, mil, revoga a Reforma ou paramos o Brasil!"

A passeata perde sua força no horário do almoço. Dispersa e o silêncio volta à rua. O recado foi dado.

Seis anos se passaram desde a aprovação da Lei nº 13.415/2017. Sete anos de reivindicações contra o NEM. Quase 40 anos desde o início da redemocratização brasileira e início da universalização da última etapa da educação básica.

Durante esses anos, pessoas de diferentes realidades socioeconômicas passaram a ser inseridas na educação, e a diversidade de alunos trouxe desafios para o poder público. Apesar do grande número de estudantes matriculados na fase final, a administração do seu financiamento foi incapaz de solucionar o problema da desigualdade educacional.

No mesmo período, a comunidade escolar manteve sua determinação e empenho na luta por melhores condições de ensino, seja por meio de ocupações, manifestações e, ainda

que com problemas, preenchendo formulários virtuais disponibilizados pelo Governo. Vale de tudo para (tentar) ser ouvido.

A manifestação de hoje reflete a resiliência e a busca constante por uma educação de qualidade.

Os 7,7 milhões<sup>10</sup> de brasileiros que frequentam o ensino médio ainda não sabem quais serão os próximos capítulos desta história. A quantidade de reclamações deixa claro que o desejo da maioria dos alunos e professores é a revogação total da legislação.

A posição do atual Governo é de cautela. Em abril de 2023, o presidente Lula anunciou que não pretendia revogar o NEM, e que a paralisação da sua implementação foi feita com o intuito de melhorar a proposta original.

De um lado, há quem prefira manter do jeito que está, do outro, revogar por inteiro e, no meio deles, os apoiadores com "ressalvas", aqueles que defendem ser possível manter a legislação com apenas ajustes a serem discutidos.

Enquanto o veredito não chega, uma coisa é certa: assim como em 2016, os estudantes continuarão transformando a rua em sala de aula até que obtenham seus direitos resguardados, conforme a Constituição de 1988. Ao lado dos professores, suas reivindicações dão espaço para imaginarmos aquilo que precisa ser melhorado, ajustado ou eliminado da estrutura do ensino médio.

## **2016, 2017... 2019... 2023...: reticências eternas na educação**

"A análise desse cenário impulsionou o Ministério da Educação a promover, no início da gestão 2023-2026, uma análise dos principais elementos desafiadores do Novo Ensino Médio e da oportunidade de propor uma reestruturação profunda de sua configuração. Conscientes de que esse processo precisa ser democrático, aberto e incluir estudantes, profissionais da educação, equipes técnicas das secretarias de educação, secretários/as de estado da educação,

---

<sup>10</sup> Fonte: Censo Escolar de 2021 (Ministério da Educação).

pesquisadores e toda a sociedade, submetemos à consulta pública este conjunto de proposições."

**Fonte:** Consulta Pública de Avaliação e Reestruturação da Política Nacional de Ensino Médio do Ministério da Educação (MEC).

Uma Reforma implementada sem consulta ampla da comunidade escolar não poderia dar certo. O diálogo é um instrumento fundamental neste processo, tanto para a construção de uma nova proposta quanto para a educação em sala de aula. As histórias deste livro-reportagem são o resultado de demandas que já haviam sido levantadas antes mesmo da aprovação da Lei nº 13.415/2017.

O medo da falta de professores, preparação dos docentes, exclusão de disciplinas, desigualdade entre escolas mais ricas e mais pobres... Fatores que já haviam sido indicados como possíveis consequências do Novo Ensino Médio. Mesmo contrário aos seus principais críticos, o apoio de grandes instituições privadas e setores-chaves da educação pública possibilitou que a nova legislação fosse aprovada em meio a protestos e ocupações escolares.

De lá para cá, a luta contra o NEM já mobilizou milhares de estudantes, professores, pesquisadores e apoiadores de uma proposta de ensino mais justa, com abordagem menos empresarial e valorizadora do professorado.

Os relatos das páginas anteriores estão longe de terminar, mas são um retrato de um momento no qual o campo educacional esteve pulverizado com opiniões de diferentes lados. É a lembrança de como a decisão de poucos impacta a vida de muitos.

Qual a melhor educação para uma etapa crucial do desenvolvimento dos jovens brasileiros? É a pergunta de um milhão de dólares.

Parece que nunca atingiremos um meio termo, um consenso entre os grupos movidos a interesses particulares. As histórias de alunos e professores indicam o caminho já conhecido pela maioria das pessoas — a famosa educação pública de qualidade —, mas que, no momento da sua implementação, esbarra em barreiras de financiamento, logística e fatores socioeconômicos intrínsecos à população brasileira e que existiam desde muito antes da Reforma.

Não é um campo isolado. Quando Jorge, coordenador pedagógico do Colégio Guilherme de Almeida, diz que um professor de escola privada nunca vai se preocupar se o seu aluno está nutrido ou não, aponta para outro problema que precisa ser resolvido comitadamente à implementação de uma nova etapa final de ensino na educação.

Ou quando Eric, professor de História da Escola Estadual Antônio de Ré, diz que os alunos enxergam nos professores pessoas que também estão atoladas de problemas e sem a devida compensação, sinaliza que os implementadores da Reforma nunca tiveram o devido apoio do Estado.

O caso de Vitória, aluna do Santa Cruz, que passou pelo choque de migrar de uma instituição pública para uma das escolas privadas mais caras de São Paulo, é uma raridade em meio a vivências de alunos como Nathalie, da Escola Estadual Armando Gomes. São disparidades que sempre existirão e que o poder público, em sua responsabilidade de garantir o acesso igualitário à educação, tem a missão de contornar.

Quando não é suficiente, o poder público é substituído pela iniciativa privada. Munida de recursos para realizar ações a longo prazo, sua influência em uma das maiores reestruturações da educação básica prejudicou o desenvolvimento de uma geração inteira de estudantes, conforme apontado nas últimas entrevistas.

Sem falar nos municípios menores espalhados pelo país, com muito menos recursos disponíveis. São outros ambientes, com restrições maiores para a implementação dos itinerários formativos. Segundo uma reportagem de abril de 2023 da Marco Zero Conteúdo, portal de jornalismo independente, escolas públicas do interior do Pernambuco relataram os mesmos problemas vistos até aqui, porém, em escala maior: limitação de oferta de disciplinas eletivas, falta de salas de aula, equipamentos, professores e dificuldade de acesso à formação adequada. Quando materiais de formação chegam gratuitamente para esses profissionais, fornecem uma orientação incompleta.

As expectativas não atingidas pelo NEM são uma decepção até mesmo para quem ajudou na sua construção. A história de Ademir Almagro, secretário de educação de Novo Horizonte, São Paulo, é a história dos profissionais que reconheciam a urgência de uma mudança no ensino médio, mas que, levados pela influência das fundações da educação, acabaram participando de um tiroteio no escuro.

Fontes contatadas para a escrita deste livro-reportagem, mas que se negaram a participar, assumiram um posicionamento de “mas não foi bem assim que aconteceu”, respondendo que as grandes fundações tiveram mínima participação na versão final do Novo Ensino Médio. Quando os problemas começam a surgir, os discursos mudam.

Enquanto a consulta pública encomendada pelo MEC não termina e o futuro da Reforma segue sem definição, as escolas precisarão se adaptar da maneira como puderem.

A única certeza é que o tempo passará, as reclamações continuarão e o eco das reivindicações pelo país não deixarão de pressionar secretarias de educação, governadores e membros da Pasta da Educação. Alguns desses momentos, agora, capturados.

“Um, dois, três, quatro, cinco, mil, revoga a Reforma ou paramos o Brasil!”

# Referências Bibliográficas

ALVES, Milena. **Usos e abusos sobre — e com — a escola:** o ensino de História na Base Comum Curricular e no novo currículo paulista. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em História). Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo. Guarulhos, p. 70, 2021. Disponível em: <[https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/60631?locale-attribute=pt\\_BR](https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/60631?locale-attribute=pt_BR)>. Acesso em: 7 nov. 2022.

**AVALIAÇÃO e Reestruturação da Política Nacional de Ensino Médio.** Governo Federal - Participa + Brasil, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/participamaisbrasil/reestruturacao-da-politica-nacional-de-ensino-medio>>. Acesso em: 30 de mai. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Altera as Leis n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 26 fev. 2018. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13415-16-fevereiro-2017-784336-publicacaooriginal-152003-pl.html>. Acesso em: 20 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 20 nov. 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. (2017), Base Nacional Comum Curricular. Educação é a base, Brasília, Ministério da Educação. Disponível em:<<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/historico>>. Acesso em: 30 nov. 2022.

BRISKIEVICZ, Daniel.; STEIDEL, Rejane. **O Novo Ensino Médio: Desafios e Possibilidades**. São Paulo: Appris. 2018.

CÁSSIO, Fernando. Participação e participacionismo na construção da Base Nacional Comum Curricular. **Nexo**. São Paulo, 02 de dez. 2017. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2017/Participa%C3%A7%C3%A3o-e-participacionismo-na-constru%C3%A7%C3%A3o-da-Base-Nacional-Comum-Curricular>>. Acesso em: 05 abr. 2023.

CAETANO, M. R. Agora o Brasil tem uma Base! A BNCC e as influências do setor empresarial. Que Base?. **Educação em Revista**, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 65–82, 2020. DOI: 10.36311/2236-5192.2020.v21n02.06.p65. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/9993>>. Acesso em: 25 mai. 2023.

FARRAPO, G.; FORTE, J.; ARAÚJO, V. **O "Novo Ensino Médio" e o Velho Neoliberalismo: Análise da Relação Entre a Base Nacional Comum Curricular (2018), e o Empreendedorismo e a Formação do Sujeito Neoliberal no Brasil**. Anais

do ENESEB. Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/75790>>. Acesso em: 10 dez. 2022.

GARCIA, Sandra Regina Oliveira; CZERNISZ, Eliane Cleide da Silva; PIO, Camila Aparecida. 'Novo' Ensino Médio? Customização neoliberal da formação integral. **Revista de Desarrollo Educativo**, [S.l.], v. 16, n. 34, p. 189-206, jun. 2023. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.22420/rde.v16i34.1469>>. Acesso em: 05 abr. 2023.

GOULART, Débora Cristina; ALENCAR, Felipe. Inova Educação na rede estadual paulista: programa empresarial para formação do novo trabalhador. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v.13, n.1, p.337-366, abr. 2021.

LIMA, Jorge Ávila de; MELO, André Costa. As escolas privadas e os seus clientes: estratégias organizacionais de promoção da oferta e de regulação das admissões. **Fórum Sociológico** [online], v. 29, 2016, 31 dez. 2016. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/sociologico/1514>>. Acesso em: 05 abr. 2023.

**Novo Ensino Médio: perguntas e respostas**, 2021. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361>>. Acesso em: 30 nov. 2022.

MARTIN, Daniela Luiz. **Novo Ensino Médio e os desafios para uma educação integral no Brasil**: Análise das contradições existentes. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Gestão de Políticas). Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2021.

PEREIRA, Ayana Cristina Anselmo; FONSECA, Henrique Arakaki; LINHALIS, Flávia. Currículo Paulista e o Programa Inova Educação: as tecnologias digitais e as novas diretrizes curriculares do estado de São Paulo. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO EM COMPUTAÇÃO (EDUCOMP), 3. , 2023, Evento Online. **Anais** [...]. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2023 . p. 270-279. DOI: <https://doi.org/10.5753/educomp.2023.228290>. Disponível em: <https://sol.sbc.org.br/index.php/educomp/article/view/23897>>. Acesso em: 10 mai. 2023.

PLANK, David. **Implementação da BNC: Lições do “Common Core”**. Lemann Center. Califórnia, 2016. Disponível em: [https://lemanncenter.stanford.edu/sites/default/files/Implementacao%20merged%20Portuguese%283%29\\_0.pdf](https://lemanncenter.stanford.edu/sites/default/files/Implementacao%20merged%20Portuguese%283%29_0.pdf)>. Acesso em: 20 mai. 2023.

PONTO DIDÁTICA. **Atribuição de Aulas**. Disponível em: [https://pontodidatica.com.br/atribuicao-de-aulas/?doing\\_wp\\_cron=1682557179.6755731105804443359375](https://pontodidatica.com.br/atribuicao-de-aulas/?doing_wp_cron=1682557179.6755731105804443359375)>. Acesso em: 20 mai. 2023.

REDE ESCOLA PÚBLICA E UNIVERSIDADE [REPU]. **Sobre o Programa Ensino Integral [Nota Técnica]**. 2ª ed. São Paulo: REPU, 2021. Disponível em: [www.repu.com.br/notastecnicas](http://www.repu.com.br/notastecnicas)>. Acesso em: 05 mai. 2023.

REDE ESCOLA PÚBLICA E UNIVERSIDADE. **Novo Ensino Médio e indução de desigualdades escolares na rede estadual de São Paulo [Nota Técnica]**. São Paulo: REPU, 02 jun. 2022. Disponível em: [www.repu.com.br/notas-tecnicas](http://www.repu.com.br/notas-tecnicas)>. Acesso em: 01 mai. 2023.

REDE ESCOLA PÚBLICA E UNIVERSIDADE. **Nota Técnica sobre o Programa Ensino Integral (PEI) [Nota Técnica]**. 2ª edição. São Paulo: REPU, 17 jun. 2021. Disponível em: <[www.repu.com.br/notas-tecnicas](http://www.repu.com.br/notas-tecnicas)>. Acesso em: 20 abr. 2023.

SÃO PAULO. **INOVA Educação**: Transformação hoje, inspiração amanhã. São Paulo: Secretaria de Estadual de Educação, mai. 2019. Disponível em: <[https://inova.educacao.sp.gov.br/wp-content/uploads/2019/05/Inova\\_Educacao\\_Jornalistas.pdf](https://inova.educacao.sp.gov.br/wp-content/uploads/2019/05/Inova_Educacao_Jornalistas.pdf)>. Acesso em: 01 abr. 2023.

\_\_\_\_\_. **Currículo paulista: Etapa Ensino Médio**. 2020. Disponível em: <<https://efape.educacao.sp.gov.br/curriculopaulista/>>. Acesso em: 20 nov. 2022.

SEMINÁRIOS ESTADUAIS DA BNCC, 2016, Brasil. **Resultados [...]**. Brasil: Consed e Undime, 2016. Disponível em: <<https://drive.ifsp.edu.br/s/35a23d2e3328c8419f4b0bbd97aa8383#pdfviewer>>. Acesso em 01 maio de 2023.

ZANATTA e col. (2019). Uma análise sobre a reforma do Ensino Médio e a implantação da Base Nacional Comum Curricular no contexto das políticas neoliberais. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 17, n.4, p. 1722-738. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/35183/30862>. Acesso em: 01 dez. 2022.